

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Relações Internacionais – IREL
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Área de Concentração: História das Relações Internacionais

Relações Brasil-Índia (1947-1964): A Descolonização dos Enclaves Portugueses

Dissertação de Mestrado

Rafael Arruda Furtado

Brasília, julho de 2008

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Relações Internacionais – IREL
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Área de Concentração: História das Relações Internacionais

Relações Brasil-Índia (1947-1964): A Descolonização dos Enclaves Portugueses

Dissertação de mestrado apresentada por Rafael Arruda Furtado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – IREL-UnB – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História das Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa

Brasília, julho de 2008

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Relações Internacionais – IRel
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Área de Concentração: História das Relações Internacionais

Relações Brasil-Índia (1947-1964): A Descolonização dos Enclaves Portugueses

Dissertação de mestrado apresentada por Rafael Arruda Furtado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – IREL-UnB – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História das Relações Internacionais.

Comissão Examinadora

Professor Antônio Carlos Moraes Lessa

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – UnB

Professor Henrique Altemani de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Professor Amado Luiz Cervo

Instituto de Relações Internacionais – UnB

Brasília, 17 de julho de 2008.

Ao meu Avô Francisco

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Lessa, pela pronta e competentíssima orientação. Abriu-me o caminho da imaginação acadêmica dentro da seara da história das relações internacionais e auxiliou-me a confirmar a imensa satisfação em se produzir conhecimento nesse campo do saber.

À excepcional turma de mestrado e doutorado da qual tive a honra de fazer parte. Nas diversas aulas que juntos tivemos, pensava com frequência o quão abençoado era eu por estar ali compartilhando conhecimento de alto nível e vivenciando o processo evolutivo do campo das relações internacionais.

Ao Instituto de Relações Internacionais que, para além das barreiras e dificuldades de uma universidade pública brasileira, resta patente ser realmente um centro de excelência composto por professores de alto gabarito, corpo administrativo experiente e alunos de potencial extraordinário.

À Universidade de Brasília, que me acolheu e muito me ensinou em minha graduação interdisciplinar e à qual sempre defendi quando era alvo de críticas cegas, mesmo sabendo de suas imensas dificuldades.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ, especialmente ao Miranda que, sempre solícito e atencioso, proporcionou-me debruçar sobre os documentos necessários para desvendar o objeto de estudo a que esta dissertação se propôs trabalhar.

Um agradecimento especial às colegas e eternas amigas Mariana e Julia pelas horas dedicadas a discussões construtivas e ao mesmo tempo adoráveis, seja sobre temas acadêmicos seja sobre temas da vida que são parte indivisível da formação do pesquisador.

À cultura indiana, flor da Ásia, com suas enormes proporções, berço de saberes milenares, nascedouro de almas evoluídas e exemplo de paradigmas na quase totalidade das vezes impensáveis e incompreensíveis para o homem ocidental.

À minha família, pelo apoio irrestrito em todos os momentos, pelas conversas e por fazer desenvolver meu espírito crítico perante os problemas encontrados pela vida.

À minha querida e amada Renata, uma verdadeira estrela brilhante e musa inspiradora de meu caminhar.

RESUMO

O objeto da presente dissertação é analisar o primeiro período das relações entre Brasil e Índia. Uma observação histórica preliminar das relações entre os dois países permite dividi-la em dois grandes períodos temáticos: o primeiro, iniciado após a independência indiana, em 1947, caracterizado pela tensão diplomática gerada pelas discussões acerca da descolonização dos enclaves portugueses na Índia, dos quais o mais importante e conhecido era Goa; e o segundo, tendo início com a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, em 1964, e com a mudança de rumo implantada pelo novo governo indiano, iniciado em 1966. A questão fundamental e central deste trabalho refere-se à participação brasileira na querela entre Portugal e Índia, tendo como foco particular investigar de que forma a tensão entre aquelas nações influenciou e tornou-se o principal tema das relações entre Brasil e Índia naquela época. A participação brasileira na questão teve importância fundamental. Após o rompimento das relações diplomáticas entre Portugal e Índia, o Brasil passou a representar os interesses portugueses naquele país. Durante todo o processo de quatorze anos de tensas negociações diplomáticas, com intensos debates também na ONU, o Brasil enredava-se em um jogo duplo, por um lado ligado a Portugal por razões históricas e pelo Tratado de Amizade e Consulta, de 1953, e, por outro, buscava consolidar sua imagem junto aos países do bloco afro-asiático. A presente dissertação busca, através da metodologia da história, elaborar um esboço de periodização das relações entre o Brasil e a Índia priorizando o primeiro período - referente ao pós-guerra, final da década de 1940, à década de 1950 e ao início da década de 1960 -, o qual, após a análise dos aspectos mais relevantes das relações entre as nações, pode ser caracterizado por um período em que o intercâmbio comercial era bastante incipiente e em que o tema da descolonização dos enclaves portugueses na Índia era politicamente sensível e desgastante.

Palavras-chave: relações Brasil-Índia – pós-guerra – descolonização – enclaves portugueses – Goa

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the first period of the relations between Brazil and India. A preliminary historical observation of the relations between the two countries allows its division in two main theme periods: the first, started after the Indian independence, in 1947, characterized by the diplomatic tension caused by the discussions among the decolonization of the Portuguese enclaves in India, of which the most important and known was Goa; and the second, beginning with the creation of the United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD, in 1964, and with the direction changing implemented by the new Indian government, initiated in 1966. The fundamental and central question of this work refers to the Brazilian participation in the dispute between Portugal and India, having as a particular focus to investigate in which way the tension between those nations influenced and became the principal theme of the relations between Brazil and India at that time. The Brazilian participation in the case was of great importance. After the rupture of the diplomatic relations between Portugal and India, Brazil started to represent the Portuguese interests in that country. During the whole process of fourteen years of tense diplomatic negotiations, with intense debates also at the UN, Brazil started to play a Double game, by one hand connected to Portugal by historical reasons and by the Treaty of Friendship and Consult, of 1953, and, by the other hand, searched to consolidate its image among the countries of the Afro-Asian group. This dissertation searches, through the methodology of the history science, to elaborate an sketch of the history of the relations between Brazil and India prioritizing the first period – that is referred to the post-war era, final of the decade of the 40's, to the decade of the 50's and to the beginning of the decade of the 60's -, which, after the analysis of the most relevant aspects of the relations between the nations, might be characterized by a period in which the commercial trade was very low and in which the theme of the decolonization of the Portuguese enclaves in India was very delicate and corrosive.

Keywords: Brazil-India relations – post-war era – decolonization – Portuguese enclaves – Goa

LISTA DE SIGLAS

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BJP – *Bharatiya Janata Party*
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEE – Comunidade Econômica Européia
CENTO - *Central Treaty Organization*
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas
CPC – Centro Popular de Cultura
FAO – *Food and Agricultural Organization*
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*
IBAS – Fórum Trilateral Índia, Brasil, África do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCICA - Comissão Provisória de Coordenação dos Acordos Internacionais de Produtos de Base
IED – Investimento Externo Direto
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MRE – Ministério de Relações Exteriores
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIC – Organização Internacional do Comércio
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
OPA – Operação Pan-Americana
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEI – Política Externa Independente
SAP – *Structural Adjustment Program*
SEATO - *Southeast Asia Treaty Organization*
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN – União Democrática Nacional
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – *United Nations Education, Scientific and Cultural Organization*

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

<u>Gráfico 1</u> - Percentual médio de exportações brasileiras para os países selecionados.....	98
<u>Gráfico 2</u> - Percentual médio de importações brasileiras dos países selecionados.....	98
<u>Tabela 1</u> - Exportações e Importações Brasileiras no Período de 1947-1964.....	94
<u>Tabela 2</u> - Intercâmbio Comercial do Brasil com a Índia no Período de 1945-1964.....	94
<u>Tabela 3</u> - Intercâmbio Comercial com a Índia e com a Ásia em (Cr\$ 1.000).....	95
<u>Tabela 4</u> – Participação Percentual da Ásia no Comércio Exterior Brasileiro em (Cr\$ 1.000).....	95
<u>Tabela 5</u> – Intercâmbio Comercial Comparado: África do Sul, China e Austrália em (Cr\$ 1.000).....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1. Política Externa do Brasil na República Liberal e o Tema da Descolonização.....	28
<i>1.1. Marco Analítico para a Classificação de Matriz de Política Externa.....</i>	<i>28</i>
<i>1.2. Governo Dutra (1946-1950): O Culto à Tradição.....</i>	<i>30</i>
<i>1.3. Governo Vargas (1951-1954): Os Obstáculos Institucionais.....</i>	<i>34</i>
<i>1.4. Governo Café Filho (1954-1955): O Apoio Irrestrito à Causa Portuguesa.....</i>	<i>39</i>
<i>1.5. Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960): A Retórica dos Laços Tradicionais de Amizade a Portugal e o Avanço do Anti-colonialismo.....</i>	<i>41</i>
<i>1.6. Os Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964): Universalismo e Anti-colonialismo.....</i>	<i>51</i>
Capítulo 2. Política Externa da Índia no Governo Jawaharlal Nehru.....	58
<i>2.1. A Independência da Índia e a Prática da Não-violência.....</i>	<i>58</i>
<i>2.2. Política Externa do Governo Nehru.....</i>	<i>61</i>
<i>2.3. A Economia Indiana do Pós-Guerra aos Dias Atuais.....</i>	<i>69</i>
<i>2.4. Guerras – Paquistão e China - Segurança e Desarmamento.....</i>	<i>76</i>
<i>2.5. A Conferência de Bandung e a Participação Indiana.....</i>	<i>81</i>
Capítulo 3. O Primeiro Período das Relações Brasil-Índia (1947-1964).....	85
<i>3.1. Brasil e Índia – Os Primeiros Contatos.....</i>	<i>85</i>
<i>3.2. As Participações de Brasil e Índia no GATT e seu Intercâmbio Comercial.....</i>	<i>89</i>
<i>3.3. A Descolonização dos Enclaves Portugueses e a Participação Brasileira.....</i>	<i>102</i>
<i> 3.3.1. Da Proclamação da República em Portugal ao Governo Salazar: A Reforma Constitucional e sua Repercussão.....</i>	<i>105</i>
<i> 3.3.2. O Colonialismo e a Participação Brasileira na Descolonização dos Enclaves Portugueses na Índia.....</i>	<i>111</i>
CONCLUSÃO.....	129
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	137

*O corpo dissolve-se no Universo.
O Universo funde-se em uma voz insonora.
A voz insonora funde-se na eterna luz.
A luz funde-se na infinita alegria.*

Poema Hindu

*A força gerada pela não-violência é
infinitamente maior do que a força de todas
as armas inventadas pela engenhosidade do homem.*

Mahatma Gandhi

INTRODUÇÃO

As múltiplas expressões plurais, que ganham espaço através da incessante busca por compreensão e emancipação e por um novo agir, configuram a abertura delineada por um novo modelo de conhecimento. Tendo o tempo como variável inalienável do ato do conhecimento, a metodologia da história passa a ser um instrumento dentro do saber científico que possui o condão de observar a dinâmica social e possibilitar o entendimento do presente e a imaginação ou a criação do futuro.

A temporalidade, como componente intrínseco do estudo da história, faz parte da ciência como uma dimensão da transformação. Há continuidades, prescritas pela ciência moderna, as quais devem ser muito bem observadas em suas apropriações e funcionalidades. Há também, no entanto, descontinuidades, que devem ser analisadas no estudo histórico por meio de uma percepção de causalidades múltiplas dos fenômenos relativos.

Diversos são os fatores que interferem na construção de uma orientação teórica e, mais ainda, prática dentro das relações internacionais de um ou mais países. A análise da trajetória das relações Brasil-Índia insere-se nessa percepção multicausal da história. O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução histórica das relações entre Brasil e Índia, no período de 1947 a 1964, a fim de identificar marcos gerais de aproximação e de distanciamento que possam contribuir para a periodização das relações entre os dois países. Busca-se, por esse objetivo, estudar, dentro desse primeiro período das relações indo-brasileiras, o tema que obteve relevância nas discussões entre os representantes diplomáticos de ambas as nações, a descolonização dos enclaves portugueses na Índia.

A hipótese central da pesquisa antecipa que as relações bilaterais entre Brasil e Índia, em seu período inicial, caracterizaram-se pelo baixo perfil e pela irrelevância da parceria comercial, apesar de relativa significância inicial quando comparada com países de mesmo porte e importância no período do pós-guerra. A relevância do trabalho reside, contudo, no fato de que o tema da descolonização de Goa e dos enclaves portugueses na Índia surgia como extremamente importante nas agendas diplomáticas indiana e portuguesa, o que, em determinado momento, passou a atrair paulatinamente as atenções dos homens de estado brasileiros quanto ao tema específico de Goa, eis que o tema geral da descolonização já fazia parte das principais preocupações da política externa brasileira no período.

As relações entre o Brasil e a República da Índia só tiveram início formal em 1948. No dia 3 de maio desse ano foi inaugurada a primeira embaixada indiana na América Latina, mais especificamente no Rio de Janeiro, posteriormente transferida para Brasília em 1º de agosto de 1971. Nos últimos quase sessenta anos, a política externa de ambos os países sofreu claras mudanças, assim como as relações entre eles e as relações internacionais como um todo.

O processo atual de transformações no cenário mundial exerce pressão para a abertura de novas articulações políticas entre as nações. As possibilidades de conexão são cada vez maiores. Não só as mudanças políticas, mas também a evolução dos sistemas técnicos, principalmente dos meios de comunicação, viabilizam uma nova percepção da geopolítica econômica, elaborada sobre temas como cooperação e interdependência.

As parcerias entre os países decorrem da própria diminuição dos distanciamentos relacionados ao desenvolvimento das comunicações. A segunda metade do século XX presenciou grande crescimento industrial tanto do Brasil quanto da Índia. Mesmo sendo concorrentes em diversas áreas - e, possivelmente, por causa desse fato -, possuem complementaridades que os impellem à formação de grupos de pressão em busca de vantagens nos mais diversos campos das relações internacionais.

O contexto atual da inserção internacional da Índia fornece elementos suficientes para que haja crescente interesse no Brasil em se estudar aquele país. Brasil e Índia já descobriram uma série de possibilidades de trocas e de ações conjuntas no cenário internacional. São duas grandes economias em desenvolvimento. Ambos são membros do “*General Agreement on Tariffs and Trade*” - GATT e ainda parceiros atuantes na Organização Mundial do Comércio - OMC.

Os dois países ocupam, de um lado, uma posição intermediária no sistema internacional global com sua conseqüente condição de *system affecting states* e, de outro, participam intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais em que se encontram. Nos últimos anos, ambos os países, todavia, começam a se tornar claramente mais influentes, podendo já apresentar certos e iniciais sinais de *system-influencing states*.¹

¹ Robert Keohane sugere quatro possibilidades de caracterização dos Estados, de acordo com suas capacidades de influenciar o sistema internacional: *system-determining states* ou Grandes Potências – grande capacidade em moldar o sistema internacional; *system-influencing states* ou Potências Secundárias – não determinam individualmente mas exercem influência em seu rumo; *system-affecting states* ou Potências Médias – influenciam o sistema internacional através de alianças nos âmbitos regional e global;

Apesar de grandes diferenças em suas matrizes sociais e populacionais, são dois países de dimensões continentais que apresentam enorme diversidade cultural, regimes de governo democráticos e grandes populações multiétnicas e multiculturais. Ambos apresentam-se em estágio de industrialização relativamente desenvolvido, com programas avançados em tecnologia. Compartilham ainda percepções similares no que diz respeito a questões de desenvolvimento, além de cooperarem em foros multilaterais em temas como comércio internacional, meio ambiente, reforma da Organização das Nações Unidas - ONU e ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os últimos diálogos entre os líderes das duas nações têm projetado o grande potencial de amadurecimento e aprofundamento das relações.² A visita do Primeiro Ministro indiano ao Brasil, em setembro de 2006, depois de um intervalo de 38 anos, representou um momento importante na aproximação entre os países. Na ocasião, os líderes dos dois países assinaram um memorando que prevê a abertura de diversas frentes de cooperação, além de terem afirmado que se teria alcançado o nível de “parceria estratégica”.³

Uma análise histórica preliminar permite pressupor que as relações entre Brasil e Índia podem ser divididas em dois grandes períodos, os quais são divididos por um critério temático. No primeiro período, que vai de 1947 até o início da década de sessenta, prevaleceu um comércio incipiente e de pouca aproximação, uma vez que o Brasil possuía prioridades voltadas para os países desenvolvidos, principalmente aos Estados Unidos. Durante este período, a aproximação da Índia com o mundo latino-americano ocorreu por meio de sua política externa de não-alinhamento e do início da articulação de grupos de pressão em prol da questão do desenvolvimento.⁴

e os *system-ineffectual states* ou aqueles que não exercem direta ou indiretamente influência no sistema. (Para discussão aprofundada ver SENNES, Ricardo Ubiraci. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003; e KEOHANE, Robert. Lilliputian's Dilemmas: Small states in international politics. In *International Organization*, vol. 23, nº 2, primavera, 1969).

² Ao utilizar as recentes estimativas do potencial das trocas comerciais entre Índia e Brasil, Hardeep Puri assim constata: “According to studies carried out including by organisations such as UNCTAD, based on recessed comparative advantage (RCA) analysis and going by the new trade and investment nexus that is emerging, Indo-Brazil trade can indeed easily reach US\$ 10 billion in the next 3 to 5 years”. PURI, Hardeep. *India and Brazil – a new dynamic*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Indian foreign policy: challenges and opportunities*. New Delhi: Foreign Service Institute, 2007, p. 848-849.

³ Das declarações do atual Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh, encontradas no sítio do Ministério de Relações Exteriores da Índia, consta a menção ao termo “parceria estratégica”: “Brazil and India recognize that their relationship has now reached the level of a strategic partnership.” (www.meaindia.nic.in). Acessado em 03 de abril de 2008.

⁴ GUIMARÃES, Lytton Leite. *Política externa e segurança: a perspectiva indiana*. In: VAZ, Alcides Costa (coord.). *Projeto: Líderes regionais e segurança internacional. Brasil, Índia e África do Sul*. (Documento de trabalho n. 9). Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2006, p. 30.

Essa primeira fase, apesar de uma tentativa de aproximação com a proposta da Operação Brasil-Ásia em 1959, caracterizou-se pelo distanciamento comercial entre as nações e, principalmente, pelos atritos referentes à questão da descolonização (tema dominante no primeiro período das relações entre Brasil e Índia) dos territórios portugueses de Dadrá, Nagar-Aveli, Goa, Damão e Diu na Índia.⁵

O tema da descolonização de Goa e dos outros enclaves portugueses na Índia foi central nas discussões que se alongaram após a constituição da embaixada brasileira em Nova Deli, em 1949. De acordo com o brasilianista Wayne Selcher, “*from 1955 to 1960 this diplomatic mediation was one of the most important Brazilian activities in India*”.⁶ Desde então, o posicionamento brasileiro acerca do tema diz muito sobre a forma como a diplomacia nacional se organizou e coordenou suas ações e discursos.

Após a proclamação da independência, em 1947, existiam vários estados nativos ou principados na Índia, além do reino independente do Nepal, do território autônomo dos Nagas, da Índia Francesa e da Índia Portuguesa, todos alegando legitimidade e independência com relação ao governo indiano. A União Indiana, no entanto, fez saber ao governo português, logo após independência, que os territórios, então sob domínio de Portugal na península hindustânica, deveriam ser incorporados à União. A reação portuguesa foi de não aceitação da posição de Nova Deli. Portugal alegava que os mencionados territórios faziam parte da nação portuguesa e que de sua soberania não seriam apartados. Alegava ainda que esses territórios não podiam ser incluídos no conceito de colônia. Portugal defendia que seus enclaves configuravam “províncias de ultramar” ou “províncias portuguesas ultramarinas”. Os intensos debates e as tensões diplomáticas duraram mais de catorze anos, chegando à ocupação de Goa, Damão e Diu, em dezembro de 1961, pelas forças militares indianas e continuando os embates diplomáticos até o final da década de 1960.

A questão fundamental e central deste trabalho refere-se à participação brasileira na querela entre Portugal e Índia, tendo como foco particular perscrutar de que forma a tensão entre aquelas nações influenciou e tornou-se o principal tema das relações entre Brasil e Índia naquela época. É preciso ter claro que a participação brasileira na questão teve importância fundamental. Após o rompimento das relações diplomáticas entre Portugal e Índia, o Brasil passou a representar os interesses portugueses naquele país.

⁵ CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil – 1808-2000*. Brasília: Editora UnB, 2000.

⁶ SELCHER, Wayne Alan. *The Afro-Asian dimension of Brazilian foreign policy, 1956-1968*. University of Florida, 1970, p. 225.

Durante todo o processo de quatorze anos de tensas negociações diplomáticas, as quais promoveram intensos debates também na ONU, o Brasil enredava-se em um jogo duplo, por um lado ligado a Portugal por razões históricas e pelo Tratado de Amizade e Consulta⁷, de 1953, e, por outro, buscava consolidar sua imagem junto aos países do bloco afro-asiático.

Os governos de Dutra, Vargas, Café Filho e Juscelino Kubitschek pautaram-se, de forma geral, pelo apoio irrestrito à causa portuguesa. Para Portugal, o apoio brasileiro, nas palavras de José Calvet de Magalhães, “possuía um valor político inestimável”.⁸ A condição brasileira de antiga colônia portuguesa, de país mais importante da América Latina e de nação de grande influência no chamado Terceiro Mundo faziam do Brasil peça chave na tentativa portuguesa de fazer emplacar a idéia de que seus territórios fora da península ibérica constituíam “províncias ultramarinas” e não colônias.

A partir de certo momento, contudo, o Brasil percebeu a incompatibilidade de interesses gerada por sua atuação. Naquele momento já não era mais necessário defender uma posição parcial. A iminência de um conflito armado e a importância crescente da Índia e do continente asiático como um todo levaram a diplomacia brasileira a advogar claramente o pacifismo como a única forma de resolução dos conflitos. Não mais defendia Portugal em todas as suas requisições, mas também não o abandonava. Não mais se posicionava contra os interesses indianos, mas também não apoiava abertamente suas ações.

É importante notar que, a partir da análise das documentações, o Brasil percebia a Índia, no período do pós-guerra, como um país estratégico para o discurso do desenvolvimento brasileiro e para a análise, em razão do posto avançado que aquele país representava, do contexto de guerra fria. O Brasil havia rompido com a URSS e não havia reconhecido a China continental. A Índia, não-alinhada, constituía-se, assim,

⁷ Assinado no Rio de Janeiro a 16 de dezembro de 1953. Promulgado pelo Decreto nº 36.776, de 13 de janeiro de 1955, publicado no Diário Oficial de 19 de janeiro de 1955. (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1955); Para ver o inteiro teor do texto e discussão acerca dos antecedentes do Tratado e das Relações entre Brasil e Portugal consultar: SILVA REGO, A. da. *Relações Luso-Brasileiras (1822-1853)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.

⁸ MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 99.

como um ponto privilegiado de compreensão da conjuntura bipolar e, também, da configuração das tendências asiáticas à época.⁹

O segundo grande período temático, que não será objeto de estudo no presente trabalho, teve início com a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, em 1964, e com a mudança de rumo implantada pelo novo governo indiano, iniciado em 1966. Esse grande período, que possui como tema central a questão do desenvolvimento, ainda hoje representa o mote da aproximação entre os dois países. Sob a temática do desenvolvimento, desde o início da década de sessenta, que no Brasil deve ser percebida em sua ligação com o universalismo, e na Índia deve ser vista com referência ao problema da segurança e da autonomia, para ambos os países, a dimensão multilateral é a que estabelece o ponto fulcral da ligação entre as duas nações. A parceria estabelecida, através desses quase sessenta anos de relações diplomáticas, teve, e ainda tem, como foco principal a reiterada parceria nas negociações entabuladas nos foros multilaterais.

No plano externo, há duas formas empregadas em política externa que possuem como objetivo a consecução do desenvolvimento, quais sejam, a política de diversificação de parcerias e a busca de construção de acordos e fortalecimento de organismos multilaterais. A importância dessas iniciativas está em sua capacidade de possibilitar maior ou algum poder de barganha a Estados menos influentes no cenário internacional. O aumento desse poder de barganha espelha-se também na perspectiva da formulação e estabelecimento de normas jurídicas internacionais, de regimes internacionais e de organizações internacionais capazes de promover a transformação da ordem internacional.

Os Estados em desenvolvimento buscam, com o fortalecimento da dimensão multilateral de suas políticas externas e da diversificação de parcerias, promover transformações que sejam capazes de melhorar as condições de vida de suas populações. Alguns Estados apostam mais no multilateralismo do que outras. E algumas relações entre países encontram maior densidade dentro da dimensão multilateral do que no estabelecimento de relações bilaterais. Esse é o caso das relações entre Brasil e Índia.

No plano multilateral, é importante ressaltar que Brasil e Índia são parceiros tradicionais. A parceria política para a promoção do desenvolvimento entre os dois

⁹ Ofício de Caio de Melo Franco ao MRE. Argumentos acerca da importância estratégica da Índia para a política externa brasileira no continente asiático. Documento secreto de 27.12.1950. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Ofícios da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro.

países, a partir da criação da UNCTAD, passou a caracterizar as relações indo-brasileiras. Na avaliação do atual embaixador indiano em Brasília, Hardeep Puri, “*Brazil and India have been ‘soulmates’ in the multilateral arena for at least three decades and sometimes this dimension has tended to dominate the relationship*”.¹⁰

Apesar dessa convergência temática, esse grande período pode ser dividido em três fases. A primeira fase teve início com a criação da UNCTAD, do Grupo dos 77¹¹ e com a visita da Primeira Ministra Indira Gandhi ao Brasil, em 1968, ocasião em que se firmou o primeiro acordo comercial entre Brasil e Índia e um acordo de cooperação para utilização pacífica de energia nuclear. Um terceiro tratado foi ainda assinado que contemplava intercâmbio cultural, educacional e científico, por meio do qual foi criada uma cadeira de “*Brazilian Studies*” na Universidade de Nova Deli.¹² A América Latina tornava-se, assim, um interlocutor cada vez mais importante para a Índia. As relações entre os países nesse período não possuem mais o caráter de animosidade decorrente da questão de Goa. Ao invés disso, ambos os países buscavam diversificar suas parcerias no cenário internacional, numa clara perspectiva de universalização de suas políticas exteriores.

Vários acordos bilaterais foram assinados e houve grande crescimento do diálogo entre os dois. A visita, em 1987, do Chanceler Olavo Setúbal, a primeira de um Ministro das Relações Exteriores do Brasil àquele país e a do presidente Fernando Henrique Cardoso confirmou e deu maior impulso ainda ao crescente relacionamento. Os anos 1980 são importantes para a percepção do Brasil como Potência Média. Há também uma orientação Sul-Sul para estabelecer uma diversificação do eixo de cooperação prioritária da diplomacia nacional.

Com o fim da Guerra Fria, que representou uma redefinição da agenda internacional, países como Brasil e Índia tiveram que passar por uma reprogramação de prioridades. Após duas décadas de regime autoritário, finalizada na chamada “*década perdida*”, o Brasil retomou o projeto de uma política exterior globalista, implementando, com a assinatura do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, um regionalismo que pudesse ampliar as parcerias do país. A chancelaria indiana também percebeu a integração do Cone Sul como um fenômeno benéfico e importante para impulsionar as

¹⁰ PURI, Hardeep. *India and Brazil – a new dynamic*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Op. Cit.*, p. 860.

¹¹ O Grupo dos 77 foi criado em 15 de junho de 1964 e realizou seu Primeiro Encontro Ministerial em Argel em Outubro de 1967, adotando a “Carta de Argel”, que delineou a visão do grupo, inalterada desde então.

¹² SELCHER, Wayne. *Op. Cit.*, p. 227-229.

relações daquele país com este bloco, pois a maior abertura dos Estados membros poderia ser aproveitada para a entrada de capital indiano e, ainda, poderia ser aproveitado como mercado consumidor da também recém e incipiente abertura econômica do país das monções. Iniciava-se, assim, a segunda fase nas relações entre Brasil e Índia, dentro do grande período temático do desenvolvimento.¹³

O início da década de 1990 trouxe outras profundas transformações na ordem mundial. A evolução dos meios de comunicação foi fator determinante para que as interlocuções globais se fizessem com maior velocidade e frequência. Não sem propósito ficou também conhecida como a década das conferências.

No caso do Brasil, também na década de 1990, foram implementados um programa de liberalização comercial e um plano de combate à inflação. A tarifa média no caso brasileiro sofreu redução da ordem de 45% para 14% em um prazo de quatro anos e foi adotado um sistema de bandas cambiais dentro do Plano Real que valorizou em termos reais a moeda brasileira.

A partir de então, os dois países iniciaram um maior aprofundamento em suas relações, tendo como foco a importância da criação do Mercosul, a conseqüente maior liberalização das economias do continente sul-americano e as mudanças na política econômica da Índia. Ocorreu, ainda, um processo de privatizações no sub-continente indiano, seguido de maior flexibilidade à entrada de capitais estrangeiros, assim como também passou a acontecer no Brasil. Houve, portanto, uma transformação na matriz de política externa de ambos os países.

É importante ressaltar que o comércio entre Brasil e Índia sempre foi insignificante, excetuando-se a compra de arroz brasileiro na quantia de sete milhões de dólares no ano de 1966. A partir de 1964, uma noção das possibilidades de aumento das relações comerciais teve início especialmente pela missão comercial indiana que passou a demonstrar interesse em uma série de produtos manufaturados brasileiros como navios cargueiros, guindastes, tratores e pigmentos. O Brasil, por sua vez, acenava com interesse no gado¹⁴ indiano, mas o problema do alto preço dos fretes ainda se mantinha.¹⁵

¹³ Para maiores discussões sobre esse período ver: VIEIRA, Maíra Baé Baladão. *Relações Brasil-Índia (1991-2006)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2008.

¹⁴ Curiosamente, grande parte do gado brasileiro é de origem indiana. *“This Grass fed variety ‘Zebu’, known locally as ‘Nelore’(...) 2006 marked the hundredth anniversary of the first cattle being imported*

Em que pese o incipiente intercâmbio comercial indo-brasileiro - que, entre os anos de 1962 e 1964, representou 0,3% das exportações brasileiras para a Ásia¹⁶ -, a observação do momento histórico em que se iniciaram as conversações entre dois Estados, que hoje tornam-se parceiros políticos e, propõem alguns autores, estratégicos, é de extrema importância para a proposição de políticas futuras.

Ao longo das últimas duas décadas, conforme dados pesquisados por Lia Valls Pereira, o comércio entre Brasil e Ásia, entendida aqui como China, Coreia do Sul, Japão e Índia, aumentou de cerca de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 16,7 bilhões. O comércio total do Brasil nesta mesma época teve um incremento de US\$ 40 bilhões para US\$ 107 bilhões. O crescimento médio anual, no período de 1982/1990, das exportações brasileiras foi de 5,7% no resultado global e de 11,3% para aqueles países selecionados da Ásia. Somente para o período de 2000/2002, o crescimento global foi de 4,7% e para a Ásia de 18%, demonstrando a importância daquela região para os fluxos de comércio do país.¹⁷

No ano de 2002, houve um impulso importante no comércio entre o Brasil e os países asiáticos. A Índia, por exemplo, passou de trigésimo oitavo para o décimo oitavo lugar na lista dos principais mercados de destino das exportações brasileiras. No mesmo ano, a China e a Índia ocuparam, na lista dos países que apresentaram maior variação absoluta em termos de valor exportado, o segundo e quarto lugar.¹⁸

Os principais países de destino das exportações brasileiras para a Ásia foram China, Japão, Coreia do Sul e Índia, nessa ordem. A variação de 2001/2002 da Índia, no entanto, foi bastante maior do que a dos outros países, alcançando um percentual de 129,11%.¹⁹ A Índia, porém, está presente entre os dez maiores mercados de exportação apenas nas vendas de óleo bruto de petróleo. Dos 24 principais produtos da pauta de exportação brasileira para a Ásia, a Índia encontra-se representada em apenas três produtos (medicamentos, óleos combustíveis e compostos heterocíclicos).²⁰

from India to North-Eastern Brazil.” PURI, Hardeep. *India and Brazil – a new dynamic*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Op. Cit.*, p. 846.

¹⁵ SELCHER, Wayne. *Op. Cit.*, p. 226-227.

¹⁶ *Idem*, p. 200.

¹⁷ PEREIRA, Lia Valls. *A participação da Ásia nos fluxos comerciais brasileiros – uma análise descritiva*. In: BENECKE, W. Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (orgs.). *Brasil na arquitetura comercial global*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2003, p. 330.

¹⁸ A Índia teve um aumento de US\$ 368,32 milhões (*Idem*, p. 337).

¹⁹ *Idem*, p. 339.

²⁰ *Idem*, p. 343.

Dez produtos corresponderam a 80% das exportações brasileiras para a China, Coreia do Sul e Índia no ano de 2002. Na Índia, apenas um produto (óleos brutos de petróleo) respondeu por 51% do total exportado.

Uma razão para as diferenças no grau de concentração da pauta pode estar associada ao tempo de conhecimento dos mercados, considerando que a ordem cronológica de entrada de produtos brasileiros nesses países coincide com a ordem em que passaram a integrar os principais mercados de exportação do Brasil: Japão, Coreia do Sul, China e Índia. A Índia, em especial, só passa a estar entre os vinte principais destinos das exportações do Brasil em 2002.²¹

A terceira fase do segundo período das relações indo-brasileiras começa a partir da criação do Fórum Trilateral do IBAS em 2003,²² e do Grupo dos 20 na OMC²³, no mesmo ano, os quais possuem ligação direta com o tema do desenvolvimento, ainda é bastante recente, mas já produziu uma aproximação sem precedentes na história das relações entre as nações. Várias reuniões de cooperação têm sido promovidas, inclusive com as visitas do Presidente Lula à Índia, em janeiro de 2004 e em outubro de 2007, e a segunda visita de um Primeiro Ministro indiano ao Brasil, Manmohan Singh, no início do mês de setembro de 2006 para a realização da 1ª reunião de cúpula do IBAS.²⁴

A partir de 2003, as relações entre os países cresceram consideravelmente. Há grandes projetos em áreas como ciência e tecnologia, farmacêutica e espacial. Em questões de comércio bilateral é relevante a observação de que o ano de 2005 representou um aumento exponencial nas trocas realizadas pelos dois parceiros. A quantia de US\$ 1,207 bilhão em 2004 quase dobrou em 2005, chegando aos US\$ 2,34 bilhões.²⁵

²¹ *Idem, Ibidem.*

²² Autores indianos, refletindo sobre a iniciativa do IBAS, afirmam que há grande potencial de desenvolvimento do comércio, das conexões e de investimentos financeiros entre os países do fórum. “A recent UNCTAD study has brought out both the positive impact of IBSA on the member countries and the inherent untapped potential. The paper emphasizes that, if successful, IBSA will not only act as an excellent illustration of South-South cooperation but each IBSA country could act as a hub of growth and development in its respective continent. PURI, Hardeep & KUMAR, Krishan. *IBSA summit*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Op. Cit.*, p. 339.

²³ O G-20 foi constituído em 20 de agosto de 2003. Ambos os países dentro do G-20 buscaram, em maior ou menor grau, a eliminação de subsídios e entraves na área agrícola, adotando uma posição mais realista do antigo terceiro-mundismo. Ver CERVO, Amado Luiz. *A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005)*. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas, volumes 1 e 2*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 32.

²⁴ Nas palavras de dois analistas indianos do fórum IBAS, Hardeep Puri e Krishan Kumar, “*India, Brazil and South Africa have all the necessary wherewithal to become ‘natural’ trade and investment partners*”. PURI, Hardeep & KUMAR, Krishan. *IBSA summit*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Op. Cit.*, p. 476.

²⁵ Conforme indicadores do sítio da Brazil Trade Net: www.braziltradenet.gov.br (Acesso em 23.10.06).

A presente dissertação busca, por meio da utilização da metodologia da história, elaborar um esboço de periodização das relações entre o Brasil e a Índia. Será priorizado, conforme explicitado, o primeiro período - referente ao final da década de 1940, à década de 1950 e ao início da década de 1960 -, o qual, após a análise dos aspectos mais relevantes das relações entre as nações, pode ser caracterizado por um período em que o intercâmbio comercial era bastante incipiente e em que o tema da descolonização dos enclaves portugueses na Índia era politicamente sensível e desgastante.

A metodologia da história, para se entender melhor as relações indo-brasileiras, possui uma particularidade interessante dentro desse pormenor. Estuda-se determinado objeto, em determinado tempo pretérito, na sincronia do observador que articula e sofre simbolicamente pressões em seu próprio momento histórico presente. Como a metateoria de Jörn Rüsen,²⁶ há que se considerar a necessidade de se trabalhar com a dimensão pessoal e temporal dos discursos.

Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel são os pais da histografia da reflexão. Marc Bloch inaugurou a noção de “história como problema”. O documento para ele deixava de representar uma fonte inoculada. O passado, então, não era mais rígido; variava de acordo com a pergunta formulada pelo historiador. Como na famosa história de Lewis Carrol, Bloch afirmava que são “as questões que condicionam os objetos e não o oposto”. Influenciado por Durkheim, reconhecia a importância da interdisciplinaridade na ciência histórica, exaltando a importância de uma produção voltada para todas as atividades humanas e não só à dimensão política.

Investindo em uma história da longa duração, de períodos históricos mais alargados e estruturas que se modificavam de maneira mais lenta e preguiçosa, Bloch tornava-se uma espécie de fundador da “antropologia histórica”, ao selecionar eventos marcados pelo seu contexto, mas acionados por estruturas e permanências sincrônicas, anteriores ao momento mais imediato.²⁷

Bloch mostrava-se contrário à história positivista. Não aceitava a crença no trabalho do historiador como coletor de fatos. Exigia, claramente, que o historiador tivesse consciência de que “o fato histórico não é um fato ‘positivo’, mas o produto de

²⁶ Para maior aprofundamento ver Jörn Rüsen e seus cinco fatores interdependentes do pensamento histórico: *interesses* (carências de orientação no tempo interpretadas); *idéias* (perspectivas orientadoras da experiência do passado); *métodos* (regras da pesquisa empírica); *formas* (apresentação do tema e da pesquisa) e *funções* (de orientação existencial). RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.

²⁷ FLAMARION CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 9.

uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problema”.²⁸

A chamada Escola dos *Annales* acreditava no caráter científico da história; a ambição de síntese histórica global do social; a preferência aos aspectos coletivos, sociais e repetitivos do sócio-histórico; a consciência da pluralidade dos níveis da temporalidade; a introdução da noção de multicausalidades; a preocupação com o espaço (geografia humana). A história era vista como “ciência do passado” e “ciência do presente” ao mesmo tempo: “a história-problema é uma iluminação do presente”.²⁹ Acreditava-se ainda na necessidade de uma síntese global, na busca da especificidade histórica de cada período e de cada sociedade, na aceitação da inexistência de fronteiras estritas entre as ciências sociais, nas preocupações com o presente na pesquisa histórica e na determinação do social pelo econômico.

A Escola Francesa das Relações Internacionais, iniciada com Pierre Renouvin, construiu um paradigma metodológico para o estudo da história dentro deste campo do conhecimento. O livro de Jean-Baptiste Duroselle, “Todo Império Perecerá”, elaborou um esquema de estudos responsável pela visualização do sistema de finalidades e do sistema de causalidades, lado a lado com a percepção dos atores responsáveis pelas implementações dos anseios gerados pelas forças profundas através do movimento temporal.

Ao proporem um sistema elaborado de causalidades, Renouvin e Duroselle pressupuseram que a análise histórica iria invariavelmente privilegiar determinadas forças profundas em detrimento de outras, na busca legítima de interpretar o momento histórico estudado pelo observador. A leitura do interesse nacional, realizada por homens de Estado, ditou e continua a ditar, quando se materializa a vontade política, avanços e recuos em diversas áreas e - com maior relevância neste estudo - entre países.

O sistema de causalidades e o sistema de finalidades convergem quando as decisões de Estado têm o condão de direcionar ritmos e energias em favor da confluência das forças profundas com as metas e objetivos concretos “de acordo com um sistema de cálculo, comumente chamado de estratégia, que pondera meios, fins e riscos”.³⁰

²⁸ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Antropologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001, p. 19.

²⁹ FLAMARION CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Op. Cit.*, p. 06-08.

³⁰ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: UnB, 2002, p. 12.

Dentro do universo relacional em que Renouvin aproxima as noções finais e causais, estas últimas serão privilegiadas na análise que o presente trabalho propõe. Finalizado na década de 1960, o livro “Introdução à História das Relações Internacionais” representa um marco de ruptura epistemológica no estudo das relações internacionais. Apropriando-se da evolução cognitiva encetada pela Escola dos *Annales*, a qual - com Fernand Braudel, Lucien Febvre, Marc Bloch e outros – havia proposto a análise histórica baseada na multicausalidade, Renouvin e Duroselle extrapolam tal percepção e rompem com o estudo diplomático nas relações internacionais. Marco de nascença, o livro apresenta a noção de forças profundas para observar as categorias fenomenológicas responsáveis pela movimentação e decisão tomada pelos principais atores das relações internacionais.³¹

A formação cultural dos povos, presente no possível alargamento da noção de cultura e sentimento nacional em Renouvin e Duroselle, é objeto de estudo de alguns autores das Relações Internacionais. Alexander Wendt, por exemplo, introduz a noção de idéias constituindo interesses e jogos de poder. Esclarece que idéias não são mais importantes que interesse ou poder, são, todavia, o arcabouço espiritual de sua formação, o qual não exclui o arcabouço material, mas que com ele convive.³² Wendt abre, assim, a possibilidade de se pensar a construção de um sistema de causalidades que possui ampla vinculação com a cultura e com a identidade dos povos.

Dentro da temática da cultura, Wendt percebe, como ponto de partida, o qual não o diferencia de concepções realistas, três tipos de “*cultures of anarchy*”: Hobbesiana, Lockeana e Kantiana. Essas culturas estão ligadas à forma como os Estados percebem o “outro”, a saber, respectivamente: como inimigos; como rivais; como parceiros. As três culturas possuem em cada uma também três graus de internalização: coerção; interesse; legitimidade. Dessa forma, a competição violenta é apenas uma das possibilidades dinâmicas das relações internacionais. Rompe-se, assim, com o materialismo neo-realista de Kenneth Waltz. Nas palavras de Wendt:

For much of international history states lived in a Hobbesian culture where the logic of anarchy was kill or be killed. But in the seventeenth century European states founded a Lockean culture where conflict was constrained by the mutual recognition of sovereignty. This culture became global, albeit in part through a Hobbesian process of colonialism. In the late twentieth

³¹ A discussão introdutória e fundamental sobre o tema das forças profundas deve ser observada em RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

³² WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge University Press, 1999, p. 135.

*century I believe the international system is undergoing another structural change, to a Kantian culture of collective security.*³³

As idéias, que constituem interesses, identidades e jogos de poder, são, para Wendt, intersubjetivamente construídas; resultam de processos dinâmicos de interações entre os Estados. Há em Wendt duas lógicas de formação de identidades: natural e cultural. A seleção natural ocorre quando organismos que são relativamente mal adaptados à competição por recursos escasso falham em reproduzir-se e são substituídos pelos mais aptos. A lógica natural de formação de identidades pode explicar a cultura Hobbesiana, mas não o momento atual em que se encontram os Estados nacionais.

Para Wendt, seleção cultural é um sistema evolutivo de transmissão de determinantes de comportamento de indivíduo para indivíduo, e então de geração em geração, pelo aprendizado social, por imitação ou por algum processo similar. Existem dois mecanismos de seleção cultural: imitação e aprendizado social. A imitação implica mudanças em apenas uma direção. O aprendizado social é mutuamente constitutivo, ambos os agentes em uma interação aprendem e se transformam de forma reflexiva. A mudança sistêmica é, contudo, muito difícil. O aprendizado social tende a se tornar auto-reprodutor e homeostático, eis que os Estados reproduzem os comportamentos ditados por seu próprio entendimento do mundo.³⁴

Wendt identifica quatro “*master variables*”³⁵ ou mecanismos de causalidade que manejam transformações estruturais em diversas culturas: interdependência, destino comum; homogeneidade e auto-limitação. Todas as quatro variáveis devem ter por pressuposto a formação de identidades ou culturas prévias de grupos.³⁶

Analisa as quatro variáveis tendo presente a busca pela superação do egoísmo nas relações internacionais dentro de variações entre percepções objetivas e subjetivas. A interdependência ocorre quando as interações de cada ator dependem das escolhas dos outros. O destino comum se apresenta no contexto em que a sobrevivência, a manutenção e o bem-estar dependem do que ocorre com o grupo como um todo. A homogeneidade depende do tipo de regime e outras características.

³³ *Idem*, p. 314.

³⁴ *Idem*, p. 324.

³⁵ Segundo Wendt, a significação real dessas “*master variables*” deve ser entendida como a minimização de identidades egoísticas e ajuda na criação de identidades coletivistas. (*Idem*, p. 343).

³⁶ Em suas próprias palavras, Wendt descortina o que pensa sobre a atitude de atores que internalizam a perspectiva construtivista: “*From a constructivist perspective the mark of a fully internalized culture is that actors identify with it, have made it, the generalized Other, part of their understanding of Self*”. (*Idem*, p. 337).

As relações entre os Estados, de qualquer forma, dependem de seus processos de construção social, potencializando as transformações nas relações internacionais em razão da influência própria do tempo ou da história. A noção de processo em Wendt extrapola a visão realista de que as relações internacionais são calcadas em comprometer-se com o “*self-interest*”. De acordo com o autor, a visão do “*self-interest*” torna-se normativa além de positiva. Advoga a mudança de uma percepção egoísta do processo social, como uma forma realista de abordagem, para uma percepção da possibilidade estrutural da mudança social. Para Wendt:

*Making the constructivist move of seeing egoism as always at stake in the social process helps us see that self-interest is not some external deus ex machina driving the international system, but itself an on-going product of the system. If self-interest is not sustained by practice it will die out. The possibility of structural change is born out of that fact.*³⁷

Há uma aproximação da Escola Francesa das relações internacionais também em John Gerard Ruggie. Ao privilegiar em seu trabalho a noção de temporalidade, o autor percebe a discussão na Escola dos *Annales* e conseqüentemente em Renouvin e Duroselle. Na construção de Ruggie:

*It is universally acknowledged that studying the transformation of any social formation requires taking the dimension of time into account”. (...) “These analytical issues are not much discussed in international relations theorizing. In the study of large-scale social change generally, they have been most extensively explored by the Annales school of historiography.*³⁸

Ruggie defende também uma percepção de tempo que é relativa. As diferentes percepções de tempo de diversos atores dependem de seu meio e dos processos de continuidades e discontinuidades que se estabelecem em suas relações de produção e reprodução de significados. Conforme estatui Ruggie: “*Obviously there is only one present, but different time frames place it in different temporal locations and thus alter its signification*”.³⁹

O estudo da história ganha relevo, então. E o estudo das relações entre dois países, que se percebem cada vez mais parceiros no cenário internacional⁴⁰, torna-se oportuno e necessário. As relações indo-brasileiras terão nessa dissertação o foco em seu início. Baixo perfil, distanciamento comercial e atritos políticos em relação ao tema

³⁷ *Idem*, p. 368-369.

³⁸ RUGGIE, John Gerard. *Constructing the world polity: essays on international institutionalization*. New York: Routledge, 1998, p. 155.

³⁹ *Idem*, p. 171.

⁴⁰ É necessário ter presente que o comércio entre Brasil e Índia, de acordo com dados da OMC, cresceu mais de 170% de 2004 a 2006. JORGE, Paulo. *Development: India, Brazil, South Africa - the Power of Three*. Sítio: <http://ipsnews.net/news.asp?idnews=39644> (Acesso em 07 de novembro de 2007).

da descolonização, apesar de originárias percepções de potencialidade na parceria política, caracterizaram as relações entre as duas nações dentro de um contexto de Guerra Fria e de movimentos de emancipação afro-asiática.

Nesse sentido, o trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo versa sobre os aspectos gerais da política externa brasileira na República Liberal, buscando analisar a matriz de política externa do período por meio da observação das peculiaridades da orientação de cada governo e, também de forma, geral, suas abordagens sobre o tema da descolonização. O capítulo enfatiza ainda o desenvolvimento de uma matriz política universalista brasileira que teve formulação, avanço e consolidação no período da República Liberal. O debate sobre o impacto na política externa brasileira não é propriamente objeto dessa dissertação, apesar de ser tratado nesse capítulo.

O segundo capítulo busca revelar os aspectos fundamentais da política externa da Índia no governo do Primeiro-Ministro Jawaharlal Nehru. Para isso, dividiu-se o capítulo em alguns tópicos recorrentes na bibliografia consultada e compreendidos como os mais relevantes para a chamada União Indiana à época. Para os dois capítulos iniciais, será levada em consideração a noção de matriz de política externa para que as noções gerais do período possam ser apontadas.

O terceiro e mais longo capítulo analisará o que se denomina neste trabalho de aspecto temático do primeiro período das relações entre as nações, que se extrai do processo de descolonização dos enclaves portugueses na Índia, tendo-se em conta a participação brasileira na discussão do tema. É necessário frisar que a importância da participação brasileira insere-se na visualização de que o tema dominou o referido período de conversações entre Brasil e Índia também pelo fato de que, em determinado momento da querela indiana com Portugal, a missão brasileira em Nova Deli passou a representar os interesses dos nacionais portugueses em território indiano. Não será objeto desse trabalho a pesquisa acerca da situação específica do povo de Goa e de seu eventual posicionamento sobre o tema. Analisar-se-á, ainda, neste capítulo, os primeiros contatos entre os dois países, suas discussões no GATT e os números absolutos e relativos de seu intercâmbio comercial no período estudado.

Capítulo 1. Política Externa do Brasil no Período da República Liberal e o Tema da Descolonização

1.1. Marco Analítico para a Classificação de Matriz de Política Externa

O imediato pós-guerra nas relações internacionais do Brasil representa um momento de posicionamento do país sob a hegemonia norte-americana. Para os principais analistas da política exterior brasileira esta fase caracterizou-se por uma percepção equivocada sobre uma possível ajuda norte-americana ao Brasil. O governo brasileiro esperava que a participação na Segunda Guerra Mundial, o processo de redemocratização e o apoio aos Estados Unidos na confecção de uma estrutura de hegemonia na América Latina fossem motivos suficientemente fortes para se julgar merecedor de um auxílio ao desenvolvimento do país.

A Guerra Fria, a ausência de relações diplomáticas com a China continental e o rompimento com a URSS⁴¹ tornaram a missão brasileira na Índia, juntamente com a missão no Japão, um pólo privilegiado para a percepção da realidade asiática, sendo que o último país teria a limitação de ser claramente pró-ocidente. A Índia, ao contrário, permanecia jogando dos dois lados e em nenhum deles ao mesmo tempo. As análises da visão indiana do contexto de Guerra Fria e dos plenipotenciários brasileiros à época, com relação àquele país e àquela região, são também parte das preocupações do presente trabalho.

A partir da segunda metade dos anos 1950, com o retorno da Europa à vida econômica mundial, criada a Comunidade Econômica Européia (CEE), e com a distensão provocada pelo início da chamada coexistência pacífica entre as duas superpotências, o cenário internacional começava a sofrer profundas mudanças. O Brasil se percebia nesse mundo de maiores oportunidades para fazer frente às suas necessidades de desenvolvimento.

A formulação de qualquer análise que busque trabalhar a compreensão de Brasil e de Índia e a visualização que um país faz de si mesmo e do outro deve estudar a compreensão de uma “matriz da política externa”, que serve como expressão da identidade nacional e abre a possibilidade cognitiva para pensar a alteridade inserida no

⁴¹ As relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS foram retomadas em 1961, ao passo que o governo comunista da China continental só passou a ser reconhecido pelo Brasil em 1974. Até então, as relações diplomáticas entre Brasil e China ocorriam tão somente com o governo do *Kuomintang* estabelecido em Taiwan após a Revolução de 1949.

devir histórico. Da mesma forma, é importante contextualizar a maneira como estão inseridos estes países no cenário internacional, percebendo suas potencialidades regionais e globais, demonstrando a relevância do estudo das relações entre países que se colocam em uma mesma categoria ou mesmo nível de influência. Há, nos dias atuais, a noção de que Brasil e Índia podem ser caracterizados, ambos, como potências médias ou intermediárias.

O conceito de “matriz da política externa” não está adstrito à orientação prática de cada governo de um país. Ricardo Sennes prefere distinguir os mandatos presidenciais, no caso do Brasil, em termos de mudança de “estilo”. A busca da compreensão da mudança da matriz da política externa de determinado país não deve se restringir a uma análise puramente diplomática. Fatores econômicos, militares, tecnológicos, científicos e culturais devem fazer parte da análise conjuntural das mudanças no padrão histórico de orientações políticas no plano externo dos países.

Sendo assim, a noção de matriz da política externa:

diz respeito aos contornos mais gerais da política externa de um país e busca determinar a forma pela qual ele concebe a dinâmica do sistema internacional; identifica as ameaças e possibilidades que esse sistema representa para seus próprios objetivos; dimensiona sua potencialidades, recursos, fraquezas e capacidade de ação internacional; projeta os objetivos e interesses dos outros agentes que atuam no sistema internacional; e planeja uma inserção nesse sistema do modo que o considera o mais vantajoso possível.⁴²

A inclusão da projeção dos objetivos e interesses de outros agentes que atuam no sistema internacional, dentro da noção exarada acima, contribui para a percepção preliminar de um estudo que vislumbra a compreensão de relações bilaterais. A visão do outro aqui importa para que se busque estabelecer os fatores prioritários na construção de uma agenda comum e conseqüentemente na elaboração de uma proposta de periodização.

É a percepção de “fatores de persistência” dentro da própria cultura para a construção da identidade nacional e internacional⁴³ que funcionará como uma luz de expressão de uma visão identitária de mundo. A continuidade é requisito indispensável a toda política exterior. Estabilidade e coerência no tempo asseguram crédito aos

⁴² SENNES, Ricardo Ubiraci. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 36.

⁴³ “A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.” CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura (volume II: o poder da identidade)*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 23.

compromissos assumidos e têm valido ao Brasil um justo conceito nos círculos internacionais.⁴⁴

1.2. Governo Dutra (1946-1950): O Culto à Tradição

A geração de 1945 foi afirmada como uma geração sem crítica. Toda aquela conjuntura do período aparentemente levava os ânimos para fora homens. A longa permanência da ditadura impossibilitara a formação de uma opinião pública cônica dos problemas nacionais e internacionais da nação.⁴⁵ Segundo Eduardo Portella “45 é já, por si só, a data de um retrocesso em nossa história cultural. Vivemos mais o drama europeu que o nosso. Estávamos voltados para os ideais e esquecidos das necessidades”.⁴⁶ O *Instrumentalismo* desta geração preferiu privilegiar a forma ao invés do conteúdo. Houve, em seu bojo, o concretismo: “Movimento que se identificava com a anti-nação, no seu isolacionismo, na sua inconsciência, no seu desprezo pelo nosso esforço emancipador”.⁴⁷ De forma bastante crítica, Eduardo Portella afirmava:

Os homens de “45” não souberam o que fazer com o cadáver do Estado Novo: tropeçaram nele. Vivemos um retrocesso em nossa história cultural. No campo literário o fracasso se verificou através de uma oposição à experiência dos modernistas de 22 e de 30. O *instrumentalismo* não apenas não aprofundou essa experiência, como se apôs a ela. Por isso a chamada “geração de 45” silenciou cedo, institucionalizou-se, esterilizou-se. No campo político a consequência foi semelhante. A Constituição de 46 só não está totalmente alienada graças à ação de representantes de um pensamento político atualizado e ao hábito, consolidado através de quinze anos, de pensar a realidade brasileira.⁴⁸

Neste contexto de pós-guerra, com o aparecimento dos primeiros sinais da Guerra Fria e com a criação do Plano Marshall - que consubstanciou a faceta econômica da Doutrina Truman -, adotado pelo governo norte-americano, foram eleitos como espaços privilegiados de atuação a Europa e a Ásia. Entendia-se que estas regiões do planeta encontravam-se como alvos preferenciais das disputas entre os dois emergentes blocos geopolíticos. Dessa forma, os demais territórios do globo passavam a ocupar menor espaço nas decisões político-econômicas das superpotências.

Em que pese a tese de que a política externa do governo Dutra tenha sido em alguma medida uma continuação da política dos últimos anos do período Vargas, deve-

⁴⁴ LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 20-21.

⁴⁵ ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais: 1945-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Corpo e alma do Brasil - Brasil em perspectiva*. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

⁴⁶ PORTELLA, Eduardo. *Literatura e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971, p. 55.

⁴⁷ *Idem*, p. 38-39.

⁴⁸ *Idem*, p. 44-45.

se sublinhar o fato de que a especificidade do estilo e os resultados alcançados pela primeira não contemplaram as compensações e demandas requeridas pelo país da forma como foram conseguidas durante a Segunda Guerra Mundial. Enquanto para Vargas o alinhamento⁴⁹ aos Estados Unidos fora um instrumento de política externa, com vistas a negociar compensações econômicas e militares, para Dutra esta aproximação e apoio tornaram-se o objetivo central e político. Nos primeiros anos de governo, chegou-se a aceitar a estratégia estadunidense como uma forma de defesa da civilização ocidental.

Além disso, no plano macroeconômico, boa parte dos setores políticos nacionais pactuava com as teses do livre-comércio. A economia brasileira à época de Dutra encontrava o problema fundamental da inflação, para o qual confluíam as maiores preocupações do governo. No setor externo a situação era aparentemente favorável: as restrições ou o estabelecimento do preço-teto no mercado americano deixaram de existir desde julho de 1946. As autoridades monetárias relaxaram os controles estatais de entrada e saída de capitais. Essa, contudo, parece não ter sido a melhor alternativa àquela época. O que ocorreu em seguida foi uma evasão alarmante de divisas no país. Pedro Malan lembra que: “De fato, entre 1946 e 1952 a economia brasileira experimentou uma saída líquida de divisas da ordem de 500 milhões de dólares”.⁵⁰ O modelo liberal seguido pelo governo não se acautelou do problema fundamental da inconvertibilidade das moedas de países para os quais o Brasil exportava mais da metade de seus produtos. A “escassez de dólares” no mercado mundial teve conseqüências para o esgotamento das divisas brasileiras acumuladas durante o período da Guerra.⁵¹

Em junho de 1948, o governo mudou de orientação e estabeleceu um sistema de licenças para as importações. Com a moeda ainda valorizada, não cresceram as exportações. O mercado interno, todavia, se avolumou e a economia, nos últimos anos do governo Dutra, cresceu, apesar da redução real dos salários causada pela repressão ao movimento sindical.⁵²

⁴⁹ Ver HIRST, Mônica. *Os cinco “As” das relações Brasil-Estados Unidos*. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas, volumes 1 e 2*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 95-97.

⁵⁰ MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 64-65.

⁵¹ Para discussão aprofundada acerca do tema da escassez de dólares ver: VIANNA, Sérgio Besserman. *Política econômica externa e industrialização: 1946-1951*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

⁵² FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: USP, Imprensa Oficial SP, 2002, p. 222-223.

Também em 1948 foi instituída uma comissão para estudos da situação econômica do Brasil. A missão Abbink objetivava dar atenção às possibilidades e capacidades do Brasil de promover seu desenvolvimento explorando suas próprias riquezas. Além disso, intentava-se articular maiores fluxos financeiros estrangeiros para o país. Havia, no entanto, “o cuidado norte-americano em evitar qualquer comprometimento oficial com o financiamento de programas brasileiros de desenvolvimento”.⁵³

Em junho de 1950 o Congresso estadunidense aprovou o *Act of International Development*, permitindo a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, celebrada em dezembro de 1950, quando já havia sido eleito Getúlio Vargas. O *Act* parecia não ter grande importância para os EUA. O início dos problemas na Coreia em 1950, no entanto, colocou diante daquele país a necessidade de olhar com mais cuidado para as regiões que até então estavam sendo negligenciadas por sua política externa.⁵⁴

O alinhamento ocidental do Brasil no governo Dutra teve como medidas contundentes o rompimento de relações com a União Soviética em outubro de 1947 e com a China, após o movimento comunista contra o governo de Chang Kai-Chek.⁵⁵ O rompimento com os países do Leste teve suas origens internacionais em razão do contexto de guerra fria, mas também internas. O crescimento do PCB nas eleições de 1945 foi um fenômeno sem precedentes. Yedo Fiúza chegou a alcançar uma votação expressiva de 10% do total. As repressões e cassações apoiadas pelo Supremo Tribunal Federal levaram o PCB à clandestinidade em 1948.

O final da década de 1940 representa, para os principais analistas da política exterior brasileira, o final de uma fase de percepção equivocada de uma possível ajuda norte-americana ao Brasil. Deve-se registrar a ocorrência de certa insatisfação em relação à política de prioridades norte-americanas. O máximo que se conseguiu durante o alinhamento do governo Dutra aos Estados Unidos foi a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), um acordo inserido claramente no contexto de Guerra Fria e que previa mecanismos de manutenção da paz e da segurança do hemisfério, além da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) que não seria foro adequado para a discussão de problemas econômicos. Não demorou em se

⁵³ MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *Op. Cit.*, p. 67.

⁵⁴ VIANNA, Sérgio Besserman. *Política econômica externa e industrialização: 1946-1951*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *Op. Cit.*, p. 118.

⁵⁵ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.*, p. 271-272.

perceber que a aposta brasileira estava fadada ao insucesso. Ficou então desse período o nítido sentimento de frustração muito pela falta de visão de que as prioridades norte-americanas não se encontravam no continente americano. A percepção desse processo não foi automática e as ilusões do início do governo Dutra foram no decorrer do período sendo lentamente erodidas.⁵⁶

Quanto à questão colonial, o período posterior à Segunda Guerra trazia em si as contradições entre a luta dos aliados a favor da liberdade e da democracia e a manutenção do sistema colonial. As conseqüências do conflito mundial sobre os princípios legitimadores foram enormes, abrindo lacunas no discurso legitimador do colonialismo, que, ressaltado, inseria-se em um contexto de ausência de problematização quanto ao tema.⁵⁷

O tema do colonialismo não podia ser reduzido simplesmente à política de Guerra Fria. A percepção do problema por parte dos diversos atores brasileiros envolvidos “– Presidência da República, Secretaria de Estado, diplomatas e quadros formadores de opinião – se apresentava de forma prismática, alternando razões de ordem política, econômica e ideológica a condução de sua atuação”.⁵⁸

Na primeira reunião do Conselho de Tutela, em março de 1947, Eurico Pentado, como representante brasileiro no Comitê *ad-hoc* – criado pela Resolução 66 (I) da Assembléia Geral da ONU, em 14 de dezembro de 1946 -, adotou postura de apoio ao grupo colonialista, tendo sido o Brasil, por isso, eleito para os trabalhos do segundo biênio do Comitê Especial.⁵⁹

A atuação do novo representante brasileiro, José Jobim, nas reuniões do Comitê Especial, em 1949, todavia, demonstrou profunda divergência com relação a seu antecessor, propondo a transformação do Comitê de caráter provisório em permanente para permitir o amadurecimento das discussões e maior eficácia das recomendações.⁶⁰

No plano econômico, já àquela época, havia a percepção de que a política de proteção colonial trazia sérios prejuízos à competitividade dos produtos brasileiros. Nesse sentido, várias manifestações do Senado da República e de órgãos formadores de opinião apontavam diagnósticos semelhantes, afirmando que as implicações decorrentes

⁵⁶ VIANNA, Sérgio Besserman. *Política econômica externa e industrialização: 1946-1951*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *Op. Cit.*, p. 107.

⁵⁷ PINHEIRO, Letícia. *Ação e omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1988, p. 8.

⁵⁸ *Idem*, p. 9.

⁵⁹ Ver sítio da ONU: www.un.org/document/ga/res/1/ares1.htm.

⁶⁰ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 11-13.

do desenvolvimento econômico dos territórios coloniais acarretariam sérios efeitos concorrenciais à economia nacional. É necessário ter presente que o Brasil possuía substanciais superávits comerciais com a área de moeda inconvertível, enquanto acumulava grandes e crescentes déficits com os EUA e com os países de moeda forte.⁶¹

Todavia, argumentos em torno da legitimidade do controle sobre os territórios não-autônomos ainda dominavam o imaginário da elite diplomática brasileira e combinavam elementos de ordem jurídica e ideológica. Durante a Conferência de Paz de Paris, realizada entre 31 de julho e 15 de outubro de 1946, o Brasil lançou mão de argumentos de ordem cultural para sustentar suas teses sobre as questões coloniais. A delegação brasileira – que chegou a tomar o título de “advogados da Itália” –, defendendo argumentos de ligação cultural com este país, apoiou sua reivindicação no sentido de realçar as virtudes da cultura e da civilização latinas. O interesse brasileiro justificava-se, para além do discurso culturalista, em razão do excelente mercado de algodão e café que representava a Itália para o Brasil.⁶²

A ausência quase absoluta de problematização da questão colonial por parte do governo brasileiro, juntamente com o peso da herança cultural dos grandes centros europeus, constituiu o fundamento do discurso brasileiro com relação ao tema da colonização que, na ausência de melhores elementos justificadores, pautou-se pelo culto à tradição, o que, ao longo da história, se constituiria em obstáculo à alteração da política externa do Brasil.⁶³

1.3. Governo Vargas (1951-1954): Os Obstáculos Institucionais

Com o segundo governo de Vargas, teve início o desvio de rumo da política exterior brasileira, consubstanciado em uma perspectiva nacional-desenvolvimentista, a qual privilegiava a consolidação dos processos de industrialização e de urbanização do país. A política econômica de substituição de importações e a chamada “estratégia de barganha” buscavam proporcionar ao Brasil apoio ao desenvolvimento industrial.

⁶¹ VIANNA, Sérgio Besserman. *Política econômica externa e industrialização: 1946-1951*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *Op. Cit.*, p. 109.

⁶² “Para legitimar sua atitude o governo brasileiro contava com duas bases de apoio: a numerosa colônia italiana residente no país, em nome da qual a imprensa procurava elogiar a defesa do Brasil; e o apoio dos países latino-americanos que enviaram mensagens ao governo brasileiro neste sentido...” PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 25.

⁶³ *Idem*, p. 26-27.

Iniciaram-se, no governo Vargas, intensos debates sobre política externa que iriam crescer até o golpe militar. As decepções do período anterior, o retrocesso no pensamento de abertura cognitiva no Brasil e as mudanças sociopolíticas da sociedade brasileira impunham novas demandas à política exterior que passava por um momento de polarização de tendências entre os “nacionalistas” e os “associativistas”. Nesse contexto, Vargas procurou adotar um projeto de barganha, que consistia em “apoiar os Estados Unidos no plano político-estratégico da Guerra Fria, em troca de ajuda ao desenvolvimento econômico brasileiro”.⁶⁴

A década de 1950 veria o desenvolvimento do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, da Organização das Nações Unidas),⁶⁵ criada em 1948, por iniciativa do economista argentino Raul Prebisch. Como efeito do amplo movimento em favor da autodeterminação no campo da economia, entre suas principais recomendações destacavam-se: a intervenção econômica do Estado, a regulamentação do capital externo, a ênfase na industrialização e o atendimento às necessidades básicas da sociedade.

Segundo os cepalinos, a América Latina, no transcorrer de todo o século 19, adotara os princípios liberais e, no entanto, não conseguira avançar muito além da estagnação e da pobreza. Além disso, sua política de exportação de produtos primários tinha, em longo prazo, provocado a chamada “deterioração dos termos de troca”, fazendo com que suas exportações, proporcionalmente, importassem cada vez menos manufaturados do estrangeiro. Era preciso socorrer-se do Estado para estimular um surto industrial e proteger os manufaturados da competição externa. Defendiam também o que se chamou de “substituição de importações”, uma política que visasse ao traslado de empresas estrangeiras com modernas tecnologias produtivas a serem implantadas nos países latino-americanos (elas produziriam aqui o que antes era preciso importar). Seu modelo era dual, pois acreditavam desenvolver um amplo setor econômico modernizado convivendo simultaneamente com o setor agrícola tradicional.

⁶⁴ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, p. 17.

⁶⁵ “*La Comisión Económica para América Latina (CEPAL) fue establecida por la resolución 106(VI) del Consejo Económico y Social, del 25 de febrero de 1948, y comenzó a funcionar ese mismo año. En su resolución 1984/67, del 27 de julio de 1984, el Consejo decidió que la Comisión pasara a llamarse Comisión Económica para América Latina y el Caribe*”. www.eclac.org (Acesso em 26 de agosto de 2007).

A intransigência do novo governo republicano estadunidense (Dwight Eisenhower)⁶⁶ diante do tom reivindicatório do discurso brasileiro provocou um quadro adverso para Vargas que - mesmo em condições ainda não propícias, pois o cenário internacional não oferecia suficientes alternativas - tentou esboçar uma política externa multilateral.

Se por um lado Vargas tentava insuflar a sociedade de um espírito nacionalista, articulando um chamado à participação popular no discurso antiimperialista e avançando na campanha intitulada “O Petróleo é Nosso”, por outro lado, assinava, em 15 de março de 1952, no Rio de Janeiro, um acordo militar de assistência recíproca com os Estados Unidos, o qual era aplaudido pelos partidários do alinhamento ou do associativismo.

A política de ziguezague de Vargas não chegou a bom termo. O Presidente assinava acordos de venda de minerais atômicos aos Estados Unidos sem compensações específicas e, em contrapartida, regulamentava remessas de lucros⁶⁷ pelas empresas estrangeiras estabelecidas no país, promovendo concessões à esquerda nacionalista. Caracterizou-se, assim, o segundo Vargas por um claro e bem observado *pragmatismo impossível*, na acurada visão de Mônica Hirst.⁶⁸

No que se refere ao tema específico do colonialismo, a problemática foi entendida como uma questão de grande interesse da política externa brasileira, tendo como marco inicial, em razão da coincidência de pontos de vista entre os quadros mais

⁶⁶ Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno: “Com a eleição de Eisenhower nos Estados Unidos e a volta dos republicanos ao Poder Executivo, a Comissão Mista, que já apresentava falhas de funcionamento, desapareceu em razão da mudança de critérios da nova administração a respeito da questão, sendo extinta, unilateralmente, em julho de 1953”. (CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.*, p. 279).

⁶⁷ Malan, em análise detalhada do período, quanto ao tema econômico, afirma que: “Com a redução abrupta das receitas de exportação, com uma pauta de importações progressivamente inflexível, com linhas bilaterais de crédito para assistência ao balanço de pagamentos praticamente esgotadas e com crescente custo de serviço de sua dívida externa, o Brasil teve que alterar radicalmente seu sistema cambial em outubro de 1953” (MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *Op. Cit.*, p. 73-74). A Instrução nº 70 da SUMOC, de outubro de 1953, adotou um sistema de taxas múltiplas de câmbio e leilões cambiais. “Nesse sistema estabelecem-se vários mercados cambiais (...). Em cada mercado, surge uma taxa específica de câmbio. Quando o governo define em que mercado cada participante pode atuar, acaba também definindo as condições de cada um desses mercados; se existe excesso ou falta de dólares em cada mercado, ou seja, se as taxas devem elevar-se ou cair em cada mercado” (GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de & JÚNIOR, Rudinei Toneto. *Economia brasileira contemporânea*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 370-371).

⁶⁸ HIRST, Mônica. *O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)*. Cena Internacional, Vol. 5, Nº 1, 2003; HIRST, Mônica. *A política externa do segundo governo Vargas*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon, SEITENFUS, Ricardo & CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Coordenadores). *Crescimento, modernização e política externa – Volume I: Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Jures, 2006, p. 263-291.

atuantes do Itamaraty e o próprio Vargas, a tentativa de reforço de posições mais autônomas e menos atreladas ao comprometimento com o *status quo*.

Na medida em que o projeto desenvolvimentista fortalecia a perspectiva de autonomia tanto do Brasil quanto da América Latina, o interesse em abrir novos espaços de atuação e a provável concorrência a produtos primários do Brasil constituíram incentivos importantes à crescente percepção adversa acerca da situação colonial. Getúlio Vargas chegou a afirmar em sua primeira Mensagem Presidencial que:

O Brasil encara com simpatia e interesse o desenvolvimento econômico de outras regiões, condição indispensável para a expansão do comércio mundial. Mas nota que a estimulada concorrência das áreas coloniais não parece servir aos interesses legítimos dessas áreas – que devem repousar antes numa expansão econômica equilibrada que num desenvolvimento desproporcionado dos setores de exportação – e se processa em condições desvantajosas para os países independentes, exportadores de produtos primários.⁶⁹

Vargas chegou ainda a mencionar a situação de preferência aduaneira em que se encontravam os territórios coloniais e ainda afirmava expressamente que a concorrência dessas áreas poderia influenciar negativamente não só nos planos de desenvolvimento, mas também contribuir para agravar a tendência secular à deterioração dos termos de intercâmbio, sustentando ainda que:

Todo colonialismo deve ser entendido como uma sobrevivência indesejável nos quadros da vida internacional de hoje. Ele se opõe ao ideal de elevação do bem-estar geral dos povos e introduz nos quadros do comércio internacional um fator de desequilíbrio, que compromete, cedo ou tarde, a unidade política das nações.⁷⁰

Tal posicionamento foi corroborado pelo então chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas, João Carlos Muniz que, em carta ao Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, chegou a afirmar que “a economia colonial, baseada em produtos de exportação, sem qualquer preocupação de elevar os padrões de vida e criar mercados internos, nos é, obviamente, prejudicial”.⁷¹

O debate sobre a auto-determinação da Tunísia, que chegou à ONU no início do ano de 1952, abriu a possibilidade de o Brasil agir de forma mais autônoma no que se refere aos interesses econômicos ou militares dos EUA, buscando alcançar as simpatias dos países árabes, asiáticos e latino-americanos. O Brasil, na VII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, além de votar a favor da inclusão da questão da Tunísia e do

⁶⁹ VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. Livraria José Olympio Editora, Rio, 1952, p. 156.

⁷⁰ *Idem, Ibidem*.

⁷¹ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 39.

Marrocos na agenda de discussões, estava disposto a conciliar interesses, chegando a apelar à França para que reiniciasse as negociações com os nacionalistas tunisianos.⁷² O objetivo brasileiro estava fortemente relacionado à sua busca por ascender a postos significativos dentro do sistema ONU, podendo transformar-se em liderança não apenas do bloco latino-americano, mas também com boa capacidade de interlocução com os blocos árabe e muçulmano.

Nos trabalhos da Comissão de Tutela, o Brasil defendeu a tese de que deveria existir, nos territórios não-autônomos e sob tutela, estreita correlação entre o desenvolvimento econômico e o progresso social, assinalando que seria impossível conceber uma economia colonial em moldes clássicos, reduzidos os territórios a meros fornecedores de matérias primas de exportação, sem que os interesses de seus habitantes fossem levados em conta. A eficácia da atuação brasileira, nestes últimos anos, na Comissão de Informações sobre Territórios Não-Autônomos, foi reconhecida com a renovação do mandato brasileiro na Comissão para mais três anos.⁷³

A atitude assumida por Vargas buscava colher os frutos de uma aparente posição anti-colonialista, posicionando-se como importante interlocutor internacional, sem que, com isso, entrasse em conflito com as potências coloniais. Tal atitude, no entanto, durante a gestão do Ministro Vicente Ráo, começou a apresentar sérios entraves. O Ministro, simpatizante da UDN, passou a agir de forma contrária ao que vinha sendo a orientação até então. Na VIII Assembléia Geral, em 1953, o Brasil votou contra o projeto de resolução dos países árabes, que sustentava o direito à soberania e independência do povo tunisiano, o que provocou reação veemente da presidência da República.⁷⁴ Vargas passava a perder, a partir de então, autonomia em ditar posições sem consulta prévia do Itamaraty e as teses mais tradicionais, persistentes no topo da burocracia do MRE, de apoio às potências coloniais, voltavam à tona.

Essas teses são mais bem visualizadas no caso da atitude brasileira perante o colonialismo português. A tradição de amizade, a herança cultural, as questões de “paternidade” e “permanência” sempre pautaram a relação do Brasil com Portugal e

⁷² Segundo a análise de Antônio Carlos Lessa, o Brasil “exortava as partes à negociação pacífica e urgente, com o objetivo último de se chegar à constituição de governos nacionais tanto para a Tunísia quanto para o Marrocos” (LESSA, Antônio Carlos de Moraes. *A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2000, p. 139-140).

⁷³ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1952.

⁷⁴ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 49.

imprimiram à retórica brasileira um viés cultural e um “imperativo de consciência” maior do que outras questões de razão política.

Portugal, com o apoio do Brasil, somente foi admitido como membro das Nações Unidas em 1955. As questões referentes, portanto, às “províncias ultramarinas” só então passaram a constituir objeto de debate multilateral entre as nações. A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil, em 16 de novembro de 1953, afirmava a necessidade de buscar o desenvolvimento da Comunidade Luso-Brasileira, consolidava consultas recíprocas sobre assuntos de natureza internacional de interesse comum e materializava tanto a equiparação e livre circulação entre portugueses e brasileiros como aplicava o princípio da nação mais favorecida aos cidadãos de ambos os países.⁷⁵

O domínio colonial português era entendido como “obra da civilização”. Sob o título de matéria internacional de comum interesse destacava-se o sistema colonial português. É necessário observar que textos confidenciais, chamados “Notas Interpretativas”, obstaculizavam o acesso brasileiro às colônias portuguesas por englobar todo o território brasileiro à Comunidade Luso-Brasileira e excluir as “províncias ultramarinas” de Portugal. Segundo Letícia Pinheiro,

A relação com Portugal, sob a proteção de argumentos subjetivos axiomáticos, embora encaminhada à parte de considerações de ordem mais objetiva presentes na política exterior de Vargas, terminava por colocar obstáculos no caminho em busca de uma reversão da diplomacia brasileira frente ao processo de descolonização africana, na medida em que sustentava uma posição de apoio à manutenção do colonialismo português.⁷⁶

1.4. Governo Café Filho (1954-1955): O Apoio Irrestrito à Causa Portuguesa

Durante a gestão de João Café Filho, como presidente interino, Raul Fernandes, histórico militante udenista - que já havia sido chanceler de Dutra -, reassumiu a chefia do Ministério das Relações Exteriores. Sua atuação foi particularmente importante para reforçar a participação do Itamaraty em temas econômicos.

Grandes dificuldades surgiram durante o ano de 1954 com a redução das vendas de café para o mercado norte-americano. Essa diminuição foi causada pelas condições

⁷⁵ As discussões sobre a elaboração de um acordo deste tipo já vinham ocorrendo desde o início do século XX; ganharam corpo durante o primeiro governo Vargas, não foram tratadas por Dutra e tornaram a fazer parte do diálogo entre os dois países com o regresso de Getúlio Vargas à Presidência, em janeiro de 1951, e com Neves da Fontoura ocupando a pasta das Relações Exteriores. Para maiores esclarecimentos vide MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, *passim*.

⁷⁶ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 58.

climáticas locais, além de ser uma consequência das restrições impostas pelos Estados Unidos. Como já havia ocorrido em inúmeras ocasiões, os lucros provenientes deste comércio dependiam mais da política de preços aplicada ao produto que do volume de sacas exportadas. Paralelamente, o governo Café Filho enfrentou até o fim grandes dificuldades para controlar o déficit público.

Com o colapso dos preços do café, que ainda concentrava exportações até 1954, responsável então por, aproximadamente, 60% das exportações brasileiras, o país enfrentava uma grave crise cambial. Somado a isso, o governo Eisenhower parecia não ter o Brasil em suas prioridades, afastando o Eximbank dos empréstimos de longo prazo para projetos de desenvolvimento.⁷⁷

O cenário deficitário se manteve durante os quinze meses de interregno institucional do governo Café Filho (1954-56). Na tentativa de revertê-lo, o ortodoxo Eugênio Gudin foi alçado à pasta do Ministério da Fazenda. Foram adotadas novas políticas fiscais e monetárias com premissas ortodoxas, que visavam a recuperar a estabilidade econômica do país. Também foram reforçadas, através da Instrução nº 113 da SUMOC, as medidas de liberalização para a entrada de capital estrangeiro e das importações.⁷⁸

A inquietação da cafeicultura com o chamado “confisco cambial” resultou na substituição de Gudin. Em seu lugar, foi nomeado José Maria Whitaker, ex-ministro da Fazenda de Vargas no governo provisório. Whitaker buscou, por meio de uma reforma cambial, recuperar a participação do café brasileiro no mercado mundial, revertendo completamente a condução da política econômica e confiando a Roberto Campos, então superintendente do BNDE, autonomia para tornar o objetivo realidade. A situação, todavia, não solucionou os problemas nacionais; permanecia ainda grande desestímulo ao influxo de capitais e intensos problemas fiscais.⁷⁹

No que tange ao tema colonial, é interessante notar que Café Filho realizou apenas duas viagens internacionais: Bolívia e Portugal, ambas no ano de 1955. No mesmo mês em que o Presidente viajava a Portugal - para tratar do aprofundamento das relações de amizade entre os dois países -, realizava-se, entre 18 e 24 de abril, na

⁷⁷ Para maiores detalhes ver: PINHO NETO, Demosthenes Madureira de. *O interregno Café Filho: 1954-1955*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *Op. Cit.*, p. 151-171.

⁷⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁷⁹ PINHO NETO, Demosthenes Madureira de. *O interregno Café Filho: 1954-1955*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *Op. Cit.*, p. 151-171.

Indonésia, a primeira conferência dos povos afro-asiáticos sem a presença das antigas metrópoles coloniais, a chamada Conferência de Bandung.

Além do lançamento das bases do movimento neutralista e não-alinhado, afirmava-se naquela oportunidade o peso do bloco afro-asiático no cenário internacional. Para o Brasil, em particular, os reflexos da conferência viriam a ser sentidos na ação diplomática de governos posteriores e ainda no início da mudança da política externa brasileira frente ao tema da descolonização.

É necessário lembrar que, no mesmo ano em que se questionavam as potências coloniais, processavam-se os trâmites do Tratado de Amizade e Consulta Brasil-Portugal e as Nações Unidas admitiam este último país como mais um de seus membros.

A visita de Café Filho a Portugal, em 1954, acompanhado do ministro de Relações Exteriores, Raul Fernandes, teve um caráter de confirmação dos laços de amizade entre Brasil e Portugal e de demonstração do caráter conservador que marcava os altos quadros do Itamaraty àquela época. Chegou a afirmar que “os portugueses são brasileiros da Europa, como os brasileiros desempenham o papel de portugueses na América”.⁸⁰

Quanto ao apoio brasileiro a Portugal na disputa territorial com a Índia, desde 1954 o Brasil vinha dando suporte aos esforços portugueses para manter suas possessões na Índia. Café Filho, ao responder uma pergunta sobre o assunto, afirmou: “Estamos ao lado dos portugueses em qualquer parte do mundo”.⁸¹ Demonstrava, assim, a posição brasileira de então: apoio irrestrito à causa portuguesa.

1.5. Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960): A Retórica dos Laços Tradicionais de Amizade a Portugal e o Avanço do Anti-colonialismo

Os quinze meses que se seguiram ao suicídio de Vargas foram institucionalmente bastante conturbados. Até a decisão militar, capitaneada pelo general Lott, que assegurou a posse de Kubitschek, não se superaria o clima de instabilidade reinante à época.

O início do governo JK foi marcado pelo alinhamento aos Estados Unidos. A política econômica de Juscelino foi definida no Plano de Metas, que abarcava 31

⁸⁰ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 71.

⁸¹ *Idem*, p. 71.

objetivos distribuídos em seis grandes linhas de ação: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a metassíntese, a construção de Brasília.⁸²

O modelo de industrialização adotado por Juscelino seguiu mais um desenvolvimentismo-associado do que um nacional-desenvolvimentismo. O capital estrangeiro foi sistematicamente procurado para entrar e investir no Brasil. “O capital estrangeiro não só era bem-vindo como tratado com liberalidade”.⁸³

No plano internacional, JK idealizou a chamada Operação Pan-Americana – OPA⁸⁴ - que objetivava chamar a atenção dos Estados Unidos para a América Latina e obter maiores créditos do sistema financeiro internacional.

A OPA pretendia incrementar os investimentos nas regiões economicamente atrasadas do continente, compensando a escassez de capitais internos, promover a assistência técnica para melhorar a produtividade e garantir os investimentos realizados, proteger os preços dos produtos primários exportados pela América Latina, bem como ampliar os recursos e liberalizar os estatutos das organizações financeiras internacionais.⁸⁵

Juscelino Kubitschek buscava coordenar, a partir da criação da OPA, uma maior ênfase à interdependência entre os Estados e à cooperação internacional. Conforme discurso de paraninfo para uma turma do Instituto Rio Branco, Juscelino afirmou que contatos de toda ordem deveriam ser intensificados, estabelecendo, ao menos em discurso, o início de uma clara visão universalista nas relações internacionais do Brasil:

A aceleração do progresso econômico das nações que, como a nossa, emergem do estágio do subdesenvolvimento, depende, em grande parte, da cooperação internacional, da intensificação dos contatos de toda ordem, do harmonioso intercâmbio comercial, da canalização de um maior fluxo de investimentos estrangeiros e de incremento da assistência técnica, do aumento do valor e do volume das exportações.⁸⁶

A OPA foi lançada no momento adequado e discursava em defesa dos ideais ocidentais. JK sempre buscava se referir ao desenvolvimento como uma forma de assegurar o continente contra a invasão de ideais “alienígenas”. “O presidente brasileiro situava a OPA no contexto da luta do Novo Mundo para a defesa de suas idéias e, assim, erguia-se ‘contra a ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético’”.⁸⁷

Já em fins dos anos cinquenta, o Brasil assumia uma posição crítica à segregação racial que estimulava uma maior aproximação aos países da África negra. Mencionem-

⁸² FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil. Op. Cit.*, p. 235.

⁸³ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.*, p. 289.

⁸⁴ Para Selcher, a idealização da OPA foi uma das mais imaginativas e oportunas iniciativas em política externa de Kubitschek. (SELCHER, Wayne. *Op. Cit.*, p. 40).

⁸⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Op. Cit.*, p. 22.

⁸⁶ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.*, p. 289.

⁸⁷ *Idem*, p. 291.

se os entendimentos iniciados com os governos do Senegal, Etiópia, Mauritânia, Gana e Togo, como também o comparecimento brasileiro à II Conferência Pan-Africana, realizada em Addis Abeba em maio de 1960.

Outra demonstração relevante da maior aproximação do Brasil com novos temas da agenda mundial se deu com sua participação em operações de paz promovidas pela ONU. Em novembro de 1956, o governo JK contou com amplo apoio interno para que o país integrasse a Força de Emergência no Canal do Suez. Outra experiência deste tipo se repetiu em 1961, quando o Brasil enviou oficiais da Força Aérea Brasileira ao Congo, em apoio à operação organizada para contornar a crise deflagrada pelo assassinato do presidente Lumumba.

Novas frentes de relacionamento externo foram também abertas com os países asiáticos. A "Operação Brasil-Ásia", implementada nos anos 1959-60, levou ao estabelecimento de relações diplomáticas com o Vietnã do Sul, Tailândia, Federação da Malásia, Coréia do Sul, Ceilão e Sri Lanka.⁸⁸

Pode-se perceber que as bases de uma matriz universalista nas relações internacionais do Brasil foram lançadas pela OPA. Sua concretização, todavia, ainda não havia chegado à maturidade. Na prática, por exemplo, o Brasil, apesar de colocar em pauta o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética, interrompidas desde 1947, não as afirmou no plano material.

Quanto ao tema do colonialismo, o governo brasileiro manteve o posicionamento que apoiava as nações centrais. Apesar do princípio da não-intervenção já fazer parte do elenco das bases do internacionalismo brasileiro, não se adotava, ainda, posição de condenação à prática colonialista. Os vínculos do Brasil com Portugal condicionaram a política do Brasil em relação ao tema da descolonização, como se verificou em 1960, quando manteve posição contrária à independência da Argélia.

Os intelectuais da década de 1950, no entanto, começavam a imprimir novos rumos à discussão sobre a temática da cultura e da posição do país no cenário internacional. Iniciava-se a valorização da história por ser realizada, da ação social, em detrimento dos estudos realizados nos anos trinta. O ISEB⁸⁹ (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) se afastava, nesse sentido, de certa forma, do passado intelectual

⁸⁸ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Op. Cit.*, p. 35.

⁸⁹ Sobre o ISEB ver, dentre outros: PÉCAUT, D. *Intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999; TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978; SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978; JAGUARIBE, Hélio. *ISEB: um breve depoimento e uma apreciação crítica*. In: *Cadernos de opinião*, nº 14, out-nov, 1979.

brasileiro e propunha a noção de cultura como “elemento de transformação sócio-econômica”.⁹⁰

A influência do ISEB⁹¹ nas mais variadas esferas do pensamento no Brasil foi profunda. “Toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 50 se difundem pela sociedade e passam a constituir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira”. Para Paulo Freire, o ISEB, que refletia o clima de desalienação política, característico daquela fase de transição, era a negação desta negação, exercida em nome da necessidade de pensar o Brasil como realidade própria, como problema principal, como projeto. Era identificar-se com o Brasil como Brasil. A força do pensamento do ISEB teve origem nesta identificação com a realidade nacional.⁹²

O plano intelectual do ISEB trabalhava com conceitos como “cultura alienada”, “autenticidade cultural” e “colonialismo”, tendo este último grande influência na esfera política brasileira. Na esteira de pensadores franceses como Balandier, Sartre e Roland Corbisier, a concepção isebiana sobre colonialismo começava a pensar o tema sob os aspectos da dominação, do imperialismo e das manifestações que moldavam a própria personalidade do homem colonizado. O aspecto identitário aparecia como um alerta e uma proposição emancipatória de superação colonialista com a busca da chamada “tomada de consciência”.

A ênfase na autenticidade revelava a necessidade de se construir uma identidade que se contrapunha ao pólo de dominação.⁹³ O modelo isebiano passava a perceber que a formulação de uma identidade verdadeiramente nacional somente surgiria pela busca da liberdade, da emancipação ou do desenvolvimento. Surgia então o tema do humanismo, que se colocava como aspecto central em face da necessidade do nascimento de um novo homem. “Um novo homem surgirá das cinzas do anterior, mas

⁹⁰ ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 45-46.

⁹¹ Há posicionamentos antagônicos, entre os analistas, sobre a importância e a qualidade dos trabalhos isebianos. Dentre os autores que percebem o órgão como uma “fábrica de ideologias” desarticulada da realidade estão: Maria Sylvia de Carvalho Franco, Bolívar Lamounier, Alfredo Bosi, Luiz Carlos de Oliveira Marinho e Carlos Guilherme Mota. Dentre os que, contrariamente, avaliam de forma positiva a contribuição do ISEB para o pensamento no Brasil encontram-se: Renato Ortiz, Vanilda Paiva, Daniel Pécaut, Nelson Werneck Sodré e Paulo Freire. (NASCIMENTO, Raphael Oliveira do. *Idéias, instituições e política externa no Brasil de 1945 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005, *passim*).

⁹² ORTIZ, Renato. *Op. Cit.*, p. 47.

⁹³ *Idem*, p. 56.

isso só se concretizará se o mundo colonizado superar a história do colonialismo, isto é, criar um Estado ‘verdadeiramente’ nacional”.⁹⁴

A articulação proposta entre humanismo, descolonização e identidade nacional caíra, assim, invariavelmente, em tema universal.⁹⁵ “A superação remete, portanto, a um universal, à humanidade”.⁹⁶ O “voltar-se a si mesmo” como “tomada de consciência”, no formato explicitado pelos pensadores do ISEB, foi assimilado - à sua maneira e, provavelmente, porque sensível aos desafios de seu tempo - por João Guimarães Rosa⁹⁷ e João Cabral de Melo Neto. “Grande Sertão: Veredas” e “Morte e Vida Severina” foram expressões literárias, e, de algum modo, filosóficas, que assimilavam a realidade nacional em sua premência de si mesma.

A intelectualidade brasileira tomava posição anti-colonialista. Parte do quadro do Itamaraty começava a direcionar seu entendimento também nesse sentido, apesar do governo JK ainda se encontrar atrelado à retórica dos laços tradicionais de amizade à nação portuguesa. O posicionamento do próprio Juscelino sempre fora bastante claro quanto ao tema das “províncias ultramarinas” portuguesas: os tradicionais laços com Portugal deveriam prevalecer. Em sua primeira visita a Portugal, antes de tomar posse como presidente, Juscelino declarou apoio irrestrito à política ultramarina portuguesa. Em fins de seu mandato, JK, novamente em visita a Portugal, reiterou o apreço à causa portuguesa e assinou uma série de acordos complementares ao Tratado de Amizade e Consulta.⁹⁸

Nesse quadro de transição, a criação do Mercado Comum Europeu, os problemas do comércio internacional do café e a criação da Comissão Econômica para a África no âmbito das Nações Unidas ensejaram a formação de uma nova agenda diplomática brasileira.⁹⁹

⁹⁴ *Idem*, p. 60.

⁹⁵ Fazendo menção ao pensamento de Duroselle, o professor Amado Cervo afirma que: “Nas relações internacionais, os valores universais são próximos aos valores humanistas”. (CERVO, Amado Luiz. *Multiculturalismo e Política Exterior do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 38, No. 2, 1995, p. 144).

⁹⁶ ORTIZ, Renato. *Op. Cit.*, p. 60.

⁹⁷ João Guimarães Rosa ficou quase desconhecido até 1956, quando a publicação de “Grande Sertão: Veredas” o tornou um nome internacional. Na verdade, ele provocou um verdadeiro choque entre leitores e críticos brasileiros, principalmente por sua linguagem, fortemente marcada pela variante caboclo-sertaneja da língua portuguesa, e pela temática, de um lado ligada aos temas do coronelismo e da jagunçagem e, de outro, impregnada de uma problemática metafísica e teológica (o problema de Deus, o sentido da vida, etc.).

⁹⁸ Para ver os acordos assinados entre Brasil Portugal, consultar MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, p. 97-98.

⁹⁹ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 81.

Os aspectos econômicos do processo de descolonização africana surtiam efeitos na opção pelo desenvolvimento econômico do governo, pois influenciavam diretamente na política de proteção dos mercados de exportação, principalmente agrícolas, intrinsecamente necessários ao processo de expansão manufatureira desejado no período.

Nesse contexto, a integração econômica européia ameaçava o setor exportador nacional e ainda o fluxo de investimentos financeiros. A produção de bens primários de exportação, tais como café, cacau e algodão, restaria prejudicada com a isenção de taxas alfandegárias para os produtos de origem africana, o que agravaria o problema concorrencial do Brasil, já pressionado pelos baixos preços que a mão-de-obra barata da África imprimia às suas exportações.¹⁰⁰

Com o objetivo de controlar a exploração da mão-de-obra africana e conseqüentemente corrigir a defasagem de preços dos produtos primários no mercado internacional, a delegação do Brasil, chefiada por Osvaldo Aranha, durante a XII Assembléia Geral da ONU, de 1957, concentrou-se na defesa da criação da Comissão Econômica da África, adotando a estratégia de esvaziar sua posição de liderança, deixando que o estado africano de Gana assumisse a dianteira no lançamento da idéia.

De acordo com Leticia Pinheiro, embora seja possível considerar a atitude de criação da Comissão como um indicador de mudança na linha de orientação da diplomacia brasileira no que se refere ao tema da descolonização, na realidade o governo JK adotava um “paralelismo de posições”, pois reafirmava ao mesmo tempo o apoio às potências coloniais em sua luta pela manutenção do regime de tutela sobre os territórios africanos.¹⁰¹

A questão da independência argelina é bastante elucidativa quanto ao posicionamento dúbio que adotava o Brasil sobre o tema da descolonização.¹⁰² O governo JK buscava manter ótimas relações com a França. Além da auto-proclamada afinidade cultural e a tradicional relação de amizade entre os dois países, procurava-se

¹⁰⁰ “(...) o governo brasileiro adotou, como estratégia de combate, a fórmula que elegia o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) como foro apropriado ao tratamento do problema.” “(...) fora bastante hábil a opção do governo brasileiro de propor o GATT como espaço adequado à discussão do tema. Vinculava-se o Mercado Comum às normas já estabelecidas, reforçava-se o caráter multilateral da questão e descaracterizava o desprestigiado aspecto de ‘queixa’ do Brasil. (*Idem*, p. 83-84).

¹⁰¹ *Idem*, p. 91-92.

¹⁰² Ver discussão aprofundada do tema em SARAIVA, José Flávio S. *Olhares transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo*. In: Revista Humanidades (Consciência Negra), Brasília: UnB, Número 47, novembro, 1999; SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora UnB, 1996.

também captar investimentos necessários para o financiamento de alguns itens do Plano de Metas. É interessante notar que o Brasil apoiou por completo, nesse período, as teses francesas na ONU.¹⁰³

Simultaneamente, e de forma contraditória, conciliava-se a decisão de apoiar a manutenção do domínio francês sobre a Argélia (votou contra a auto-determinação argelina na XV Assembléia da ONU) e acatar a independência do Marrocos e da Tunísia. O relatório anual do Itamaraty concluía que “em virtude da evolução a que atingiram o Marrocos e a Tunísia, e do crescente nacionalismo árabe, os estatutos de protetorados franceses daqueles territórios não mais atendiam aos imperativos da vida moderna”.¹⁰⁴

Outro fator explicativo do apoio brasileiro à França reside na semelhança da condição colonial argelina com a das “províncias ultramarinas” portuguesas. O governo brasileiro defendia, assim, a tese, baseada no artigo 2º, parágrafo 7º da Carta das Nações Unidas, de que, em se tratando de territórios juridicamente integrados à metrópole, a questão deveria ser observada como exclusivamente de direito interno.¹⁰⁵

O Jornal “O Correio da Manhã” chegou a mencionar explicitamente a semelhança da questão argelina com as províncias ultramarinas portuguesas, aduzindo que “não estaríamos respeitando direitos semelhantes de Portugal, país ao qual estamos ligados por um Tratado de Amizade e Consulta. Nossas atitudes têm de ser coerentes, como amigos de Portugal e como amigos da França”.¹⁰⁶

No entanto, apesar desse claro posicionamento de “coerência diplomática” no que tange à dupla França-Portugal, havia opiniões contrárias a tal posicionamento e que demonstravam a incoerência de um país que barrava a auto-determinação argelina e votava a favor da Declaração de Independência dos Povos.

Em que pese o baixo perfil do intercâmbio comercial entre Brasil e Portugal, a ambigüidade da política externa brasileira se evidenciava na atuação brasileira na ONU. Durante a primeira reunião da Comissão de Tutela na XI Assembléia Geral, em 1956, o representante brasileiro Donatello Grieco legitimava o argumento português de que eram os territórios portugueses de além-mar parte integrante do Estado, constituídos tão somente em “províncias ultramarinas”, sendo, portanto, imprópria a sua classificação

¹⁰³ Para discussões aprofundadas vide: LESSA, Antônio Carlos de Moraes. *Op. Cit., passim*.

¹⁰⁴ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 101.

¹⁰⁵ Foi publicada, a 27 de junho de 1954, a nova Lei Orgânica do Ultramar, pela qual as províncias ultramarinas passariam a formar, com a metrópole, um todo único. (MORAES, Carlos Alexandre de. *Cronologia geral da Índia Portuguesa (1948-1962)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2ª ed., 1997).

¹⁰⁶ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 103.

como colônias, o que não os enquadraria no artigo 73, alínea “e”, da Carta da ONU. A imprensa lusitana considerou o discurso de Grieco como “a melhor exposição do ponto de vista português”.¹⁰⁷

Houve também nessa mesma Assembléia uma importante discussão acerca da chamada “cláusula de aplicação territorial”, apresentada por Bélgica e Reino Unido, que gerou vigorosos ataques ao colonialismo por parte de alguns países na ONU. A proposta, entendida como “reação emotiva” por Portugal, reuniu 9 votos favoráveis e 48 contrários, dentre eles o do Brasil. Houve ainda 14 abstenções.¹⁰⁸

O apoio brasileiro a Portugal garantia também a não-inclusão do problema das colônias portuguesas em comitês especiais e debates gerais, como, por exemplo, no caso da rejeição à tentativa de criação de um comitê *ad hoc* para examinar a questão. O discurso brasileiro mantinha a retórica de neutralidade e de “ver a controvérsia entre Portugal e a União Indiana resolvida de maneira pacífica”.¹⁰⁹

Quando o Brasil votou, na Assembléia Geral de 1960, a favor da Resolução nº 1514, “*Declaration on the Granting of Independence to the Colonial Countries and Peoples*”, e contra aquela que faria com que Portugal transmitisse à ONU informações sobre suas colônias, selou-se a ambigüidade da política externa brasileira com relação ao tema.

A aceleração do processo de libertação dos povos africanos e a crescente demanda brasileira frente ao colonialismo começavam a provocar a necessidade de mudanças na orientação da política externa brasileira no que concerne à descolonização. Nomes como Osvaldo Aranha, Álvaro Lins, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde, dentre outros, propunham uma avaliação mais realista e pragmática do problema, chegando-se até a questionar a eficácia do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal. Osvaldo Aranha, na condição de chefe da delegação brasileira à XII Assembléia Geral da ONU, em 1957, alertava para a necessidade de se revisar a orientação brasileira até então a favor das potências coloniais.¹¹⁰

¹⁰⁷ *Idem*, p. 104-105.

¹⁰⁸ CARVALHO, Henrique Martins de. *Estudos de política internacional: política externa portuguesa*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº 70 – Junta de Investigações do Ultramar: Centro de Estudos Políticos e Sociais. Lisboa: Tipografia Minerva, 1964, p. 64-70.

¹⁰⁹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1956, p. 56.

¹¹⁰ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 107.

O então embaixador do Brasil em Lisboa, Álvaro Lins, examinava de forma crítica as relações luso-brasileiras, tendo sido o mais combativo expoente da facção que clamava pela revisão diplomática frente a Portugal. Tal posicionamento chegou a render-lhe a inimizade para com o presidente Juscelino Kubitschek e ainda seu afastamento da embaixada. Em seu lugar foi conduzido o ex-ministro das Relações Exteriores, Negrão de Lima, que teve como missão fortalecer o apoio brasileiro ao governo português.¹¹¹

A imprensa, pouco a pouco, começava a mudar sua orientação, apesar de também espelhar uma ambigüidade sobre o tema. “O Estado de São Paulo” abandonara o discurso em favor de Portugal e passara a criticar a sistemática do Tratado de Amizade e Consulta e a possibilidade de o Brasil apoiar Portugal na XV Assembléia Geral de 1960. “O Correio da Manhã”, que apoiara a manutenção das colônias francesas em 1958, a partir de 1960, começava a opor-se ao colonialismo. O “Diário de Notícias” foi o mais ferrenho opositor ao apoio brasileiro a Portugal.¹¹²

Por outro lado, o jornal “A Noite”, em matéria de dezembro de 1961, intitulada “*O que é o Estado da Índia Portuguesa*”, afirmava que “A Índia Portuguesa tem, no conjunto nacional, situação privilegiada. Não é uma colônia. É mesmo a única província ultramarina que a Constituição de Portugal define como Estado, o Estado da Índia Portuguesa, seu nome oficial”.¹¹³

Em junho de 1957, o então presidente de Portugal, Craveiro Lopes, fez visita ao Brasil¹¹⁴, em que foi divulgada uma Declaração Conjunta de reafirmação dos propósitos do Tratado de Amizade e Consulta, tendo sido recebido por parte da diplomacia e de representantes da política brasileira com grande entusiasmo na ocasião.¹¹⁵ O ex-

¹¹¹ Em carta de rompimento político e pessoal com JK, Álvaro Lins deixava claro: “Efetivamente, Senhor Presidente, as nossas escolhas já estão feitas: os seus compromissos são com a ditadura salazarista; os meus são com a Nação portuguesa imperecível.” Para maiores esclarecimentos a respeito da atuação de Álvaro Lins em relação ao tema da descolonização ver LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

¹¹² PINHEIRO, Leticia. *Op. Cit.*, p. 111.

¹¹³ PORTUGAL, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. *Invasão de Goa: comentários da imprensa*. Edição do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, 1962, p. 12.

¹¹⁴ Para ter acesso aos discursos proferidos quando da visita do presidente de Portugal Craveiro Lopes ao Brasil ver: MAGALHÃES, Américo Laeth de. *Brasil-Portugal: documentário da visita oficial ao Brasil do general Francisco Higino Craveiro Lopes, presidente da república portuguesa (5-25 de junho de 1957)*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

¹¹⁵ O Senador Bernardes Filho, ao aduzir argumentos de enlevo ao sentimento de comunidade e de profunda fraternidade que o Brasil nutria por Portugal, afirmava, fazendo menção à representação diplomática brasileira na Índia como representante dos interesses portugueses naquele país: “Demonstração eloqüente de admirável comunhão de sentimentos entre Portugal e Brasil, demo-la, nós, no recente episódio da Índia Portuguesa”. (*Idem*, p. 63).

chanceler João Neves da Fontoura chegou a afirmar que, além de serem duas as principais constantes da política externa brasileira: o culto ao pan-americanismo e a estreita vinculação com Portugal, o Brasil deveria manter forte comprometimento com Portugal e unidade de pensamento e ação política internacional.¹¹⁶

Além da posição pessoal de Juscelino Kubitschek, sensível à amizade com Salazar, à posição da Igreja e a seus interesses eleitorais, os motivos para o apoio brasileiro a Portugal¹¹⁷ residiam ainda na existência de grupos de pressão no interior da sociedade brasileira como centros, associações, clubes, que, no Brasil, representavam os tradicionais interesses portugueses¹¹⁸. Além disso, no âmbito da geo-política, apontava-se para os problemas que poderiam advir de movimentos anti-coloniais e anti-ocidentais na África. Temia-se que os interesses estratégicos de segurança na fronteira africana pudessem afetar os meios defensivos da causa Ocidental.

Outro ponto importante referia-se à possibilidade de acesso a informações e planos da OTAN, através de Portugal. O apoio da OTAN e da Inglaterra seria requisitado por Portugal no momento em que a querela com a Índia se tornasse mais problemática.

Ademais, havia a questão cultural e a da tentativa de conservação da tradição portuguesa, encontrada nos intelectuais lusistas, na diplomacia ligada à antiga política e no conservadorismo da imprensa brasileira. O Brasil deveria, de acordo com os defensores do luso-tropicalismo¹¹⁹, colaborar com Portugal em sua missão civilizadora nos trópicos, preservando a herança lusitana e impedindo que o colonialismo, eis que persistia a tese do “bom colonizador”, fosse visto como um processo de exploração dos povos.

A ambigüidade da diplomacia brasileira, assim, quanto ao tema da descolonização, continuava evidenciada. Todavia, comparativamente às atitudes assumidas no passado, pode-se observar um avanço qualitativo em uma reflexão conjunta das elites brasileiras. Se por um lado, o Brasil mantinha o direcionamento de tradicional alinhamento ao colonialismo português e francês, por outro, demonstrava

¹¹⁶ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 113.

¹¹⁷ Ver discussão mais aprofundada sobre o tema colonial no governo JK em GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade – as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

¹¹⁸ CERVO, Amado Luiz. *Op. Cit.*, *passim*.

¹¹⁹ Para discussão mais aprofundada acerca do tema do luso-tropicalismo, consultar PENNA FILHO, Pio. *O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961): ensaio de mudança*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. MACEDO, J. B. de. *O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre – metodologia, prática e resultados*. Revista ICALP, vol. 15, 1989, p. 131-156.

apoiar a resolução afro-asiática pela independência dos povos da transmissão de informações segundo o artigo 73, alínea “e”, da Carta das Nações Unidas, votando a favor das resoluções 1514 e 1542, na XV Assembléia da ONU, em 1960.¹²⁰

A lógica da guerra fria, os objetivos internos da política desenvolvimentista e os laços estreitos entre Brasil e Portugal foram fatores determinantes para que a política externa brasileira, no tocante ao tema da descolonização, tendesse e se posicionasse em conformidade com os países colonialistas europeus. No entanto, apesar desse apoio às potências européias, e de acordo com Pio Penna Filho, “com o avançar do movimento e o debate suscitado no conjunto da sociedade brasileira no final dos anos cinquenta, a posição oficial foi se tornando mais frágil e contestada de forma crescente por setores da sociedade civil que acompanhavam mais de perto a política externa brasileira”.¹²¹

O governo JK caracterizou-se, portanto, por um momento de transição na política externa brasileira, explicado pela conjuntura externa e interna.

Em meados da década de 50 começava a perder terreno a tranqüila aceitação do discurso que reduzia todas as demandas à lógica da guerra fria. Paralelamente, ia se formando uma corrente de pensamento que reivindicava um tratamento diferenciado dos problemas de cada país, reconhecendo suas especificidades para além da competição Leste-Oeste. A Conferência de Bandung pode ser caracterizada como um marco deste processo.¹²²

1.6. Os Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964): Universalismo e Anti-colonialismo

Em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros assumiu a Presidência da República apoiado pela mais significativa votação popular da história do Brasil. O novo presidente encontrou sérias dificuldades econômicas, herdadas do período JK. O governo brasileiro, em um contexto de aceleração inflacionária, indisciplina fiscal e deterioração do balanço de pagamentos, buscou desvalorizar a taxa de câmbio e unificar o mercado cambial. Foi obtido sucesso nas negociações com os credores norte-americanos, com a chegada de novos empréstimos.¹²³

¹²⁰ HIRSON, Zenaide Scotti. *O Brasil e a questão colonial portuguesa: o caso angolano*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1979, p. 78.

¹²¹ PENNA FILHO, Pio. *Do pragmatismo consciente à parceria estratégica: as relações Brasil-África do Sul (1918-2000)*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 161-162.

¹²² PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 124.

¹²³ ABREU, Marcelo de Paiva. *Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *Op. Cit.*, p. 197-212.

Após sua renúncia, gerou-se grave crise política no Brasil, que acabou repercutindo em descontrole monetário, fiscal e creditício. Seguiu-se período de indefinição política causando problemas paralisantes na economia nacional. Adotou-se um sistema parlamentarista de governo que, em fins de dezembro de 1962, apresentou o Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado. A partir de 1963, já instituído o presidencialismo, Goulart e o Plano Trienal não conseguiram recuperar o quadro econômico e político. O descontrole das contas públicas, em conjunção com fatores de ordem política, exacerbou as críticas ao governo e desaguaram no golpe militar de 31 de março de 1964.¹²⁴

As políticas do final da década de 1950 e da década de 1960 foram responsáveis pelo início e avanço da visão multilateralista das relações internacionais na política externa brasileira. A Operação Pan-Americana de JK e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart representaram um diálogo maior no eixo Sul-Sul e no eixo Sul-Leste. A diferença fundamental entre uma e outra residia no fato de que “a política exterior inaugurada por Jânio Quadros – diferentemente da OPA de Juscelino Kubitschek, que priorizava o contexto hemisférico – partia de uma visão universal, embora sem descurar do regional”.¹²⁵

No plano cultural tem-se a criação, por jovens artistas e intelectuais, em sua maioria estudantes, - durante o governo João Goulart - do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE. Levar uma arte revolucionária para o povo, com o intuito de conscientizá-lo, era o objetivo dessa intelectualidade juvenil, que atuou principalmente no Rio de Janeiro e no Recife.

O conceito de "política externa independente", desenvolvido por San Tiago Dantas – intimamente influenciado pelo pensamento nacional-desenvolvimentista formulado pelo ISEB - baseava-se nos seguintes objetivos: mundialização das relações internacionais do Brasil; participação intensa na ALALC e UNCTAD, visando à defesa dos preços dos produtos primários e à participação no crescimento do comércio internacional; desarmamento e coexistência competitiva, mas pacífica (posição contrária à realização de experiências nucleares); adoção dos princípios de autodeterminação e não-intervenção; e cooperação econômica internacional para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. A concepção básica era de que o Brasil, respeitadas as boas

¹²⁴ *Idem, Ibidem.*

¹²⁵ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.*, p. 310.

normas internacionais de procedimento, resguardava-se o direito de negociar com todos os países, de acordo com suas próprias conveniências.

De acordo com a postulação básica da PEI, o Brasil deveria ampliar sua autonomia no plano internacional, desvincilhando-se dos condicionamentos impostos pela bipolaridade. As posições do país deveriam ser motivadas pelos interesses nacionais e não pelas pressões das grandes potências - especialmente dos Estados Unidos. Para tanto, tornava-se necessária a diversificação de suas relações políticas e comerciais e sua conseqüente mundialização.

Partia-se, portanto, para uma concepção globalizante da inserção internacional do país, libertando a diplomacia brasileira da polarização Leste/Oeste e introduzindo uma perspectiva universalista nas relações internacionais. Havia um sentido de “projeção no mundo”, a partir da política externa, inerente à visualização do país e de suas características intrínsecas: “um país de dimensões continentais, de base étnica multirracial e com raízes culturais indígenas, européias e africanas, fortemente comprometido com a democracia representativa e em processo de desenvolvimento acelerado”.¹²⁶

O diplomata João Augusto de Araújo Castro foi um dos grandes responsáveis pela consolidação da noção que não buscava privilegiar blocos ou alinhamentos e sim alcançar a totalidade das nações do planeta. Influenciado pelo crescimento econômico do pós-guerra, Araújo Castro incorporou à política externa brasileira a preocupação com o desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas, com o anti-colonialismo e o anti-racismo e com a necessidade de defesa dos direitos humanos e a preservação ecológica em nível global.

No discurso de abertura da XVIII Sessão da Assembléia Geral da ONU, ocorrida em setembro de 1963, Araújo Castro proferiu seu famoso discurso sobre Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento Econômico, o chamado “Discurso dos 3 D’s”.

É fácil precisar o sentido de cada um dos termos desse trinômio. A luta pelo Desarmamento é a própria luta pela Paz e pela igualdade jurídica de Estados que desejam colocar-se a salvo do medo e da intimidação. A luta pelo Desenvolvimento é a própria luta pela emancipação econômica e pela justiça social. A luta pela Descolonização, em seu conceito mais amplo, é a própria luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos.¹²⁷

¹²⁶ MELLO E SILVA, Alexandra. *O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea*. Revista Estudos Históricos, Vol. 8, Nº 15, 1995, p. 26-27.

¹²⁷ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas – 1946-1995*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 163.

Após a reforma do Itamaraty, pela Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, a diplomacia brasileira estaria mais apta a enfrentar as novas demandas e a ampliar sua participação. Buscou-se a intensificação de diálogos com a Europa socialista (Polônia, Hungria, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Romênia, Albânia e República Democrática Alemã), por meio da constituição de “grupos de trabalho” e de maiores incentivos comerciais.

Foram criadas, no governo de Jânio, delegações permanentes em Moscou e no Rio de Janeiro, afirmando compromissos comerciais e estabelecendo metas de aproximação inclusive com convites de visita recebidos por Quadros. No governo de Goulart, em novembro de 1961, foram restabelecidas as relações diplomáticas com a União Soviética, interrompidas desde outubro de 1947, com missões da categoria de embaixadas. Para San Tiago Dantas, o reatamento com aquele país decorria da universalização das relações internacionais do Brasil.¹²⁸

Com relação à China, a famosa viagem de João Goulart àquele país, embora tenha desencadeado discussões nocivas no plano interno, teve efeitos positivos para as relações entre as duas nações a partir das possibilidades de abertura de novos mercados e da expectativa de majoração do prestígio internacional.¹²⁹

No que diz respeito às nações afro-asiáticas, propagava-se o discurso de que o Brasil deveria ser o elo entre aquela região e o mundo ocidental. Houve esforço explícito de se vincular o caráter plural da sociedade em termos étnicos e culturais aos padrões de conduta externa. Nesse sentido, foram tomadas as seguintes iniciativas: acordos culturais; um Grupo de Trabalho para a África no Itamaraty; uma linha de navegação entre Brasil e Indonésia, com escalas na África; e a criação de novas embaixadas em Gana, Nigéria e Senegal.¹³⁰

Em 1961, o Brasil aumentou o número de missões diplomáticas de 65 para 87, com 71 embaixadas, 10 legações e 6 delegações permanentes junto a organismos

¹²⁸ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.*, 2002, p. 343.

¹²⁹ *Idem*, p. 318-319.

¹³⁰ De acordo com o professor José Flávio Saraiva, “o ano de 1961 é chave para o reencontro do Brasil com a África. O presidente Quadros restaurou as idéias de Vargas acerca da dimensão estratégica do relacionamento com a África e iniciou, de fato, a dimensão africana da política externa brasileira”. (SARAIVA, José Flávio S. *Olhares transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo. Op. Cit.*, p. 12).

internacionais. A ampliação da presença diplomática foi acompanhada pelo aumento de acordos comerciais e por instrumentos de cooperação cultural e científica.¹³¹

De acordo com Bezerra de Menezes, o governo de Jânio Quadros conseguiu plantar os alicerces de uma política externa nova e independente. E, “dentre todos os setores internacionais, aquele ao qual o Presidente Quadros dedicava maior carinho era relativo a uma aproximação com os povos da África e da Ásia”.¹³² Antes mesmo de ser eleito presidente, ainda como deputado, Jânio visitou Rússia, China, Índia, Egito, Iugoslávia e Inglaterra, avistando-se com os dirigentes desses países, e entrevistando-os. Desses contatos nasceu-lhe uma grande admiração pelos líderes do Terceiro Mundo. Quadros chegava a afirmar que não menos importante do que os tradicionais laços com a Europa eram os interesses, as aspirações e os pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia.¹³³

Quanto ao tema da descolonização, de acordo com Letícia Pinheiro, mesmo durante a vigência da “política externa independente”, não se produziu a negação das teses que justificavam o apoio brasileiro a Portugal.¹³⁴ José Calvet de Magalhães contrapõe-se, no entanto, ao entendimento de Pinheiro, ao afirmar que: “com a substituição na presidência do Brasil de Juscelino Kubitschek por Jânio Quadros, a posição do governo brasileiro com relação ao problema colonial português mudou inteiramente”.¹³⁵ Como representante dos interesses cafeeiros no Brasil, que passaram a pressionar o governo em face da concorrência do café africano, Quadros defendia abertamente a “emancipação inevitável” do mundo afro-asiático.¹³⁶

Os acordos assinados por Juscelino com Portugal, para promover o adensamento do Tratado de Amizade e Consulta, foram praticamente todos abandonados por Jânio Quadros e por João Goulart e se tornaram letra morta, apesar das tentativas em mantê-los na agenda de cooperação entre Brasil e Portugal, procurando, assim, dar-lhes efetividade. Quadros fazia sérias reservas em relação ao regime de Salazar.¹³⁷

¹³¹ Ver informativo do sítio do Ministério das Relações Exteriores: (www.mre.gov.br). (Acesso em 12.03.07).

¹³² BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961, p. 07-11.

¹³³ SELCHER, Wayne. *Op. Cit.*, p. 45.

¹³⁴ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 141.

¹³⁵ MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, p. 100.

¹³⁶ *Idem*, p. 101.

¹³⁷ ARAÚJO, Braz José de. *A política externa no governo Jânio Quadros*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon, SEITENFUS, Ricardo & CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Coordenadores). *Op. Cit.*, p. 336.

Demonstrava-se, assim, que os “laços tradicionais” com Portugal começavam a ser relativizados em prol de uma política externa que se direcionava cada vez mais para a diversificação de parcerias e para um modelo universalista.

O discurso anti-colonialista no Brasil começava a articular-se cada vez mais dentro do governo, a partir da posse de Afonso Arinos de Melo Franco como ministro das Relações Exteriores, em fevereiro de 1961. O Relatório do MRE de 1961 afirmava claramente que o Brasil votou a favor da inclusão na agenda da XV Assembléia Geral do item referente à questão de Angola¹³⁸, mas reservou sua posição quanto à substância do problema, enquanto não houvesse terminado suas conversações com Portugal, nos termos do Tratado de Amizade e Consulta. Concluídas essas conversações, o Governo Brasileiro, em nota dada à imprensa, em abril de 1961, declarou-se plenamente livre para acompanhar o desenvolvimento da situação africana, conforme sua “firme política anti-colonialista, anti-discriminatória e francamente favorável à autodeterminação de todos os povos”.¹³⁹

A XVI Sessão da Assembléia Geral, de 1961, reconhecendo as circunstâncias de que o colonialismo, em sua forma tradicional, ia se tornando um problema residual, adotou, com o apoio do Brasil, a Resolução 1514 (XVI) pela qual foi estabelecido um “Comitê de 17 países para supervisionar a aplicação da “Declaração sobre Outorga de Independência aos Países e povos Coloniais”, aprovada no ano anterior pela Resolução 1514 (XV), a qual previa a adoção, pelas potências administradoras, de medidas imediatas, com vistas à independência de seus territórios coloniais”.¹⁴⁰ A criação deste Comitê, que assumia a função de liquidar o colonialismo, dizia San Tiago Dantas, “marca a passagem entre duas fases nas funções das Nações Unidas nessas matérias”.¹⁴¹

San Tiago Dantas, em seu livro intitulado *Política Externa Independente*, proclamava que a posição anti-colonialista sempre esteve implícita na conduta internacional brasileira, por motivos éticos e econômicos.¹⁴² Em clara demonstração de mudança de rumos na política externa, no que se refere ao tema colonial, o Brasil chegou a propor a Portugal, por intermédio do embaixador em Lisboa, Negrão de Lima,

¹³⁸ Sobre a questão angolana ver: HIRSON, Zenaide Scotti. *Op. Cit., passim*.

¹³⁹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1961, p. 69.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 81.

¹⁴¹ *Idem, Ibidem*.

¹⁴² Ver DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

encampando a idéia de Roberto Campos, um “calendário” de liberação dos territórios não-autônomos ainda sob domínio português.¹⁴³

¹⁴³ MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, p. 105-106.

Capítulo 2. Política Externa da Índia no Governo de Jawaharlal Nehru

2.1. A Independência da Índia e a Prática da Não-violência

O final da 2ª Grande Guerra representou um marco nas negociações de independência da Índia, proclamada em 15 de agosto de 1947. O período que vai até o final do governo do Primeiro-Ministro Jawaharlal Nehru, que se deu com a sua morte em 27 de maio de 1964, coincidiu quase perfeitamente com o período republicano brasileiro iniciado no pós-2ª Guerra Mundial e terminado em 31 de março de 1964, conhecido como período da República Liberal.

O Pós-2ª Guerra foi uma realidade bastante conturbada no cenário das inconformidades humanas. Ao mesmo tempo em que pesadelos foram ultrapassados, outros começaram a surgir. A geopolítica internacional avançou a uma configuração bipolar de um mundo que não corria mais o perigo do nazismo, todavia encarava a situação inédita de ter de aceitar o convívio com arsenais bélicos de capacidade destrutiva total.

A importância da percepção da realidade indiana no pós-2ª Guerra reside, primeiramente, na própria proclamação da independência do país em 1947 e na observação dos movimentos nacionalistas, crescentes desde a década de 1920, e de seus principais atores naquele momento histórico.

A República da Índia, também nomeada oficialmente *Bhārat Ganarājya*¹⁴⁴ (conforme o artigo primeiro de sua Constituição Republicana)¹⁴⁵ possui uma das mais antigas e complexas civilizações do mundo. Há grande diversidade étnica, cultural, religiosa e lingüística no país. São centenas de dialetos falados, dentro de mais de vinte grandes grupos lingüísticos, além do hindi e do inglês como línguas oficiais. As etnias são variadas, podendo-se estabelecer, *grosso modo*, uma divisão em três troncos étnicos: os *indo-arianos*, presentes majoritariamente no nordeste do país; os *dravidianos*, habitantes do vale do rio Ganges e da Índia peninsular; e os *mongóis*, encontrados, primordialmente, no extremo norte.¹⁴⁶

¹⁴⁴ A Índia era conhecida também como Indostão, desde o século XII até a partilha da independência, que a separou do Paquistão. Esse nome agora, no entanto, refere-se à região e não mais à Índia em si.

¹⁴⁵ A Constituição indiana, aprovada por uma Assembléia Constituinte no dia 26 de novembro de 1949, entrou em vigor no dia 26 de janeiro de 1950, data em que é celebrado o “Dia da República” naquele país.

¹⁴⁶ DIMITRIU, Constantino. *Breve historia de la Índia*. Buenos Aires: Editora Científica, 1954, p. 24.

As religiões compõem também um mosaico plural na Índia. O culto do hinduísmo¹⁴⁷ abarca cerca de 74% da população. Há ainda a presença marcante do islamismo, representando em torno de 12% dos habitantes. Em seguida, tem-se o cristianismo com mais de 6% da população indiana. Em menor escala ainda são cultuadas várias crenças tradicionais como os sikhs e outras.¹⁴⁸

A cultura indiana é uma das grandes flores da Ásia. Suas tradições milenares, de íntima aproximação ao gosto estético, influenciam a forma como os indianos se vestem, como preparam seus alimentos e como se expressam artisticamente. Há uma rica tradição de dança, arte popular, teatro, pintura, música e cinema no país.

A par de sua rica cultura, a Índia produziu também grandes nomes que deixaram importante legado à história da humanidade; Mahatma Gandhi foi um deles. A ação de Gandhi e sua doutrina da não-violência - que despertou um processo sem precedentes de desobediência civil em todo o subcontinente indiano -, representaram a característica fundamental das negociações de independência da Índia, proclamada em 15 de agosto de 1947. A 30 de janeiro de 1948, Gandhi, a alma do movimento de independência da Índia, foi assassinado.

O tema que mais chama a atenção no processo histórico de emancipação da Índia liga-se à prática da chamada doutrina da não-violência, conhecida também como *satyagraha*.¹⁴⁹ Gandhi, todavia, não era absolutamente partidário da objeção da consciência para recusa individual do cumprimento do dever militar nacional. Ele não condenava o treinamento militar. Acreditava que, em certos casos, o combate se tornava inevitável.¹⁵⁰ No entanto:

Apenas deseja que a força de verdade, praticada parte a parte, torne a guerra impossível; pensa também que toda engenhosidade e o trabalho gastos em armamentos deveriam ser consagrados à consolidação da paz, e que,

¹⁴⁷ Originado da tradição védica e, de forma mais distante, das religiões e mitos proto-indianos presentes nas civilizações de Mohenjo-Daro e Harappa do vale do rio Indo.

¹⁴⁸ É importante reconhecer que, mesmo a referência a porcentagens relativamente pequenas na Índia, grandes são os números absolutos em face da imensa população que o país apresenta: aprox. 1.170 milhões de habitantes, segundo dados de fevereiro de 2008. Ver sítio do IBGE <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php> (Acesso em 23.05.08).

¹⁴⁹ *Satyagraha* quer dizer “força da verdade”. Exclui o uso da força pelo fato de que o homem é incapaz de conhecer a verdade absoluta, portanto, não é competente para punir. (GANDHI, Mohandas Karamchand. *Non-violent resistance: satyagraha*. New York: Schocken Books, 1961, p. 3).

¹⁵⁰ Na citação de Richard Attenborough, Gandhi declarava: “Creio que se houvesse apenas uma opção entre a covardia e a violência, eu recomendaria a violência. Foi por isso que defendi o treinamento em armas para aqueles que acreditam no método da violência. Prefiro que a Índia recorra às armas para defender sua honra a se abster de maneira covarde e tornar-se uma testemunha impotente de sua própria desonra. Mas creio que a não-violência é infinitamente superior à violência, o perdão é mais nobre que a punição. O perdão enobrece um soldado.” (ATTENBOROUGH, Richard. *As palavras de Gandhi*. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 49-50).

finalmente, esta paz depende de uma solução correta do problema da máquina.¹⁵¹

As entidades produzidas das relações configuradas no tempo da luta pela emancipação indiana tiveram variações de acordo com os sujeitos. Um desses, além de ter sido sujeito interpretante da realidade-real e da realidade-ideal, foi também, e, sobretudo, agente da transformação relacional.

O talento de Gandhi consistiu em mostrar os britânicos à opinião pública (mesmo inglesa) não como eles gostariam de ser vistos, mas como os indianos os viam. Ele conseguiu dar-lhes uma “consciência pesada”. O resultado positivo de uma *satyagraha* não era a vitória de um e a derrota do outro, mas a abertura de negociações num clima de estima recíproca. Nas palavras de Mahatma:

A não-violência não existe se apenas amamos aqueles que nos amam. Só há não-violência quando amamos aqueles que nos odeiam. Sei como é difícil assumir essa grande lei do amor. Mas todas as coisas grandes e boas não são difíceis de realizar? O amor a quem nos odeia é o mais difícil de tudo. Mas com a graça de Deus, até mesmo essa coisa tão difícil se torna fácil de realizar, se assim queremos.¹⁵²

Um acontecimento fundamental na luta de Gandhi pela descolonização da Índia ocorreu em 1928, e dizia respeito ao imposto sobre o sal, instituído pela metrópole britânica. Em 11 de março daquele ano, um exemplo de sua prática não-violenta ficou configurado em sua marcha a caminho de Dandee, porto no sul do subcontinente. Foram 24 dias de caminhadas, cobrindo 300 quilômetros. Ao final dessa marcha, eram vários milhares de peregrinos. Na aurora do vigésimo quinto dia, diante dos milhares reunidos na praia, Gandhi caminhou até o mar, mergulhou e retornou com um recipiente cheio de água, do qual extraiu uma pitada de sal. Apesar da decepção geral, Gandhi realizava um ato imensamente representativo e perturbador de desobediência civil em face da lei que proibia a aquisição de sal sem o pagamento de um imposto.

Deste ato surgiram as negociações que seriam coroadas pelo “Pacto de Deli”, o qual não satisfazia completamente nenhuma das partes, mas constituiria para os indianos um passo importante rumo ao processo de emancipação ou autonomia, também conhecido por *swaraj*.

¹⁵¹ GANDHI, Mohandas Karamchand. *Minha vida e minhas experiências com a verdade*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964, 1964, p. XXXI.

¹⁵² *apud* ATTENBOROUGH, Richard. *Op. Cit.*, p. 44.

2.2. *Política Externa do governo Nehru*

A Índia emancipou-se em 1947 do domínio britânico consolidado desde a guerra contra a França de 1756 a 1763 e, mais precisamente, de mais de quatrocentos anos de exploração europeia no continente. Em 1950, foi elaborada sua Constituição Republicana, vigente até os dias atuais.

Alguns fatores foram essenciais para a configuração da política externa indiana no período pós-2º Guerra: a forte influência das lutas emancipatórias contra o colonialismo e o imperialismo; a visão de mundo em um cenário bipolar e contraditório; a percepção da ausência de uniformidade nas aspirações e movimentos de outros países, levando em consideração a natureza única de sua luta não-violenta por independência; a crença de que a solução de controvérsias no cenário internacional poderia ocorrer de forma pacífica, cooperativa e democrática.¹⁵³

A política externa indiana, de acordo com J. N. Dixit, pode ser dividida em seis fases: de 1946 a 1955 – consolidação territorial e questões regionais com a China e com o Paquistão, apoio a processos de independência e emancipação em outros países e definição de sua política estratégica no conflito ideológico e diplomático da guerra fria; de 1956 a 1964 – início do realismo, aproximação com a URSS e a guerra com a China; de 1965 a 1976 – fase indocêntrica, expansão das relações com a URSS, projetos de desenvolvimento na UNCTAD e no Grupo dos 77, guerras com o Paquistão e primeira explosão nuclear; de 1977 a 1985 – grave crise econômica, a questão da presença russa no Afeganistão, o perigo do programa nuclear paquistanês; de 1986 a 1990 – o desaparecimento da Guerra Fria, a ascensão do Paquistão na região asiática, a melhora das relações com a China; e de 1991 até os dias atuais, caracterizado pela abertura e crescimento econômico indiano.¹⁵⁴ O objeto principal desse capítulo refere-se à análise das duas primeiras fases, ou seja, de todo o governo de Jawaharlal Nehru.

O primeiro governo da Índia independente teve como Primeiro-Ministro um dos líderes do movimento de emancipação, um dos fundadores e representante do partido *All India Congress*, Jawaharlal Pandit Nehru, o qual ainda acumulava a pasta do Ministério de Relações Exteriores. A matriz de política externa da primeira fase desse governo é percebida como dotada de um aspecto idealista. A Índia buscava à época forjar a união dos países em desenvolvimento e de alcançar uma proeminente posição

¹⁵³ DIXIT, J. N. *India's foreign policy: 1947-2003*. New Deli: Picus Books, 2003, p. 15.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 28-244.

global com base em questões morais e em seu compromisso de fazer desses princípios morais uma influência determinante nas relações entre os povos.¹⁵⁵

Ao longo de sua história, como estado moderno, a Índia manteve nos primeiros anos uma política externa e de segurança com características predominantemente idealistas, dadas a grande influência de Mahatma Gandhi e suas idéias sobre Jawaharlal Nehru e seus principais colaboradores, que governaram a Índia durante os primeiros 17 anos de independência.¹⁵⁶

Henrique Altemani de Oliveira também corrobora a percepção de que o primeiro período da política externa de Nehru caracterizava-se por uma tendência idealista. Nesse sentido:

*Nehru's grand strategy envisioned a major power role for India but not in an exclusive realist sense. New Deli initially pursued a foreign policy of idealism, emphasizing a moral and idealistic dimension, denouncing balance of power politics and opting for nonalignment, and advocating peaceful coexistence instead of the containment of communism.*¹⁵⁷

A primeira fase da política externa indiana caracterizou-se também por sua tentativa em exercer liderança em iniciativas reivindicatórias dos países então subdesenvolvidos, como no Movimento dos Não-Alinhados, e nas Conferências sobre Relações Asiáticas (1947) e, ainda, na Conferência de Bandung (1955).

O Primeiro-Ministro Jawaharlal Nehru, influenciado pelo exemplo da prática política norte-americana nos séculos XVIII e XIX,¹⁵⁸ advogava e sustentava uma posição de autonomia internacional. O Movimento dos Países Não-Alinhados¹⁵⁹ servia como uma forma de alerta aos dois mundos (primeiro e segundo) de que havia outros países não necessariamente partidários de um dos dois pólos, mas que almejavam alcançar o desenvolvimento. Nehru também não gostava do termo Terceiro Mundo para qualificar a condição indiana no cenário internacional. No entender de Rajan e Ganguly, o Primeiro-Ministro indiano percebia o mundo da seguinte maneira:

¹⁵⁵ *Idem*, p. 342.

¹⁵⁶ GUIMARÃES, Lytton Leite. *Política externa e segurança: a perspectiva indiana*. In: VAZ, Alcides Costa (coord.). *Op. Cit.*, p. 08.

¹⁵⁷ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *IBSA: India and regional security*. In: VAZ, *Op. Cit.*, p. 172.

¹⁵⁸ Segundo Damodaran, a percepção de Nehru estava ligada à compreensão da postura norte-americana no século XIX. Em suas palavras: “‘Non-attachment’ was practised by the United States during the 19th Century both because of geographical isolation and the technological limitations of an evolving nation state”. DAMODARAN, A.K. *Non-aligned movement and its future*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Op. Cit.*, p. 131.

¹⁵⁹ “Os inspiradores e defensores do movimento (geralmente chamado com o nome de sua primeira conferência em 1955 em Bandung, Indonésia) eram ex-revolucionários coloniais radicais – Jawaharlal Nehru da Índia, Sukarno da Indonésia, coronel Gamal Abdel Nasser do Egito e um dissidente comunista, o presidente Tito da Iugoslávia.” (HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 350).

*He perceived the world in terms similar to those in which Chinese did, that it was divided between the rich and the poor, the developed and underdeveloped, the over-populated and the under-populated (...) In fact, he (Nehru) did not like the term Third World, and he did not think that India was suitable for the Third World's leadership.*¹⁶⁰

No que se refere especificamente ao mundo subdesenvolvido, de acordo com Rajan e Ganguly, a visão que Nehru tinha era a de que este desejava democratização e equalização da política internacional, no sentido de aumentar gradativamente sua participação nas decisões sobre a estrutura da ordem internacional. No entanto, referindo-se inclusive ao Brasil, Nehru acreditava que: “*even a cursory glance at the military power of these states would show that some of them – e.g. Brazil, China, Egypt, India, Iran, Pakistan, etc. – possess sufficient military power to be counted in the world.*”¹⁶¹

Pandit Nehru apostava na democracia liberal do mundo ocidental, a qual evoluiu juntamente com a doutrina do *laissez faire* e com a filosofia do livre mercado. Mantinha, no entanto, fortes reservas sobre o livre mercado. Esse ponto de vista tomava como base as experiências do colonialismo direto, assim como do neo-colonialismo pós-independência na Ásia, na África e na América Latina. O Legado das Índias Orientais tomou conta não apenas do discurso de Nehru, bem assim de quase todos os partidos políticos importantes e dos líderes da Índia.¹⁶²

Os dez primeiros anos de política externa Indiana basearam-se nos princípios demarcados nos discursos e nas ações do período governamental de Jawaharlal Nehru: independência de pensamento e de ação, oposição ao colonialismo e ao racismo e a necessidade de coexistência pacífica entre os povos.¹⁶³

As reações da União Indiana aos eventos internacionais tiveram como ponto fundamental a consideração de sua posição geográfica.¹⁶⁴ Por isso, a história da política externa indiana, desde sua independência até os dias atuais, tem como um de seus pressupostos teóricos fundamentais a questão da autonomia. Autores como Henrique Altemani de Oliveira chegam a afirmar que a política externa indiana, através de sua

¹⁶⁰ RAJAN, M.S. & GANGULY, Shivaji. *Sisir Gupta: India and the international system*. Deli: Vikas House, 1981, p. 202-205.

¹⁶¹ *Idem*, p. 202-203.

¹⁶² BHATTACHARYA, B. B. *Índia – uma percepção da globalização*. In: BENECKE, W. Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (orgs.). *Op. Cit.*, p. 316.

¹⁶³ NEHRU, Jawaharlal. *India's foreign policy: selected speeches, September 1946 – April 1961*. Deli: Ministry of Information and Broadcasting, 1961, *Preface*.

¹⁶⁴ “*The geocultural environment around India and the resulting political trends affected India's external attitudes*”. DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 339.

história desde sua independência em 1947, tem se caracterizado fortemente por uma diretriz: autonomia.¹⁶⁵

O professor Sisir Gupta entendia que, à época do pós-independência indiano, “*The real issue, thus, about India’s foreign policy is how to make India an independent power factor*”.¹⁶⁶ E continuava afirmando quais seriam os principais fatores da política externa indiana no mencionado período:

*India’s foreign policy is inextricably bound up with the internal approach to her problems. The three basic planks of India’s State policies – nonalignment in the world affairs, a democratic and liberal political system, and an increasing governmental participation in the economic life of the community in order to force the pace of economic growth – are all meant to serve the twin objectives of unleashing the revolution and phasing it, objectives which could become the basis for her friendly posture to both the great powers of the world.*¹⁶⁷

A perspectiva da autonomia pode ser observada também nas posições pretensamente neutralistas e pacifistas e na demanda por melhores condições para as economias subdesenvolvidas, em que pese a característica fundamental de sua economia, protecionismo: “(...) *emphasis on the protection of her economy in order to develop the necessary industrial and technological capabilities to attain her defense and development objectives with minimum external investment and maximum self-sufficiency*”.¹⁶⁸ Ou seja, a independência perseguida pela Índia, acima de tudo, dava a esse país uma posição de, teoricamente, não ter sua atuação internacional predeterminada por alianças políticas.

Na prática, no entanto, a Índia, apesar de ser uma democracia, passou a aliar-se, na segunda fase da política externa de Nehru, estrategicamente com a URSS, como um contraponto à aliança sino-estadunidense. A aliança com a União Soviética contrastava com a declamada política de não-alinhamento e neutralismo de Jawaharlal Nehru e seu Ministro da Defesa Krishna Menon. As contradições na política externa indiana podem ser observadas nesta aproximação com Moscou, o que levou à hesitação indiana na condenação da invasão soviética da Hungria em 1956.¹⁶⁹

A aproximação com a URSS não foi sem propósitos. A dificuldade encontrada pela Índia em conseguir apoio financeiro do Ocidente para o desenvolvimento de

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *IBSA: India and regional security*. In: VAZ, Alcides Costa (ed.). *Intermediate states, regional leadership and security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 170.

¹⁶⁶ RAJAN, M. S. & GANGULY, Shivaji. *Op. Cit.*, p. 214.

¹⁶⁷ GUPTA, Sisir. *India and regional integration in Asia*. Deli: Hindustan Scientific Press, 1964, p. 10.

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *IBSA: India and regional security*. In: VAZ, *Op. Cit.*, p. 173.

¹⁶⁹ DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 343.

setores-chave de sua economia, aliada à subida de Krushev ao poder naquele país - o que levou ao desaparecimento de alguns preconceitos -, ocasionaram a convergência de interesses entre o bloco soviético e a União Indiana.¹⁷⁰

Adriano Moreira, professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos de Portugal, afirmava que a União Indiana atraía-se ao soviétismo. “Sabe-se que, pouco antes de Bandung, reuniu-se em Nova Deli uma *Conferência das Nações Asiáticas para o Abrandamento da Tensão Internacional*, em seguimento de um voto da organização comunista chamada *Conselho Mundial da Paz*”.¹⁷¹ A mencionada Conferência serviu como preparação para Bandung e criou os Comitês de Solidariedade Asiática, instalando-se o primeiro em Nova Deli. Em dezembro de 1956, o Comitê de Solidariedade Asiática transformou-se em Movimento de Solidariedade Afro-Asiática e lançou o projeto da Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, realizada no Cairo.

De acordo com Adriano Moreira, havia uma estreita união entre a doutrina do espaço vital da União Indiana, que reclamava a África para a colocação dos seus excedentes demográficos, e a doutrina soviética que estabeleceu como objetivo tático desalojar o ocidente das posições ultramarinas para enfraquecer a sua capacidade de resistência. Em suas palavras: “Não podemos deixar de recordar que, em junho de 1955, ao visitar as repúblicas orientais da URSS, Nehru declarava em Tachkent: ‘Tenho o sentimento de me encontrar entre os meus’”.¹⁷²

Por mais que o discurso português fosse o de que Nehru estava conectado ao comunismo, a Índia não estava se tornando um país comunista. Buscava, isto sim, fortalecer sua economia e encontrar apoio na área da segurança, contrabalançando a proximidade norte-americana com o Paquistão. Para o Primeiro-Ministro indiano, no entanto, outro fator de grande importância em sua agenda internacional, que estava presente em grande parte de seus discursos, referia-se ao colonialismo. “*In the West the issue of the day is said to be communism; well, to us, it is colonialism*”.¹⁷³

Nehru buscava dar prioridade às lutas anti-colonialistas e anti-racistas, em lugar de conflitos ideológicos. Na avaliação de Bezerra de Menezes, alijando-se do conflito bipolar, Nehru adotava “considerações táticas visando a afastar do sudeste da Ásia as

¹⁷⁰ *Idem*, p. 52-53.

¹⁷¹ MOREIRA, Adriano. *Projeção internacional de Goa*. In: Ensaio: Estudos de ciências sociais nº 34 – Junta de Investigações do ultramar: centro de estudos políticos e sociais. Lisboa: Tipografia Minerva, 1960, p. 66.

¹⁷² *Idem*, *Ibidem*, p. 67.

¹⁷³ TALBOT, Phillips & POPLAI S. L. *India and America: a study of their relations*. New York: Council on Foreign Relations, 1958, p. 157.

pressões político-militares exercidas pelos dois blocos antagônicos; aspirações desenvolvimentistas à sombra de um longo período de paz, e, se possível, com a ajuda de ambos os blocos contendores.” De acordo com o mesmo diplomata brasileiro: “Na verdade o que a grande maioria dos asiáticos e africanos deseja é procurar um caminho que os livre tanto dos antigos opressores quanto de um possível jugo soviético”.¹⁷⁴ Afirmando a bem-sucedida estratégia de Nehru, Damodaran concluía: “*Nehru and his colleagues succeeded in issuing a manifesto of anticolonialism and economic independence.*”¹⁷⁵

A União Indiana manteve seu discurso anti-colonialista também no caso da nacionalização do Canal de Suez, em 1956. A nacionalização do Canal, afirmou Nehru, em 1º de agosto de 1956, “*was ‘symptomatic’ of the weakening of the domination by European Powers over West Asia which had lasted for over a hundred years*”.¹⁷⁶ A reação Indiana à invasão do Egito foi bastante firme em condenar os governos da França, da Inglaterra e de Israel.¹⁷⁷

No caso de Goa e da chamada Índia Portuguesa, Chinmaya Gharekhan afirma a percepção Indiana da grande importância da independência dos enclaves portugueses em seu território tendo em conta o argumento de que a “Mãe Índia” não se tornaria plenamente independente enquanto determinados pontos de seu território continuassem sob regime colonial. Nas palavras do autor:

*Long before India achieved independence in August 1947, the leaders of its nationalist movement, in particular Jawaharlal Nehru, had come to the conclusion that freedom, like peace, was indivisible. It was inevitable, therefore, for India to give a very high priority to the struggle against colonialism and racism as a member of the United Nations.*¹⁷⁸

O então Ministro de Defesa de Nehru, Krishna Menon, foi bastante clarividente ao analisar a situação dos enclaves portugueses na Índia, especialmente a situação de Goa. De acordo com o ex-ministro, em extensa entrevista a Michael Brecher, “*Goa was*

¹⁷⁴ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *Op. Cit.*, p. 60-61.

¹⁷⁵ DAMODARAN, A. K. *Non-aligned movement and its future*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Op. Cit.*, p. 129.

¹⁷⁶ RAJAN, M.S. *India in world affairs - 1954-56*. New Delhi: Asia Publishing House, 1964, p. 152.

¹⁷⁷ DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 349.

¹⁷⁸ GHAREKHAN, Chinmaya R. *India and the United Nations*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Indian foreign policy: challenges and opportunities*. New Delhi: Foreign Service Institute, 2007, p. 203.

important to India in the sense that it was what could be called ‘unfinished business’ – the ending of imperialism and the establishment of national unity”.¹⁷⁹

Para Jawaharlal Nehru, “*the Portuguese retention of Goa is a continuing interference with the political system established in India today*”.¹⁸⁰ Talbot e Poplai, à época dos acontecimentos, afirmavam que: “*The Indian view is that Goa will inevitably detach itself from Portuguese control. To hasten this desired event, India seeks active international support*”.¹⁸¹

Como exemplos dos principais discursos de Nehru acerca da situação de Goa, podem ser citados os seguintes: “*The Right to Freedom*”; “*Goa is Part of India*”; “*No Change of Basic Policy*”; “*The Claim of Right of Passage*”; e “*We have Preferred Waiting*”.¹⁸² O primeiro-ministro indiano já havia afirmado na sessão final da *Goan Marathi Literary Conference*, em 1946, que a União Indiana daria todo o apoio ao povo de Goa no sentido de este conseguir a sua libertação. Em 1949, reiterou sua posição, dizendo que Goa fazia parte da União Indiana e a esta deveria regressar. A Índia baseava suas reivindicações em motivos raciais, em razões geográficas, e no argumento de que, para ela, a presença de Portugal constituía a perpetuação do colonialismo no sub-contidente indiano. Da mesma forma, em 25 de agosto de 1954, na Casa do Povo (Lok Sabha), acerca do tema, em alguns trechos, assim se pronunciou:

Goa and the Union of India form one country. As a result of foreign conquest, various parts of India came under colonial domination. Historical developments brought almost the entire country under British rule. But some small pockets of the territory remained under the colonial rule of other foreign powers, chiefly because they were tolerated as such by the then British power. The movement for freedom in India was not confined to any part of the country, its objective was the freedom of the entire country from every kind of foreign domination”. “That process of liberation cannot be completed till the remaining small pockets of foreign territory are also not free from colonial control. (...)

It is not, however, the intention of the Government of India to be provoked into thinking and acting in military terms. The Portuguese concentrations and ship movements may well be a violation of our national and international rights. We shall examine and consider these and take such legitimate measures as may be necessary. But we have no intention of following the Portuguese Government’s example in this respect. (...)

I would like to say on behalf of our country and Government that we have no animosity towards Portugal or her people. We believe the freedom of the Goans, now subject to Portugal, would be a gain for Portugal as well. We will continue to pursue, with patience and firmness, the path of conciliation and negotiation. Equally, we must declare that we would be false to our

¹⁷⁹ BRECHER, Michael. *India and world politics: Krishna Menon’s view of the world*. London: Oxford University Press, 1968, p. 121.

¹⁸⁰ NEHRU, Jawaharlal. *Op. Cit.*, p. 114.

¹⁸¹ TALBOT Phillips & POPLAI, S. L. *Op. Cit.*, p. 164.

¹⁸² NEHRU, Jawaharlal. *Op. Cit.*, *passim*.

*history and betray the cause of freedom itself if we did not state, without reserve, that our country and Government firmly and fully believe in the right of our compatriots in Goa to free themselves from alien rule and to be reunited with the rest of the motherland. This will serve the cause of friendship and understanding, even as freedom to India has led to friendly relations between the United Kingdom and India. We would therefore invite the Portuguese Government to cooperate in the peaceful consummation of these endeavours.*¹⁸³

A mais importante questão estratégica global para Nehru, no entanto, foi a atitude política do não-alinhamento. Já em seus primeiros discursos como Primeiro-Ministro, advogava que: *“The main subject in foreign policy today is vaguely talked of in terms of ‘Do you belong to this group or that group?’ (...) We have proclaimed during this past year that we will not attach ourselves to any particular group”*.¹⁸⁴ É necessário notar que, na verdade, foi Krishna Menon quem cunhou o termo *“non-alignment”*, em uma sessão da Assembléia Geral da ONU. Ao adotar o termo *“não-alinhado”*, Menon negava, em contrapartida, a denominação *“neutralismo”*. De acordo com o Ministro, *“we were being ridiculed about being neutral. I said then, We are not neutral; we are non-aligned”*.¹⁸⁵

A primeira manifestação explícita do não-alinhamento ocorreu na Guerra da Coreia, quando vários países asiáticos ofereceram mediação do conflito. Em 1954, os Primeiros-Ministros da Índia, da Indonésia, do Paquistão e do Ceilão resolveram estabelecer uma área de paz no sudoeste da Ásia.

Os não-alinhados, na avaliação do diplomata brasileiro, Bezerra de Menezes, extraíam o seguinte corolário: *“um desejo genuíno de paz por parte das superpotências só poderá traduzir-se em realidade quando elas se decidirem a encorajar o aumento de áreas neutralistas e as suprir de meios econômico-militares suficientes para proteger a sua neutralidade”*.¹⁸⁶

A política do não-alinhamento foi um esforço para dar resposta a duas questões prementes de como prevenir uma guerra maior e como se manter fora dela se por acaso ocorresse. A Índia buscava manter-se como conciliadora e não participante em guerras,

¹⁸³ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Brasileira em Nova Deli: Volume II; documento de 05 de novembro de 1955.

¹⁸⁴ NEHRU, Jawaharlal. *Op. Cit.*, p. 24.

¹⁸⁵ BRECHER, Michael. *Op. Cit.*, p. 3.

¹⁸⁶ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *Op. Cit.*, p. 64.

acreditando em seu potencial para tal, dada a herança recente da prática gandhiana da não-violência.¹⁸⁷

O ano de 1964 representou um divisor de águas para a Índia. Nehru faleceu em maio daquele ano marcando o final de uma era e o fechamento do primeiro capítulo da evolução da política externa indiana.¹⁸⁸ Se a política de Nehru deu certo, muito autores divergem, mas ao menos conseguiu manter a Índia fora de uma grande guerra. A visão que se tem de Nehru nos dias atuais pode ser bem visualizada nas palavras de Shankar Bajpai, em artigo inserido em um dos mais completos livros sobre política externa indiana da atualidade:

*It has in recent years become increasingly fashionable to blame Jawaharlal Nehru for just about everything that is wrong with us or has gone wrong for us. (...) No doubt, he made mistakes, of judgement and of policy, but if we look at most of what we might now wish had been otherwise, it will be evident that it was not so much that he was in error, but that the rest of us did not grasp the infinite nuances that shaped his approaches.*¹⁸⁹

2.3. A Economia Indiana do Pós-Guerra aos dias atuais

Desde sua independência até o início da década de 1990, a Índia buscou promover uma forma particular de socialismo. Também chamado de “socialismo democrático”, não foi ligado às conexões internacionais, nem tampouco baseado na teoria marxista-leninista; caracterizou-se, contudo, por um sistema que, não somente enfrentou disparidades sócio-econômicas e alto nível de pobreza, mas também distinções intrinsecamente enraizadas em sua cultura de diferenciação entre castas e comunidades. Não havia somente barreiras econômicas, mas também barreiras religiosas e psicossociais.¹⁹⁰

Com a crise da Bolsa de Nova York em 1929, com o declínio da teoria liberal no período entre-guerras e também no pós-guerra e o advento das teorias keynesianas, o Congresso Indiano, antes mesmo da independência do país, lançou, em 1946, o *National Planning Committee*, substituído pela *Planning Commission*, em 1950, responsável pela análise e monitoramento dos recursos humanos, materiais e financeiros

¹⁸⁷ NEALE, Walter C. *India: the search for unity, democracy, and progress*. New Jersey: Princeton, 1965, p. 94.

¹⁸⁸ DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 51.

¹⁸⁹ BAJPAI, K. Shankar. *Engaging with the world*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Op. Cit.*, p. 81.

¹⁹⁰ CHOPRA, Maharaj K. *India – the search for power*. Bombay: Lalvani, 1969, p. 164-167.

do país e realizar a planificação para a sua utilização. A Índia, a partir de então, escolheu um caminho intermediário de planificação. Centralizada nos campos da agricultura, da indústria, programas sociais, planejamento orçamentário e administrativo; e leniente à livre iniciativa em alguns campos, mas com a possibilidade de participação direta do governo se este assim determinasse. Francine Frankel argutamente observou a atmosfera socialista que pairava sobre os órgãos governamentais da Índia. De acordo com o mencionado autor:

Under Nehru's leadership, the constitution, the parliament, the ruling Congress party, and the Planning Commission all formally endorsed egalitarian, secular, and socialist goals of national policy that established a consensus at the level of principle on the aim of constructing a 'socialistic pattern of society'.¹⁹¹

A planificação da economia indiana estava baseada em um sistema de planos quinquenais, cujo primeiro foi formulado em 1951. Sob os três primeiros planos quinquenais, segundo Frankel, o desenvolvimento econômico não pôde se separar da estratégia de transformação social pacífica.¹⁹² As prioridades na área econômica na era Nehru, de forma geral, foram: abolição da pobreza; fim do desemprego; redução de desigualdades; e industrialização.

O Primeiro Plano Quinquenal (1951-1956), apesar de sérios problemas, promoveu importantes melhorias no setor agrícola e também no setor industrial da Índia. Foi realizada a reabilitação do sistema ferroviário indiano e os investimentos cresceram enormemente. Na análise de Rajan, o primeiro Plano Quinquenal teve o condão de fortalecer enormemente a economia Indiana e de introduzir uma nova dinâmica na situação de paralisia que se apresentava a situação do país por muito tempo.¹⁹³

O Segundo Plano Quinquenal (1956-1961) já anunciava previamente quatro objetivos principais: a) aumento da renda per capita; b) rápida industrialização, com ênfase na indústria de base e pesada; c) grande expansão das oportunidades de emprego; e d) redução das disparidades sociais. Desses objetivos, o Segundo Plano conseguiu alcançá-los em pequena escala. A expansão industrial, para diminuir a dependência externa, tornou-se o objetivo maior durante a execução do Plano.¹⁹⁴ As tarifas foram

¹⁹¹ FRANKEL, Francine R. *India's political economy, 1947-1977 – the gradual revolution*. New Jersey: Princeton University Press, 1978, p. 25.

¹⁹² *Idem*, p. 26.

¹⁹³ RAJAN, M. S. *Op. Cit.*, p. 597-598.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 598-600.

elevadas gradativamente após o lançamento do Segundo Plano Quinquenal (1956-1961). No entanto, o pico tarifário ainda estaria por vir na era pós-Nehru. As barreiras tarifárias e demais limitações sobre as importações não foram reduzidas até o início da década de 1970.

Os recursos internos do país não eram suficientes para alavancar o crescimento econômico. Mesmo assim, durante os 15 anos (de 1951 a 1966) relativos aos três primeiros planos quinquenais, 90% do total gasto em desenvolvimento foram conseguidos internamente. Somente 10% vieram de assistência internacional. Dessa assistência internacional, 75% do total vieram de apenas sete fontes, das quais a maior sempre se originou dos Estados Unidos.¹⁹⁵

A Índia, em que pesem todas as restrições, foi um dos poucos países do Terceiro Mundo signatários do recém-criado Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT). Embora a Índia jamais tenha retirado sua associação formal do GATT, ela logo se tornou defensora do fórum rival de comércio, a Comissão de Comércio, Assistência e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD). Incentivou, contudo, o comércio exterior e os investimentos estrangeiros por meio do intercâmbio comercial e dos projetos de investimento com as nações socialistas. Assim, a participação indiana no comércio exterior não foi de todo desprezível.¹⁹⁶

Todavia, por mais que se perceba, entre alguns analistas, que Nehru se ligava muito mais ao bloco comunista, é necessário ter em mente que os empréstimos concedidos pelos Estados Unidos tiveram um valor, na década de 1950, superior ao valor concedido pela União Soviética e pelo Leste Europeu juntos.¹⁹⁷ Da quantidade total de recursos disponibilizados para auxiliar o desenvolvimento indiano, os Estados Unidos se posicionavam no topo da lista.¹⁹⁸ Além disso, os Estados Unidos promoveram, após a castigante seca do ano de 1950, ajuda por meio de um acordo firmado pelos dois países que compunha: a) abertura de crédito, em favor da Índia, de cinquenta milhões de dólares; b) planejamento e estudo de todas as medidas capazes de

¹⁹⁵ CHOPRA, Maharaj K. *Op. Cit.*, p. 173-175.

¹⁹⁶ BHATTACHARYA, B. B. *Índia – uma percepção da globalização*. In: BENECKE, W. Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (orgs.). *Op. Cit.*, p. 317.

¹⁹⁷ DATAR, Asha L. *India's economic relations with the USSR and Eastern Europe – 1953 to 1969*. Cambridge: University Press, 1972, p. 42-76.

¹⁹⁸ PILLAI, K. Raman. *India's foreign policy: basic issues and political attitudes*. Meerut: Meenakshi Prakashan, 1969, p. 105.

assegurar o aumento da produção agrícola; c) fornecimento à Índia das máquinas necessárias; d) assistência e cooperação de especialistas e técnicos norte-americanos.¹⁹⁹

A ajuda norte-americana, contudo, mantinha seu foco no desenvolvimento primário da Índia. Por muitos anos, os Estados Unidos insistiram em tentar influenciar o desenvolvimento indiano com base na não-industrialização do país. A partir de certo momento, a política assistencialista estadunidense passou a ser criticada por alguns setores da Índia. Na avaliação de Raman Pillai:

*The western effort, although considerable, has had about it an unmistakable air of provisional thinking and emergency measures. India has been bailed out from crisis to crisis but neither machinery nor policy exists to ensure that advance is not by the harassing and humiliating route of three steps forward and two back. Above all, a basic seriousness of purpose seems lacking.*²⁰⁰

O apoio financeiro norte-americano almejava fortalecer sua posição no continente. A necessidade de conter o avanço comunista levava os EUA a praticar uma política internacional agressiva na Ásia. O discurso indiano, em resposta, indicava que o foco da questão deveria ser o desenvolvimento econômico da região, algo parecido com o que ocorria no discurso brasileiro no período da República Liberal. Phillips Talbot e Poplai, sobre o tema em tela, assim dispuseram:

*India put its emphasis on the dangers of social and economic disintegration which offer the Communists their Best opportunities for carrying out indirect aggression and subversion. Therefore India emphasizes the primacy of economic and social measures. At the same time Indian opinion holds not only that military measures fail to meet the situation but also that they exacerbate the real threat by adding to economic and social burdens and that they may heighten the potential military threat because they force the countries against whom they are directed to take countermeasures.*²⁰¹

No governo Nehru, no aspecto econômico, em suma, havia fortes restrições ao livre mercado e ao processo de globalização. A explicação para exacerbado fechamento residia no próprio ambiente econômico do país que não favorecia a abertura econômica. A incipiente indústria nacional claramente necessitava de proteção. O livre comércio, àquela época, resultaria então em um grande e insustentável déficit comercial. A entrada de bens de consumo estrangeiros também não foi incentivada. Limitou-se o consumo para fazer crescer a poupança interna. Nos setores de petróleo e aço, privilegiou-se o papel de comando do Estado e a constituição de empresas públicas.

¹⁹⁹ Ofício de Caio de Mello Franco para o MRE, documento de novembro de 1950. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Ofícios da Embaixada Brasileira em Nova Deli: Volume I; Tomo 35/5/5.

²⁰⁰ PILLAI, K. Raman. *Op. Cit.*, p. 106.

²⁰¹ TALBOT, Phillips & POPLAI, S. L. *Op. Cit.*, p. 12.

A Índia buscou, com a morte de Nehru, distanciar-se do processo de institucionalização de uma Terceira Força no cenário internacional, percebendo que isso poderia prejudicar sua posição. No governo de Indira Gandhi²⁰², após o breve período do Primeiro-Ministro Lal Bahadur Shastri, a derrota militar em 1962 para a China e a separação do Paquistão do Leste (tornando-se Bangladesh), as relações com a URSS tornaram-se mais fortes. Em 1975, após a declaração do Estado de Emergência, Indira Gandhi retornou a uma política mais ativa, propugnando, juntamente com o Brasil²⁰³, pela Nova Ordem Econômica Internacional, sediando os Jogos Asiáticos, em 1982, e os encontros da *Commonwealth*, em 1983, e presidindo o Movimento dos Não-Alinhados.

Durante o mandato da Primeira Ministra Indira Gandhi (1966-1977), apesar da grave crise de divisas e da desvalorização cambial (que teve origem, entre outras razões, na revogação da Lei Pública nº 480 de Ajuda Alimentar, dos Estados Unidos, e na conseqüente importação de alimentos²⁰⁴), a barreira tarifária foi elevada a níveis altíssimos e a importação de bens de consumo quase desapareceu. A guerra com o Paquistão (1965) e as resultantes sanções sobre a Índia pelas nações ocidentais causaram a manutenção do sentimento de repulsa ao capital estrangeiro. A recessão industrial foi a conseqüência clara de tal política. O investimento de fora foi bem recebido somente com relação a bens de capital e, ainda assim, sob condições especiais de transferência de tecnologia. Bhattacharya afirma que “quando a IBM (...) se recusou a abrir mão de sua tecnologia, a mesma foi convidada a se retirar”.²⁰⁵

Segundo a observação de Bhattacharya, “a participação média das inversões estrangeiras nos investimentos nacionais despencou de cerca de vinte e cinco por cento, durante o segundo e terceiro planos (a época de Nehru), para menos de dez por cento durante a época de Indira Gandhi”.²⁰⁶ Em seu governo, foram nacionalizadas as minas privadas nacionais e estrangeiras, as refinarias de petróleo, o seguro geral e outras

²⁰² Indira Gandhi esteve no poder na Índia durante 15 anos: de 1966 até 1977 e novamente de 1980 a 1984 (quando foi assassinada, em 31 de outubro), período intermediado pela ascensão de Morarji Desai, do Janata Party, em função, principalmente, da crise econômica que se instalou na Índia após 1974.

²⁰³ Índia e Brasil foram e ainda são parceiros atuantes na contestação da ordem econômica internacional, pressionando pela mudança de regras de comércio internacionais, tanto no caso da criação da UNCTAD quanto nas negociações do GATT e OMC. De acordo com Altemani Oliveira, “*The India-Brazil partnership was also significant in its harsh criticism and condemnation of the NPT*”. (OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *IBSA: Índia and regional security*. In: VAZ, Op. Cit., p.171).

²⁰⁴ As carências somente foram amenizadas com o advento da chamada Revolução Verde.

²⁰⁵ BHATTACHARYA, B. B. *Índia – uma percepção da globalização*. In: BENECKE, W. Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (orgs.). *Op. Cit.*, p. 318.

²⁰⁶ *Idem, Ibidem*.

atividades econômicas. Também foram impostas limitações sobre a produção e investimentos realizados por empresas estrangeiras.

Na década de 1970, as importações atingiram o fundo do poço. Após as crises do petróleo (1974 e 1979) em conjunto com o baixíssimo desempenho da agricultura em 1979 e as sanções econômicas internacionais após o teste nuclear em Pokhran, em 1974, a situação do balanço de pagamentos tornou-se precária, não havendo mais espaço para a diminuição das importações sem que isso afetasse enormemente a já baixa taxa de crescimento econômico. A Índia, então, recorreu mais uma vez ao Fundo Monetário Internacional para conseguir auxílio sobre o programa de ajuste estrutural (SAP). No entanto, as condições do empréstimo se tornaram bem mais rigorosas e demandavam ações positivas no sentido da abertura da economia indiana.²⁰⁷

Com o fim da Guerra Fria, finalmente, a Índia pôde manifestar sua autonomia em política externa sem tê-la simplesmente como objeto de retórica. Uma série de transformações foram implementadas no país. Os problemas econômicos aumentavam. O fornecimento de óleo cru e de derivados foi suspenso pela Rússia em razão das péssimas condições da balança comercial indiana. Além disso, a Guerra do Golfo causou efeitos extremamente deletérios à economia da Índia, como interrupção de transferências de capital por parte de trabalhadores indianos, por volta de 170 mil, no Kuwait.²⁰⁸ A saída foi recorrer ao FMI.

A partir daí, a percepção de que a abertura econômica seria essencial para que houvesse alguma chance de prosperidade ao país começou a angariar mais adeptos. O período compreendido entre os anos 1966 e 1991 chegou a ser denominado de “*the lost generation*”.²⁰⁹ Logo houve aumento na tendência de importações e redução na de exportações, o que decretou ainda maiores restrições. O processo de reforma e liberalização econômica da Índia teve início em 1991. O projeto denominado “*Look East Policy*” definiu relações com parceiros da Ásia do Leste, de outras partes da Ásia, da Europa e instrumentalizou relações estratégicas com os Estados Unidos.²¹⁰

O abrandamento de atitudes veio como resultado de diversos fatores. Em primeiro lugar, a situação da década de 1980 era muito pior do que a que havia na

²⁰⁷ *Idem*, p. 320.

²⁰⁸ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *IBSA: India and regional security*. In: VAZ, *Op. Cit.*, p. 174.

²⁰⁹ DAS, Gurcharan. *India unbound: from independence to the global information age*. New Deli: Penguin Books, 2002.

²¹⁰ Em 1985 nasceu a SAARC – *South Asian Association for Regional Cooperation* – com o objetivo de criar mecanismos de estreitamento de laços comerciais e econômicos com os países da região, iniciativa que não avançou como planejado.

década de 1960. Em segundo, a recessão industrial interna a partir do final da década de 1960 desacelerou a demanda por bens de capital importados. Em terceiro lugar, os antigos países socialistas, que ajudavam a Índia a solucionar seus problemas econômicos e políticos, como no caso da ajuda para defesa vinda da URSS, a partir da década de 1980 não detinham mais condições de manter os programas de auxílio.

A Índia passou a adotar então políticas de desregulamentação. Passou a aceitar, embora seletivamente, o investimento estrangeiro direto para reforçar o investimento interno e para aliviar o balanço de pagamentos. “O IED aumentou vertiginosamente a produção de bens de consumo duráveis, tais como automóveis, televisores, refrigeradores etc., porém poucos foram exportados”.²¹¹

A partir de meados da década de 1980, já sob o comando de Rajiv Gandhi²¹², a Índia introduziu os financiamentos externos comerciais. O modelo de crescimento industrial por endividamento foi implementado. Inicialmente, a razão entre endividamento externo e PIB era baixa, mas foi aumentando até chegar ao final da década de 1980 a um ponto crítico. Com a Guerra do Golfo²¹³, em 1990, e a elevação da cotação internacional do petróleo, as remessas de indianos não-residentes caíram drasticamente em razão da desestabilização econômica da região. “Em meados de 1991, o regime de economia fechada desmoronou devido a uma grave carência de divisas”.²¹⁴

A Índia opunha-se à globalização em grande escala nas negociações da Rodada Uruguai, porém a classe média, os indianos não-residentes e os exportadores começaram a reivindicar maior desregulamentação, no âmbito nacional e internacional. Esta atitude, dentre outras razões, ocasionou a queda do Primeiro-Ministro Singh do poder em fins de 1990. Seguiu-se o governo interino, de seis meses, de Chandra Shekhar, do *Congress Party*, o mesmo e tradicional partido de Nehru e da família Gandhi. Em seu curto mandato, Chandra acabou com a ambigüidade indiana em relação à invasão iraquiana do Kuwait, condenando a atitude do Iraque.²¹⁵

²¹¹ BHATTACHARYA, B. B. *Índia – uma percepção da globalização*. In: BENECKE, W. Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (orgs.). *Op. Cit.*, p. 320.

²¹² Rajiv Gandhi foi Primeiro-Ministro indiano de 1985 a 1989, sucedido por V.P. Singh.

²¹³ De acordo com Dixit, a reação indiana à Guerra do Golfo foi bastante ambígua e pusilânime. O governo de V.P. Singh atuou de forma bastante apreensiva. “*India assumed spuriously neutral stance without acknowledging the reality that Iraq had invaded a sister Muslim country and a fellow member of the Non-aligned Movement.*” (DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 213.)

²¹⁴ BHATTACHARYA, B. B. *Índia – uma percepção da globalização*. In: BENECKE, W. Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (orgs.). *Op. Cit.*, p. 321.

²¹⁵ DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 216-217.

Em junho de 1991, o recém-eleito governo de P.V. Narasimha Rao, ex-ministro de Relações Exteriores, propôs ao Banco Mundial e ao FMI um grande financiamento SAP. Em julho do mesmo ano, o processo de desregulamentação teve início por meio de uma série de medidas governamentais. Em novembro, a Índia assina um memorando de entendimento com o FMI para promover um amplo programa para desregular a economia. “Este foi o primeiro desvio da filosofia de crescimento da época Nehru”.²¹⁶

A Índia passou a se comprometer, a partir de então, com a integração global. No entendimento de Gurcharan Das, “*As India joined the world economy we felt as though our second independence had arrived: we were going to be free from a rapacious and domineering state*”.²¹⁷ O governo retirou as reservas anteriores sobre a globalização comercial e associou-se à Organização Mundial do Comércio (OMC). No campo da política também houve grande reviravolta. O próprio partido *Bharatiya Janata* (BJP), maior opositor à globalização, passou a apoiar, de 1996 a 1998, os governos de coalizão.

Nos últimos anos, a Índia tem apresentado um vigoroso crescimento econômico. O país estaria passando por uma “revolução silenciosa”. Dos mais de um bilhão de habitantes, 20% já estão dentro do que se pode chamar classe média, e esta relação tem aumentado cada vez mais. Nas últimas duas décadas a economia indiana tem crescido a uma média de 5 a 7 por cento; o ritmo de crescimento da população diminuiu para aproximadamente 1,7% em relação à média histórica de mais de 2,2%; a taxa de analfabetismo caiu para 35%; e as taxas de pobreza declinaram nesse período em 26%. Com esses números, somados a outras questões de desenvolvimento tecnológico, industrial e na área de serviços, muitos analistas indianos têm vaticinado um futuro otimista para o país.

2.4. Guerras – Paquistão e China - Segurança e Desarmamento

Até 1964, quando a China anunciou a detonação de sua primeira bomba nuclear, a Índia não realizava sérios debates em torno do armamento nuclear. Ao contrário, o país realizava massiva propaganda e criticava severamente a corrida armamentista

²¹⁶ BHATTACHARYA, B. B. *Índia – uma percepção da globalização*. In: BENECKE, W. Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (orgs.). *Op. Cit.*, p. 322.

²¹⁷ DAS, Gurcharan. *Op. Cit.*, p. xi.

internacional. Durante o governo Nehru, a Índia interessava-se profundamente nas negociações de desarmamento.²¹⁸

De acordo com a bibliografia consultada, o governo de Nehru interessava-se muito na utilização da energia nuclear para fins pacíficos. No entender de Patil, “*Jawaharlal Nehru, himself a student of science at Cambridge, was quick to recognize the enormous opportunities atomic energy offered for the economic development of the country*”. Não somente ele criou o *Department of Atomic Energy*, em 1954, bem como assumiu o controle direto do próprio. Naquela ocasião, o primeiro-ministro alertava que o uso da energia nuclear seria mais importante para países subdesenvolvidos do que para países desenvolvidos.²¹⁹

Passados alguns anos, durante uma conferência para a imprensa, em junho de 1960, Nehru, lamentando a apatia das potências internacionais no sentido de buscar o desarmamento, alertou que se ações urgentes não fossem tomadas, mais países tornar-se-iam nucleares e uma nova situação internacional iria aflorar.²²⁰ Enquanto o discurso indiano orientava-se para a formulação de um ato internacional de renúncia ao armamento nuclear, as potências nucleares não acatavam os ditames da ONU (resolução 2028) e consideravam fora de questão a realização de tal sacrifício.

A situação geográfica da Índia, conforme anteriormente explicitado, sempre fora fator decisivo em suas políticas no que se refere ao tema da segurança. A região em que se localiza o país sempre proporcionou sérias preocupações aos governos indianos.²²¹ Durante os primeiros vinte anos de sua independência, a Índia conduziu operações militares em três áreas de seu vasto território, Hyderabad, Goa, Nagaland. Além disso, lutou em três guerras, duas com o Paquistão e uma com a China.

Quando, em 1947, foi proclamada a independência da Índia, a Caxemira, região de 200 mil quilômetros quadrados e 4 milhões de habitantes, com 80% de muçulmanos, mas governada por uma dinastia hindu, tornou-se uma das principais questões para a Índia. No verão de 1947, enquanto a partição do sub-continente ainda afligia a população da região, com grande desordem e êxodos de ambos os lados, a região da Caxemira começava a entrar em erupção, tendo como epicentro o principado de Poonch. O conflito com o Paquistão pela posse do território gerou uma guerra entre as nações,

²¹⁸ PATIL, R.L.M. *India – nuclear weapons and international politics*. Deli: National, 1969, p. 124-125.

²¹⁹ *Idem*, p. 20.

²²⁰ *Idem*, p. 22.

²²¹ Segundo Dixit, a situação geográfica Indiana e sua relação com os vizinhos assim se caracterizava: “*In India’s immediate neighbourhood, bitterness and animosities existed on the one hand and political uncertainties on the other.*” (DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 341).

até que o Conselho de Segurança da ONU conseguisse, em 01 de fevereiro de 1949, um cessar fogo.²²²

Foi estabelecida uma linha de demarcação sob a vigilância dos observadores internacionais da ONU. Em 06 de fevereiro de 1954, foi anunciado que a Assembléia Constituinte da Caxemira decidira por unanimidade a integração da região à União Indiana.

A Caxemira, como uma região rica em água, mostrava-se e ainda se apresenta estratégica para ambos os países. O Paquistão é conhecidamente uma região muito seca, com baixo índice pluviométrico. A sinalização por parte da Índia de que o Rio Indo e outros cinco rios, que nascem no Himalaia indiano, pudessem ser desviados e represados, para a construção de hidrelétricas, assustava enormemente o Paquistão.²²³

No mesmo ano de 1954, os EUA iniciaram uma ajuda militar ao Paquistão. Esta atitude afetou diretamente a política indiana com relação à Caxemira e aos Estados Unidos. Nehru, mesmo acreditando que a intenção norte-americana não era a de criar problemas à Índia, declarava que *“the provision of American military AID to Pakistan had destroyed the ‘roots and foundations’ of the proposed plebiscite in Kashmir and had completely altered the political and military character of the dispute”*.²²⁴

A segunda fase do governo Nehru foi caracterizada, em relação ao Paquistão, por esse sentimento de vulnerabilidade e apreensão após a assinatura da cooperação militar entre os EUA e o Paquistão. Este último aderiu ao SEATO (*Southeast Asia Treaty Organization*)²²⁵ e ao CENTO (*Central Treaty Organization*)²²⁶, o que obrigava o Ocidente a apoiá-lo em uma possível disputa com a Índia, acentuando as percepções de ameaça por parte da União Indiana. O Paquistão, ademais, continuava cobijando a região de Caxemira no âmbito da ONU. Percebendo que as democracias ocidentais e a ONU não pressionavam o Paquistão a desistir de sua posição com relação à Caxemira e

²²² MOREIRA, Adriano. *Política Ultramarina*. In: Estudos de ciências sociais nº 1 – Junta de Investigações do ultramar: centro de estudos políticos e sociais. Lisboa: Tipografia Minerva, 1961, p. 84.

²²³ É possível que a Caxemira tivesse também importância sentimental para Nehru eis que sua família era originária daquela região (NEALE, Walter C. *Op. Cit.*, p. 99-100).

²²⁴ TALBOT Phillips & POPLAI, S. L. *Op. Cit.*, p. 88.

²²⁵ O SEATO foi uma organização internacional de segurança coletiva, criada em 1954 e dissolvida em 1977. Foi primariamente criada para bloquear o avanço do comunismo na Ásia do Leste. Faziam parte da organização: EUA, Reino Unido, França, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia e Paquistão.

²²⁶ O CENTO, cujo nome original foi METO – Middle East Treaty Organization, conhecido também como Pacto de Bagdá, foi adotado em 1955 entre Irã, Turquia, Paquistão e Iraque com o objetivo de conter a União Soviética por meio de uma linha de fortes estados ao longo da fronteira sudoeste da URSS.

ainda questionavam a posse indiana das regiões de Caxemira e Jammu, a Índia começou a aprender as lições do realismo político.²²⁷

A questão da Caxemira e de Jammu continua ainda aberta. É bastante claro que a situação não poderá ser resolvida por meios militares entre dois países possuidores de armas nucleares. As últimas conversações entre os dois países têm sido estabelecidas dentro do chamado *Composite Dialogue Process*, iniciado em fevereiro de 2004. Houve um claro avanço na cooperação entre as duas nações a partir de então. Algumas propostas de reabertura de rodovias e de cooperação em turismo e em cultura estão sendo estudadas. No entanto, de parte a parte, a atitude que prevalece é a de cautela.²²⁸

As relações com a China representaram, e ainda o fazem, uma das mais importantes questões da política externa indiana. Tornou-se, de fato, a questão central durante os anos 1959-62, dentro do período Nehru. O período inicial das relações, mais especificamente de 1947-1950, caracterizou-se por um baixo perfil e por cautelosos contatos diplomáticos formais, exemplificados pela postura indiana em recomendar uma política de pacifismo da China com relação ao Tibete. A Índia foi o segundo país não-comunista a reconhecer a república Popular da China em 30 de dezembro de 1949.

Em 1954, foi assinado o Acordo de Comércio e Intercâmbio entre a Índia e a região do Tibete Chinês, o que promoveu o início de uma nova fase nas relações indo-chinesas, que durou até 1959. A partir de então, as relações entre os dois países começaram a se tornar tensas. Na avaliação de Geoffrey Tyson, “*We can take this date as marking the point at which Peking threw off the mask of friendship and began seriously to plan frontier incursions*”.²²⁹

A chamada Linha McMahon, que dividia os dois países na região de Assam no nordeste da Índia, entre Butão e Birmânia, passara a ser contestada pela China. Um dos fatores para a atitude chinesa pode ser observado no asilo político concedido pela Índia ao Dalai Lama, fugido da Revolta Tibetana de 1959.²³⁰ Aos olhares chineses, a Índia cometera um terrível pecado. O Dalai possuía considerável prestígio internacional e, de

²²⁷ DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 60-61.

²²⁸ *Idem*, p. 625-640.

²²⁹ TYSON, Geoffrey. *Nehru, the years of Power*. Deli: Pall Mall Press, 1966, p. 101.

²³⁰ Os outros fatores, segundo Tyson, foram: “2. *A doctrinaire communist belief that the McMahon Line was foisted on China by Britain and a determination to rectify matters*. 3. *Having built a road across Ladakh by stealth, it became settled policy for China to occupy the area permanently*. 4. *To demonstrate to Asia, and particularly to the Himalayan border states, the military prowess of China and reinforce its claim to be dominant power in the region*. And 5 – more doubtfully – *to dislocate the Indian economy, thus making sure that no democratic eastern nation might progress as rapidly as Communist China*” (*Idem*, p. 111).

acordo com analistas do período, a questão passava pela imagem prejudicial que a China poderia passar a ter no cenário internacional, pois, se o Dalai preferia a Índia livre em face da China totalitária, a consequência moral que desse ato se tiraria para os países menores da região seria intensa.²³¹

A China invadiu a Índia no outono de 1962, na Caxemira e em Assam. Esse evento foi “*the most serious political foreign débâcle which India suffered during the Nehru era*”.²³² A invasão chinesa foi contestada por Nehru, que dava ordens a seu exército para que buscasse recuperar a Linha McMahon. O conflito gerou uma onda de patriotismo na Índia, mesmo com a derrota. Em 21 de novembro, os chineses anunciaram o cessar fogo.²³³ A questão, no entanto, permanece no imaginário do povo indiano como um tema ainda não resolvido. Alguns autores chegam a afirmar que, enquanto a disputa territorial não for resolvida de forma consensual, a normalização completa das relações sino-indianas não ocorrerá sem dificuldades.²³⁴

Um conflito que também mereceu atenção da política externa da Índia foi a Guerra da Coreia. A Índia, além de não disponibilizar forças armadas para atuar no conflito, alegando que as mesmas só seriam usadas em caso de defesa territorial, buscava discursar em favor da paz e da rápida resolução do conflito. Como uma forma de apoio ao governo chinês, a Índia se opôs à resolução da Assembléia Geral da ONU que afirmava a República Popular da China como agressora no caso da Coreia. Além disso, apesar dos esforços de buscar a paz, em 1950, não terem obtido sucesso, eles tiveram o condão, em 1951, de mobilizar o apoio dos países árabes e de alguns membros do *Commonwealth* para a causa indiana da negociação do cessar fogo.²³⁵

A atuação indiana em casos internacionais importantes, apesar de alguns exemplos da contraditoriedade na política externa de Nehru, valeu certo prestígio ao país e consideração das democracias ocidentais. Sintetizando a participação indiana em importantes crises internacionais, afirma Dixit: “*Between 1950 and 1961 the role that India played during the Korean war, the Indo-China crisis, the Palestinian conflict and the civil war in Congo confirmed its status as an impartial and conciliatory arbiter while dealing with major international crises.*”²³⁶

²³¹ *Idem*, p. 104.

²³² DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 352.

²³³ TYSON, Geoffrey. *Op. Cit.*, p. 109.

²³⁴ DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 358.

²³⁵ KARUNAKARAN, Kotta P. *India in world affairs (February 1950 – December 1953) – a review of India's foreign relations*. London: Oxford University Press, 1958, p. 95-109.

²³⁶ DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 346.

2.5. A Conferência de Bandung e a participação indiana

Numa manhã de abril de 1954, foram dados os primeiros passos do movimento que iria revolucionar a maneira pela qual a diplomacia ocidental vinha encarando o conflito russo-americano e a política internacional ao redor do globo. Ao entrar no Senado do Domínio do Ceilão, para discutir uma série de questões sensíveis do cenário internacional, os representantes da Índia, do Paquistão, da Indonésia, do Ceilão e de Birmânia, conhecidos como “*The Colombo Powers*” - denominação que passou a ser motivo de chacota por parte do Ocidente -, protagonizaram, pela primeira vez, uma ação de Estados não brancos, por sua própria conta, de congregar-se para discutir, opinar e propor sobre situações criadas por potências ocidentais em seus continentes.²³⁷

Nos últimos dias de dezembro do mesmo ano, reuniram-se novamente os cinco Primeiros Ministros na pequena cidade de Bogor, no planalto central javanês, para deliberar exatamente sobre a realização de uma Conferência de países afro-asiáticos, fixar local e data e elaborar a lista dos países que seriam convidados. Foram excluídos: Israel, para tornar possível a presença dos Estados Árabes; África do Sul, como repúdio ao *apartheid*; e Formosa, reconhecendo formalmente Pequim como o verdadeiro governo da China.²³⁸

A “modesta” Conferência, tratada com o costumeiro desprezo por parte dos estadistas e da imprensa ocidental, serviu ainda para que Nehru rechaçasse as experiências com bombas de hidrogênio. Segundo ele, “existe a possibilidade de que a detonação experimental, ou não, de umas poucas bombas, viciem toda a atmosfera terráquea e a tornem prejudicial à saúde humana”.²³⁹

Entre os dias 18 e 24 de abril de 1955, realizou-se na cidade de Bandung, ilha de Java, a primeira Conferência Afro-asiática. Além dos países patrocinadores, Índia, Paquistão, Indonésia, Ceilão e Birmânia, outros 24 países compareceram: Afeganistão, Cambódia, República Popular da China, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Nepal, Filipinas. Arábia Saudita, Síria, Tailândia, Turquia, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e Yemen, Egito, Etiópia, Costa do Ouro, Libéria, Líbia e Sudão. Segundo Bezerra

²³⁷ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o mundo Ásio-africano*. Rio de Janeiro: Irmãos Ponetti Editores, 1956, p. 270-273.

²³⁸ *Idem*, p. 275.

²³⁹ *Idem*, *Ibidem*.

de Menezes, apesar de sua importância, a imprensa mundial dispensou poucas linhas ao acontecimento.²⁴⁰

Os principais objetivos da conferência foram, dentre questões de aprofundamento de parcerias e interesses, discutir temas tais como política de discriminação racial e colonialismo, afirmando-se por fim o direito à auto-determinação dos povos e a abolição do colonialismo em geral.²⁴¹

Em Bandung, Nehru desempenhou um papel importante, retomado no Cairo por Anup Singh, membro do parlamento da União Indiana, que chegou a declarar: “As vossas lutas pela liberdade, em qualquer parte da Ásia ou da África, são as nossas próprias lutas”.²⁴²

Em discurso proferido na Lok Sabha, em 30 abril do mesmo ano, Nehru afirmava a importância da Conferência:

*The Bandung Conference has been a historic event. If it only met, the meeting itself would have been a great achievement, as it would have represented the emergence of a new Asia and Africa, of new nations who are on the march towards the fulfillment of their independence and of their sense of their role in the world.*²⁴³

Na inauguração da Conferência de Bandung, de 1955, o Presidente Sukarno, da Indonésia, já discursava sobre as diferentes formas de colonialismo:

Eu vos peço, Senhores, que não pensem acerca de colonialismo somente em sua forma clássica, da qual nós, indonésios, e nossos irmãos em diferentes pontos da Ásia e da África, fomos vítimas. O colonialismo também tem suas roupagens modernas sob a forma de controles econômicos, de controles intelectuais e sob a forma de controles verdadeiramente físicos, empregados por pequenas comunidades estrangeiras situadas dentro de uma nação. É um inimigo hábil e resoluto, e aparece sob muitos disfarces. Ele não larga, facilmente, suas presas. Onde, quando e como quer que ele apareça, o colonialismo é um mal que deve ser erradicado da face da Terra.²⁴⁴

A Conferência de Bandung marcou o nascimento do chamado “nacionalismo defensivo”. “O nacionalismo defensivo se manifesta, já nos países fracos, politicamente oprimidos, no todo ou em parte, já naqueles soberanos em sua forma de governo, mas ainda subjugados em sua economia, de maneira mais ou menos intensa”.²⁴⁵

Seu programa consistia nos seguintes termos: a) contrabalançar a influência econômica americana por um melhor entendimento dos neutros entre si e pelo

²⁴⁰ *Idem, Ibidem.*

²⁴¹ PINHEIRO, Letícia. *Op. Cit.*, p. 65-67.

²⁴² *Idem*, p. 67.

²⁴³ NEHRU, Jawaharlal. *Op. Cit.*, p. 279.

²⁴⁴ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *Ásia, África e a política independente do Brasil. Op. Cit.*, p. 48.

²⁴⁵ *Idem*, p. 54.

desenvolvimento das suas relações comerciais, entendendo-se por neutros os componentes da Conferência; b) afastar a influência das últimas potências chamadas colonialistas; c) afastar o Japão da órbita americana e fazê-lo entrar no chamado campo neutro; d) levar os chamados neutros traidores (Turquia, Paquistão e Iraque) a uma melhor compreensão dos fatos; e) alcançar a maioria da ONU por uma união de votos e fazer admitir a China comunista; f) levar a China comunista e a Rússia a uma convivência internacional pacífica; g) sustentar as reivindicações dos países africanos ainda dominados pela Inglaterra, França, Bélgica e Portugal: reconhecer os chefes dos movimentos de emancipação, fornecer-lhes armas e dinheiro; h) pacificar o mundo árabe e resolver o problema de Israel.²⁴⁶

Henrique Altemani de Oliveira, observando as conseqüências da geradas pela Conferência de Bandung, no que se refere à forma como foi afetada a Índia em sua política de liderança regional e do bloco dos países integrantes do movimento dos não-alinhados, avalia que:

The Bandung Conference, independently of its support to de-colonization processes and of having become the symbol of the non-aligned countries' movement, showed a series of problems that affected India's willingness to take on a leadership role: firstly, pressures from Pakistan, with the relative support of Arab countries, for the resolution of the Kashmir question; secondly, the stronger concerns of many states with the containment of the communism than with the establishment of a regional cooperation process; and thirdly, the presence of guests such as Turkey, the Philippines, Iraq and Pakistan that were part of Western alliances, something which Nehru opposed'.²⁴⁷

As conclusões da Conferência, de forma geral, foram as seguintes: a) respeito aos direitos fundamentais do homem e dos princípios e objetivos da Carta da ONU; b) respeito pela soberania de todos os povos e da integridade dos seus territórios; c) reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, grandes e pequenas; d) abstenção de qualquer intervenção nos assuntos dos nossos países; e) respeito pelos direitos de todas as nações quanto à sua defesa individual e coletiva, segundo a Carta da ONU; f) abstenção da utilização dos organismos de defesa coletiva para a realização dos objetivos privados de qualquer grande potência e sua abstenção de usar meios de pressão sobre outros países; g) abstenção de ações agressivas, ameaças ou emprego da força contra a segurança regional ou política independente de qualquer país; h) solução de todas as desinteligências internacionais por meios pacíficos, como

²⁴⁶ MOREIRA, Adriano. *Política Ultramarina. Op. Cit.*, p. 39-40.

²⁴⁷ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *IBSA: India and regional security*. In: VAZ, *Op. Cit.*, p. 171.

negociações, conciliações, arbitragens, decisões judiciais ou quaisquer outros métodos pacíficos a escolher pelas partes interessadas, de acordo com a Carta da ONU; i) respeito pela justiça e obrigações internacionais; e j) desenvolvimento dos interesses comuns e da cooperação mútua afro-asiática.

De acordo com Altemani de Oliveira, outras conseqüências podem ser observadas:

“(...) the Conference on Asian Relations was affected by economic, political and cultural rivalries which divided the countries of the region. The first conclusion derived from the conference was an excess of nationalism and the lack of a regional Asian identity. The second one was the constraining weight of the rivalry between India and China and the distrust on the part of the region’s smaller countries of these two giants and their respective migration progresses.”²⁴⁸

De qualquer forma, Bandung inspirou a série de conferências que foram realizadas na África entre 1958 e 1961. Resultou ainda em uma aproximação maior entre o nacionalismo árabe e o neutralismo asiático, bem como da tomada de consciência do sério problema do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos.

Depois de encerrada a Conferência, o seu principal inspirador, Nehru, deslocou-se à Rússia e foi ali recebido triunfalmente, numa viagem cuja retribuição pelos chefes soviéticos tem para a história da política colonial uma importância que se afigura excepcional.

Deve-se salientar, segundo Adriano Moreira, “que não diminui em nada a importância da Conferência de Bandung a circunstância de Nehru ter visto algumas vezes em perigo o seu prestígio e repetidas vezes ter visto francamente negada a chefia ideológica que espontaneamente se atribuiu”.²⁴⁹ Para o autor, Chou-En-Lai, chefe da delegação da República Popular da China, apresentou-se como o verdadeiro triunfador da Conferência.

Entre as cinco Potências de Colombo, não se estabeleceu unanimidade acerca da questão conexa dos satélites comunistas. Nehru, que era visto, por parte do mundo ocidental, como “indiscutível patrulha avançada do comunismo”, opôs-se à formulação de uma declaração conjunta anticomunista que acompanhasse a declaração anti-colonialista.²⁵⁰

²⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁴⁹ MOREIRA, Adriano. *Política Ultramarina. Op. Cit.*, p. 60.

²⁵⁰ *Idem*, p. 65.

Capítulo 3. Relações entre Brasil e Índia (1947-1964): a Descolonização dos Enclaves Portugueses na Índia e a Participação Brasileira

3.1. Brasil e Índia – Os Primeiros Contatos

A Missão diplomática do Brasil foi elevada à categoria de Embaixada no dia 15 de outubro de 1948. Em abril do mesmo ano iniciaram-se as comunicações entre José Cochrane de Alencar – Ministro Plenipotenciário encarregado de Negócios – e o Itamaraty. Estas conversações versavam sobre questões administrativas, principalmente no que respeita às questões de aluguel da casa em que se instalou a embaixada e também do pagamento dos empregados. Somente em 14 de outubro de 1949 foram apresentadas as credenciais do primeiro embaixador do Brasil na Índia, Caio de Mello Franco. “A mais imponente cerimônia de entrega de credenciais até então realizada naquele país independente”.²⁵¹

A Constituição da União Indiana, aprovada pela Assembléia Constituinte em 26 de novembro de 1949, entrou em vigor no dia 26 de janeiro de 1950. O Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, no Relatório apresentado ao Presidente da República, ressaltava a importância da Constituição democrática da Índia: “a República Soberana e Democrática da Índia só nasceu legalmente em 26 de janeiro de 1950, dia em que foi promulgada e entrou em vigor a Constituição da República, ficando sem efeito o Ato do Governo da Índia, de 1935, e o Ato da Independência Indiana, de 1947”.²⁵²

A embaixada indiana no Brasil foi inaugurada em 1948. O primeiro embaixador da Índia foi o Sr. Minocher Rustom Masani. Deixou o Brasil em 13 de junho de 1949, escrevendo uma carta de profundo pesar por ter de abandonar o país.²⁵³

O início das relações entre Brasil e Índia caracterizou-se pela ausência de interesses mais concretos. Para a Índia, o Brasil servia, no entendimento de Wayne Selcher, como um “*listening post in Latin America, especially with regard to activities of Peking, and a distribution point from which to disseminate material or information*

²⁵¹ Ofício de José Cochrane de Alencar ao MRE sobre a cerimônia de entrega de credenciais ao primeiro embaixador do Brasil na Índia, documento de 14 de outubro de 1949. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Ofícios da Embaixada Brasileira em Nova Deli: Volume I.

²⁵² BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, de 1949.

²⁵³ Nota do embaixador Minocher Rustom Masani ao MRE, documento de 13 de junho de 1949. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Tomo 85.3.18.

explaining India's positions on important issues".²⁵⁴ Ressalte-se que o material para distribuição pública no Brasil pela embaixada Indiana era escrito em inglês ou espanhol, não em português. Até 1960, apenas de 15 a 20 vistos anuais eram expedidos a brasileiros pela embaixada indiana no Brasil, na maioria deles para diplomatas. A comunidade indiana no Brasil à época era também bastante insignificante. O próprio funcionamento da embaixada brasileira em Nova Deli exemplifica o baixo perfil das relações entre as nações. Como forma de comparação, o número de funcionários da embaixada de Nova Deli, em 1959, somava oito pessoas. Em 1968, diminuiu para sete funcionários, enquanto Bangkok contava com nove e Taipei e Seul, oito.²⁵⁵

No que diz respeito às relações comerciais, seu baixo perfil pode ser observado no fato de que até 1963 não houve acordos comerciais entre Índia e Brasil, conforme a análise dos Relatórios do Ministério das Relações Exteriores. Durante a década de 1950, o principal produto de importação da Índia pelo Brasil era a juta, a qual possuía a garantia de não re-exportação pelo Brasil. A Índia demandava sementes de araucária, algodão, castanha e outras.²⁵⁶ Houve negociações tarifárias brasileiras com a Índia, a pedido do embaixador Julio Augusto Barbosa Carneiro, onde foram discutidas concessões brasileiras em favor da goma laca e, por parte da Índia, do direito sobre a carnaúba.²⁵⁷

Somente em setembro de 1963, um Grupo técnico brasileiro visitou alguns países do Sul e do Sudeste asiático e submeteu aos respectivos governos anteprojetos de acordos comerciais. Os entendimentos com a Índia frutificaram através da embaixada daquele país no Brasil e da Divisão da Ásia e Oceania do Itamaraty. No final do mês de setembro de 1964, a palavra final e positiva do governo indiano foi apresentada. De acordo com o chanceler Vasco Leitão da Cunha, "será possível assinarem-se, nas primeiras semanas de 1965, Acordos Comerciais com a União Indiana e com a Tailândia, o que será um elemento a mais de estímulo ao intercâmbio brasileiro com os dois países".²⁵⁸

²⁵⁴ SELCHER, Wayne. *Op. Cit.*, p. 226.

²⁵⁵ *Idem*, p. 225.

²⁵⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Tomo segundo volume 85.4.1; documento de janeiro de 1954.

²⁵⁷ Relatório de Alberto de Menezes sobre as Partes Contratantes, documento de 01 de janeiro de 1958. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; nº 83.161-B, DE/660.(04).

²⁵⁸ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1964, p. 66.

Em junho de 1950, o Brasil aderiu ao convite indiano de criação e desenvolvimento de uma Comissão Internacional sobre Irrigação e Canais. O primeiro encontro do Comitê executivo deu-se em Simla na Índia, nos dias 24 e 25 de junho daquele ano, com a presença de representantes do Egito, Turquia, Suíça, Canadá, Ceilão, Sião, Paquistão, Indonésia, Yugoslávia, Holanda e Itália. “*The International Commission on Irrigation and Canals will be a non-governmental international organization and will carry on its work through its National Committees set up in the various participating countries*”.²⁵⁹

De 5 a 11 de dezembro de 1951, foi organizada a 27ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística em Nova Deli, da qual participou delegação brasileira.²⁶⁰ No ano seguinte, foi exaltado pelos dois governos o apoio brasileiro à candidatura do indiano Shri Benegal N. Rau para compor uma das cinco cadeiras vagas de juiz da Corte Internacional de Justiça. O Embaixador Gilberto Amado publicou uma carta na imprensa enaltecendo as qualidades do indiano. Chegou a chamá-lo de “flor da cultura indiana”, representante do oriente idealista.²⁶¹ Aos 30 de novembro de 1953, morreu de forma trágica Shri Benagal Rau. Seu mandato era até 5 de fevereiro de 1961. A Índia passou a requerer o apoio a Radhabinod Pal para preencher a vaga.²⁶²

Em 1952, a Índia buscava a parceria brasileira para explorar uma refinaria de petróleo. Getúlio Vargas apareceu na imprensa indiana, que tecia comentários à política nacionalista do presidente brasileiro.²⁶³

De 1953 a 1961, as principais iniciativas da Índia para com o Brasil foram: convidou o Brasil a participar, em janeiro de 1953, de um Seminário sobre literatura em Nova Deli, representado pela escritora brasileira Cecília Meireles;²⁶⁴ da 4ª *World Forestry Congress*; requereu sementes para propósitos experimentais: castanha, babaçu e carnaúba; ofereceu apoio à participação brasileira na UNESCO, em 22 de setembro de 1954; convidou delegação brasileira a observar o programa *Indian Industry Fair*, em

²⁵⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Tomo 85.3.18; documento de 24 de agosto de 1950.

²⁶⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Tomo 85.3.18; documento de dezembro de 1951.

²⁶¹ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Tomo 85.3.18; documento de janeiro de 1952.

²⁶² Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Tomo – segundo volume 85.4.1; documento de janeiro de 1954.

²⁶³ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Ofícios da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Tomo 35.5.5; documentos 17 e 29 de janeiro de 1951.

²⁶⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Tomo 85.3.18; documento de 1953.

out/dez 1955; requereu apoio à candidatura de vice-presidente da Assembléia Geral de 1956; decidiu retirar a candidatura de L. K. Jha, para a sessão de 1957 do GATT, a ser realizada em Genebra, agradecendo ao Brasil pelo apoio irrestrito; convidou o Brasil para a inauguração do “*Atomic Energy Establishment*” e do “*Swimming Pool Reactor*” em Bombaim, pelo Primeiro-Ministro da Índia, em 20 de janeiro de 1957; informou sobre as resoluções sobre testes nucleares, em 5 de julho de 1957, “*This House is of opinion that, having regard declared opinion of famous scientists of the world, explosions of nuclear and thermo-nuclear weapons of mass destruction constitute a real danger to the human race and appeals to the Governments producing such weapons and conducting tests of them to suspend such tests pending their total abandonment*”;²⁶⁵ e contou com a presença brasileira, em janeiro de 1958, à II Sessão da Comissão de Meteorologia Sinótica em Nova Deli²⁶⁶ e, em fevereiro 1961, à XIV Assembléia Mundial de Saúde em Nova Deli.²⁶⁷

Em junho de 1961, o Senhor S.K. Patil, Ministro de Agricultura e Alimentação da União Indiana, visitou o Brasil, mantendo contatos com as autoridades brasileiras para propor acordos de parceria na área em questão.²⁶⁸

Na ONU, um tema em que Brasil e Índia estiveram lado a lado foi o do desarmamento. Os dois países buscavam realizar a inglória tarefa de negociar um Tratado de Desarmamento Geral e Completo. O ápice deste posicionamento diplomático ocorreu na década de 1960, quando da constituição do Comitê das 18 Nações sobre o Desarmamento. O Comitê foi objeto de eloqüente referência de Araújo Castro em seu discurso dos 3 D’s:

Não atuaram estes países como um “bloco político”, mas como um “grupo diplomático”, que, num mandato de mediação, procura tenazmente ampliar as tênues áreas do acordo entre os dois blocos de Potências. Agindo invariavelmente em nome da opinião pública mundial, essas nações contribuíram decisivamente para que a Conferência das 18 Nações sobre o Desarmamento pudesse assegurar seu primeiro grande passo positivo: o Tratado de Proscrição de Ensaio Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e Sob as Águas, concertado recentemente em Moscou.²⁶⁹

²⁶⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Tomo – segundo volume 85.4.1; várias datas.

²⁶⁶ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1958, p. 121.

²⁶⁷ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1961, p. 93.

²⁶⁸ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1961, p. 61.

²⁶⁹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas – 1946-1995*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 165.

3.2. As Participações de Brasil e Índia no GATT e seu Intercâmbio Comercial

Ao final da Segunda Guerra Mundial, do pacote de iniciativas tomadas pelos países aliados concretizou-se e materializou-se em 1947 um acordo comercial assinado por 23 países chamado Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT.²⁷⁰ À época, a tarifa média aplicada sobre produtos importados atingia 40%.²⁷¹ A participação de Brasil e Índia no GATT foi de crescente importância, com um início incipiente mas com ideais convergentes. Hoje, na OMC, os dois países são, em muitos aspectos, parceiros políticos e exercem pressão para a diminuição de subsídios no setor agrícola internacional.

Nos primórdios da criação do GATT, o Conselho Econômico e Social da ONU resolveu constituir a Comissão Preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego²⁷², em 18 de fevereiro de 1946, conforme anexo à documentação sobre o GATT, encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty, do relatório do chefe da delegação brasileira A. de Vilhena Ferreira Braga sobre a Exposição de Motivos sobre a Carta de Havana da IIIª Reunião das Partes Contratantes. A Índia, ainda sob a condição de parte do Império Britânico, fez-se representar.²⁷³

A Carta de Havana, aceita pelo Brasil por força da assinatura da Ata Final da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, em 24 de março 1948, foi elaborada por especialistas de 58 países, representando mais de 90% do comércio exterior do mundo. A importância da Carta residia na compreensão dos problemas envolvidos no complexo das relações internacionais. De acordo com Ferreira Braga: “Esta será a única maneira de se conseguir a conciliação dos interesses em jogo, os

²⁷⁰ O GATT foi criado em Genebra, em 1947, assinado por 23 países. Diferia da OIC (Organização Internacional de Comércio) em diversos pontos, dentre eles: a) cobria esfera menor da política comercial; b) o comprometimento dos signatários não era tão firme, havendo a possibilidade de desligamento por aviso prévio de 60 dias; c) mecanismos bastante frouxos de solução de controvérsias; e d) as disposições do GATT constituíam acordo executivo, não requerendo ação legislativa para sua implementação. Ver: SATO, Eiiti. *De Gatt para OMC e a agenda do Brasil no cenário internacional*. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas, volumes 1 e 2*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 142-143.

²⁷¹ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Telegramas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro. Documento de 02 janeiro de 1949.

²⁷² Os esforços empreendidos durante a Conferência viram-se coroados com a instituição da Organização Internacional de Comércio (OIC), cujo Comitê Executivo fizeram parte Brasil e Índia.

²⁷³ Relatório do chefe da delegação brasileira A. de Vilhena Ferreira Braga sobre a Exposição de Motivos sobre a Carta de Havana da IIIª Reunião das Partes Contratantes Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; Relatório das Partes Contratantes DB/GATT/5/660.(04).

quais, dado o elevado grau de interdependência da economia mundial, irão forçosamente determinar o aparecimento de divergências e conflitos”.²⁷⁴

Sugeriu-se um capítulo que propiciasse, pela cooperação econômica, o desenvolvimento econômico de certas regiões. A esse respeito o Brasil apoiou o ponto de vista da Austrália, da Índia e da China. Todos esses países possuíam suas economias baseadas sobre bens primários. O capítulo VII da Carta de Havana, essencialmente, é o regimento interno da entidade que se denominaria Organização Internacional de Comércio (OIC). A IV Reunião, com Mário Moreira da Silva como chefe da delegação do Brasil, em 1950, discutiu-se restrições às importações.

Na V Reunião das Partes Contratantes do GATT, realizada em Torquay, Inglaterra, entre os dias 02 de novembro e 16 de dezembro de 1950, tendo a delegação brasileira sido chefiada por Alberto Castro de Menezes, discutiu-se a questão das restrições em razão da balança de pagamentos. Concordaram Brasil, Chile, Paquistão e Índia que, não obstante a melhoria de situação das suas balanças de pagamento, não era aconselhável, no momento, um relaxamento das suas restrições à importação.²⁷⁵

O ponto mais importante da V Reunião, no entanto, refere-se à declaração feita pela delegação americana de que o Presidente dos Estados Unidos da América, ao submeter o seu programa legislativo para a próxima sessão do Congresso daquele país, anunciara que a Carta de Havana não seria apresentada à aprovação do Congresso. No mesmo documento, se fazia referência ao valor que os Estados Unidos emprestavam ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, e se apoiava a idéia de provê-lo de uma maquinaria administrativa adequada, a fim de aumentar a sua eficiência no trabalho de interpretar e aplicar tal instrumento internacional. A referida declaração pode ser considerada como o ponto mais importante da V Reunião, pela gravidade que a mesma encerrava em função dos destinos do GATT e da Organização Internacional do Comércio.²⁷⁶

Na avaliação do representante brasileiro, “Não seria, pois, de admirar que as diversas delegações tivessem mantido, daí por diante, uma atitude de reserva com

²⁷⁴ Relatório do chefe da delegação brasileira A. de Vilhena Ferreira Braga sobre a Exposição de Motivos sobre a Carta de Havana da IIIª Reunião das Partes Contratantes. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; documento: tomo 80.5.10, p. 2, data 27.07.49.

²⁷⁵ Relatório do chefe da delegação brasileira Alberto de Menezes ao MRE. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; Relatório sobre as Partes Contratantes DB/GATT/13/660.(04).

²⁷⁶ *Idem, Ibidem.*

relação à proposta canadense²⁷⁷, incluindo-se entre aquelas não só as que representavam países plenamente desenvolvidos como o Reino Unido, mas também as que falavam em nome de países sub-desenvolvidos, como a Índia principalmente”. O representante brasileiro chegou a afirmar na ocasião que “merecem cuidadoso estudo os debates do assunto e, muito especificamente, a excelente declaração do Delegado da Índia, que manifestou, com rara felicidade, o desapontamento com que países de economia sub-desenvolvida receberam a declaração da Delegação dos Estados Unidos da América.”²⁷⁸

As impressões de Alberto de Menezes são bastante esclarecedoras do sentimento de frustração que a V Reunião das Partes gerou.

Parece não haver dúvida que uma das principais razões para que o Brasil se tornasse membro do GATT foi a Carta de Havana, onde se acenava com grandes auxílios aos países carentes de recursos para seu desenvolvimento econômico. Em face, porém, das declarações do Chefe da Delegação norte-americana e da repulsa que sua aprovação vem despertando no Congresso dos EUA, chega-se à conclusão de que a Carta de Havana é hoje letra morta. Essa dedução é plenamente confirmada por recente discurso do Presidente das Partes Contratantes, Sr. L. D. Wilgress, no qual ele declara ‘ser necessário enterrar a Carta de Havana, dando caráter definitivo ao Acordo simplificado conhecido como GATT, torná-lo mais eficiente e nele incluir alguns dispositivos da Carta’.²⁷⁹

A VI Reunião das Partes Contratantes, realizada em Genebra de 17 de setembro a 27 de outubro de 1951, foi marcada pela formação de um Grupo de Trabalho para discutir restrições em razão da balança de pagamentos, ou seja, as disposições do artigo XII que permitem às Partes Contratantes aplicar restrições de natureza quantitativa ou de valor nas importações a fim de salvaguardar sua posição financeira externa e sua balança de pagamentos. O Grupo, composto por Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Cuba, França, Alemanha, Haiti, Índia, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos, foi presidido por J. G. Phillips, da delegação da Austrália. A delegação brasileira foi chefiada por Edgard de Mello. O Brasil, apoiado pela Índia, defendeu e propôs uma mudança no parágrafo 30 do capítulo 3 (*Trends of Policy and Effects*), advogando a

²⁷⁷ A Delegação canadense julgava necessária a criação de um órgão permanente a fim de que a atividade das Partes Contratantes não sofresse uma solução de interrupção. Em sua opinião, reuniões periódicas das Partes Contratantes, com intervalos de cinco ou seis meses, não são o melhor meio de tratar e resolver com a necessária eficiência as questões incluídas nos temários das mesmas. (*Idem, Ibidem.*)

²⁷⁸ *Idem*, p. 27.

²⁷⁹ E afirmava ainda a aparente inconveniência de o Brasil continuar a integrar o GATT, apesar de entender precipitada tal conclusão “se não forem ponderados outros fatores, sobretudo os de ordem da política internacional, que pedem atenção para os malefícios que podem advir de uma política isolacionista”. (Relatório do chefe da delegação brasileira Alberto de Menezes ao MRE. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; Relatório sobre as Partes Contratantes DB/GATT/15/660.(04.) p. 09-10).

flexibilização da utilização de preços-teto de matérias primas e produtos primários, adotada principalmente pelos Estados Unidos.²⁸⁰

Em Genebra, entre 02 de outubro e 10 de novembro de 1952, teve lugar a VII Reunião das Partes Contratantes do GATT para designar um presidente para a Comissão Provisória de Coordenação dos Acordos Internacionais de Produtos de Base (ICCICA). O Brasil reivindicou o cargo para um representante de um país subdesenvolvido. Decidiu a delegação brasileira, chefiada por José de Carvalho e Souza, “iniciar uma campanha de bastidores para a apresentação do nome do Professor Adarkar, ilustre economista, representante da Índia no GATT desde 1948, e em várias assembléias da ONU, para presidente do ICCICA, que anuiu em princípio à idéia, reservando entretanto a sua posição enquanto aguardava instruções de seu governo”. Os EUA e o Reino Unido apoiavam, entretanto, a reeleição de James Helmore. Entre os países industrializados vale mencionar o apoio direto de Alemanha e Áustria.²⁸¹

Contudo, em face da comunicação do professor Adarkar de haver recebido instruções da Índia no sentido de não se apresentar como candidato, a delegação brasileira teve que estabelecer nova linha de conduta. Passou a defender a candidatura de James Helmore sob a condição de permanência no cargo pelo período de apenas um ano até a próxima reunião das Partes Contratantes, quando se deveria proceder a nova eleição e o caráter de rotatividade a ser fixado. A proposta brasileira foi aprovada por unanimidade.²⁸²

À 9ª Sessão do GATT, uma questão importante para o Brasil verificava-se em sua intenção de substituir sua tarifa específica por *ad valorem*²⁸³. Outro tema relevante, levantado pelo chefe interino da Delegação brasileira à 9ª Sessão do GATT, Octavio Augusto Dias Carneiro, diz respeito à revisão do atual acordo no que concerne aos produtos de base. O GATT teria nítida preponderância sobre a FAO, por exemplo, para tratar de comércio ou da distribuição da produção. O fracasso dessas tentativas determinaria o retorno ao bilateralismo. “Dentro dessa linha de orientação, a Delegação

²⁸⁰ Relatório do chefe da delegação brasileira Edgard de Mello ao MRE. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; Relatório sobre as Partes Contratantes GATT/Via Reunião/Genebra 1951/12-19).

²⁸¹ Relatório do chefe da delegação brasileira José de Carvalho e Souza ao MRE. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; documento nº DB/GATT/2/660.(04)/3, data 1º de novembro de 1952.

²⁸² *Idem, Ibidem.*

²⁸³ Esta questão foi a mais importante para o Brasil nas discussões da XI Sessão, em 1957.

do Brasil, à falta de instruções do Governo, resolveu procurar obter, ao menos, a definição formal do GATT no campo internacional dos produtos de base”.²⁸⁴

Quanto ao tema específico das negociações comerciais com a Índia, o Relatório de João Soares Neves, delegado chefe do 5º grupo de negociações do GATT, em 1958, continha informações extremamente importantes para a percepção da imagem que a diplomacia brasileira possuía à época sobre a União Indiana no que se refere ao aspecto comercial.²⁸⁵

De acordo com João Soares Neves, o comércio brasileiro com a Índia, no triênio 1954-56, apresentou os seguintes valores em dólares: Exportações – 1954: 352.429, 1955: 1.900.663, 1956: 43.438; Importações – 1954: 38.086, 1955: 203.229, 1956: 120.614.²⁸⁶

Para se ter um parâmetro de comparação sobre o intercâmbio entre Brasil e Índia e o comércio exterior brasileiro, foram elaboradas as tabelas abaixo para demonstrar o percentual do intercâmbio comercial do Brasil com a Índia em relação ao resto do mundo, em relação à Ásia e com referência a países escolhidos. A primeira tabela dispõe sobre o total das exportações e importações brasileiras no período de 1947-1964. A segunda tabela traz os valores do intercâmbio comercial com a Índia, no mesmo período, e seu percentual relativo ao total do Brasil. A terceira estabelece uma comparação entre o intercâmbio comercial brasileiro com a Índia em relação à Ásia como um todo. A tabela 4 demonstra a participação percentual da Ásia, excluindo-se o Japão, a partir de 1951, no comércio exterior global do Brasil naquela época. A quinta tabela busca observar o intercâmbio brasileiro com a Índia cotejado com outros três países, escolhidos por também serem distantes e com baixa densidade de relações com o Brasil, ao menos no imediato pós-guerra, a saber: África do Sul, Austrália e China. Todas as tabelas trazem valores em cruzeiros pela razão de que os valores em dólares aparecem somente em alguns volumes do Anuário Estatístico do IBGE.

²⁸⁴ Relatório do chefe da delegação brasileira Octavio Augusto Dias Carneiro ao MRE. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; Relatório sobre as Partes Contratantes (DB/GATT/no 3/1954/3).

²⁸⁵ Relatório de João Soares Neves ao MRE. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; Relatório sobre as Partes Contratantes (documento nº 80.1.11 – Del. Bras./GATT/no 3/1958/3).

²⁸⁶ *Idem, Ibidem.*

Tabela 1 - Exportações e Importações Brasileiras no Período de 1947-1964

Ano	Exportações		Importações		Saldo Valor (Cr\$ 1.000)
	Quantidade (1.000t)	Valor (Cr\$ 1.000)	Quant. (1.000t)	Valor (Cr\$ 1.000)	
1947	3.781	21.179.413	7.159	22.789.291	- 1.609.878
1948	4.658	21.696.874	6.803	20.984.880	+ 711.994
1949	3.744	20.158.084	7.179	20.648.081	- 494.997
1950	3.819	24.913.487	8.967	20.313.429	+ 4.600.058
1951	4.851	32.514.265	10.994	37.198.345	- 4.684.020
1952	-	26.064.993	-	37.178.622	- 11.113.629
1953	4.378	32.047.276	11.792	25.152.079	+ 6.895.197
1954	4.290	42.967.000	13.345	55.239.000	- 12.272.000
1955	6.186	54.521.000	13.945	60.226.000	- 5.705.000
1956	5.751	59.474.000	13.948	71.597.000	- 12.123.000
1957	7.713	60.657.000	13.523	86.452.000	- 25.795.000
1958	8.297	63.752.526	14.202	103.322.915	- 39.570.389
1959	9.884	109.450.000	14.346	161.284.000	- 51.834.000
1960	10.607	147.123.000	15.609	201.219.000	- 54.096.000
1961	12.714	245.151.000	15.858	299.357.000	- 54.206.000
1962	12.360	307.129.850	16.785	511.677.448	- 204.547.000
1963	14.139	549.500.940	17.666	782.219.819	- 232.719.000
1964	14.586	1.177.497.741	18.174	1.242.890.900	- 65.393.159

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anuário Estatístico do IBGE.

(-) Não há registro de Quantidade

Tabela 2 - Intercâmbio Comercial do Brasil com a Índia no Período de 1945-1964

Ano	Exportações Brasileiras			Importações Brasileiras			Saldo Valor (Cr\$ 1.000)
	Quantidade (t)	Valor (Cr\$ 1.000)	% Total	Quantidade (t)	Valor (Cr\$ 1.000)	% Total	
1945	7	558	0,01	13.035	59.383	0,68	- 58.825
1946	22.569	59.983	0,33	13.236	62.269	0,48	- 2.286
1947	35.181	109.129	0,52	8.918	60.941	0,27	+ 48.188
1948	101.695	367.022	1,69	28.047	227.110	1,09	+139.912
1949	2.973	37.841	0,19	8.507	83.595	0,40	- 45.754
1950	-	1.601	0,007	-	27.331	0,14	- 25.730
1951	-	51.703	0,16	-	65.891	0,17	- 14.188
1952	-	-	-	-	-	-	-
1953	-	130	0,0004	-	608	0,002	- 478
1954	-	10.112	0,023	-	2.385	0,004	+ 7.727
1955	-	91.637	0,16	-	12.998	0,02	+ 78.639
1956	-	2.033	0,003	-	14.174	0,019	-12.141
1957	-	6.473	0,01	-	75.363	0,087	-68.890
1958	-	24.470	0,038	-	14.839	0,014	+ 9.631
1959	-	16.774	0,015	-	77.366	0,047	- 60.592
1960	-	12.610	0,008	-	191.436	0,095	-178.826
1961	-	21.220	0,008	-	106.151	0,035	- 84.931
1962	-	67.952	0,022	-	129.728	0,025	- 61.776
1963	-	82.942	0,015	-	370.623	0,047	-287.681
1964	-	147.647	0,012	-	326.940	0,026	-179.293

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anuário Estatístico do IBGE.

(-) Não há registro

Tabela 3 - Intercâmbio Comercial com a Índia e com a Ásia²⁸⁷ em (Cr\$ 1.000)

Ano	Exportações		Percentual Índia/Ásia	Importações		Percentual Índia/Ásia
	p/ Índia	p/ Ásia		Índia	Ásia	
1947	109.129	928.069	12%	60.941	96.967	63%
1948	367.022	1.056.507	35%	227.110	264.615	86%
1949	37.841	414.704	9%	83.595	133.068	63%
1950	1.601	438.837	0,36%	27.331	149.984	18,5%
1951	51.703	867.330	6%	65.891	742.129	9%
1952	-	-	-	-	-	-
1953	130	312.132	0,03%	608	23.608	2,6%
1954	10.112	874.412	1,2 %	2.385	317.126	0,8%
1955	91.637	910.024	10%	12.998	2.063.585	0,6%
1956	2.033	780.531	0,26%	14.174	2.784.320	0,5%
1957	6.473	770.426	0,8%	75.363	2.804.309	2,7%
1958	24.470	2.479.761	1%	14.839	2.928.988	0,5%
1959	16.774	2.067.345	0,8%	77.366	7.819.241	1%
1960	12.610	2.609.878	0,4%	191.436	9.118.805	2,1%
1961	21.220	7.811.702	0,3%	106.151	16.765.727	0,65%
1962	67.952	8.800.001	0,8%	129.728	30.069.988	0,45%
1963	82.942	10.656.636	0,8%	370.623	45.446.663	0,85%
1964	147.647	28.970.217	0,5%	326.940	68.680.363	0,48%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anuário Estatístico do IBGE.

(-) Não há registro

Tabela 4 – Participação Percentual da Ásia no Comércio Exterior Brasileiro em (Cr\$ 1.000)

Ano	Exportações		Percentual Ásia/Mundo	Importações		Percentual Ásia/Mundo
	p/ Mundo	p/ Ásia		Mundo	Ásia	
1947	21.179.413	928.069	4,8%	22.789.291	96.967	0,4%
1948	21.696.874	1.056.507	5%	20.984.880	264.615	1,3%
1949	20.158.084	414.704	2%	20.648.081	133.068	0,7%
1950	24.913.487	438.837	1,8%	20.313.429	149.984	0,8%
1951	32.514.265	867.330	2,7%	37.198.345	742.129	2%
1952	26.064.993	-	-	37.178.622	-	-
1953	32.047.276	312.132	1%	25.152.079	23.608	0,1%
1954	42.967.000	874.412	2 %	55.239.000	317.126	0,5%
1955	54.521.000	910.024	1,7%	60.226.000	2.063.585	3,3%
1956	59.474.000	780.531	1,3%	71.597.000	2.784.320	2,6%
1957	60.657.000	770.426	1,2%	86.452.000	2.804.309	3,5%
1958	63.752.526	2.479.761	3,9%	103.322.915	2.928.988	3%
1959	109.450.000	2.067.345	2%	161.284.000	7.819.241	4,9%
1960	147.123.000	2.609.878	1,9%	201.219.000	9.118.805	4,9%
1961	245.151.000	7.811.702	3,9%	299.357.000	16.765.727	5,5%
1962	307.129.850	8.800.001	3%	511.677.448	30.069.988	6%
1963	549.500.940	10.656.636	2%	782.219.819	45.446.663	6%
1964	1.177.497.741	28.970.217	2,4%	1.242.890.900	68.680.363	5,9%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anuário Estatístico do IBGE.

(-) Não há registro

²⁸⁷ Os países incluídos são: Arábia, Ceilão, China, Chipre, Estabelecimentos dos Estreitos, Filipinas, Hong Kong, Índia, Indo-China, Iraque, Israel, Líbano, Malásia, Palestina, Paquistão, Indonésia, Síria, Transjordânia, Turquia, e, residualmente, outros países. O Japão foi excluído da relação de 1951 em diante, pois, a partir desse ano, passa a ter grande peso no intercâmbio comercial brasileiro com a Ásia. Ver: BRASIL, IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, vários anos.

Tabela 5 – Intercâmbio Comercial Comparado: África do Sul, China²⁸⁸ e Austrália em (Cr\$ 1.000)

Ano	Exportações			Importações		
	África do Sul	China	Austrália	África do Sul	China	Austrália
1947	316.633	312.344	115.271	79.193	14.607	1.458
1948	264.863	53.634	63.059	24.936	3.469	40.921
1949	154.761	1.125	170.788	38.109	976	6.887
1950	151.818	47.224	154.679	58.825	74	16.835
1951	155.190	24.509	323.917	109.405	86	45.496
1952	-	-	-	-	-	-
1953	124.717	19.056	71.076	811	-	9.366
1954	163.260	73.659	97.038	312	-	885
1955	217.637	190.849	94.634	1.664	-	2.090
1956	192.714	28.805	99.362	5.964	-	248
1957	258.541	957	70.614	50.141	-	12.047
1958	295.538	498.953	54.273	87.009	-	15.772
1959	418.960	5	102.400	89.320	15.491	255
1960	936.080	80.604	481.435	116.104	5.970	4.292
1961	1.273.576	15	186.825	140.796	15.472	80.841
1962	1.758.455	2.152	756.101	211.485	-	86.620
1963	3.517.312	110.288	1.149.496	451.616	420.630	456.159
1964	8.512.360	218.874	2.676.130	541.308	413.082	311.210

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anuário Estatístico do IBGE.

(-) Não há registro

Durante o período analisado, a balança comercial brasileira esteve predominantemente deficitária. Somente em 1948, 1950 e 1953 o Brasil obteve superávit em sua balança comercial. Durante o período, o país dependeu muito das importações para abastecer a crescente demanda interna e impulsionar sua industrialização, em que pese o processo de substituição de importações que vigia à época. Os preços de bens primários eram defasados com relação aos bens manufaturados. Não foi sem razão que a percepção de tal fato levou ao avanço das teorias estruturalistas já comentadas no presente estudo.

Logo a um primeiro exame, no período como um todo, verifica-se a diminuta importância do comércio entre Brasil e Índia. O relatório do representante brasileiro no GATT, João Soares Neves, e a análise dos dados extraídos dos Anuários Estatísticos do IBGE espelham a dificuldade de estabelecimento de relações entre Brasil e Índia, os quais claramente não tinham grande interesse comercial um pelo outro.

Nos primeiros anos, até 1951, no entanto, principalmente em 1948, verifica-se que o comércio recíproco era percentualmente mais relevante do que o intercâmbio das duas décadas seguintes. No ano mencionado, tanto as exportações brasileiras quanto as importações representaram mais de um por cento do total. O pior ano do período

²⁸⁸ A referência usada foi sempre e somente a China continental.

analisado foi, claramente, 1953; ano em que o comércio entre as duas nações foi absolutamente irrelevante. Nos outros anos, de forma geral, os percentuais da participação indiana no comércio exterior brasileiro foram relativamente estáveis. É importante notar que de 1945 até 1964, vinte anos, portanto, apenas cinco deles foram superavitários para o Brasil.

No que se refere à participação indiana no comércio brasileiro com a Ásia, até o ano de 1951, observa-se que foi, em termos relativos, significativa. Apesar do comércio brasileiro incipiente com a Ásia como um todo, é importante perceber que, nesses anos iniciais, com ênfase em 1948, que chegou a representar 86% das importações brasileiras da Ásia, a Índia teve para o Brasil foco relativamente destacável. Lembre-se que o Japão também fazia parte da lista asiática até 1951. Após 1953, o intercâmbio com a Índia, em comparação à Ásia como um todo, variou, para importações, de 0,45%, em 1962 a 2,7%, em 1957. E, no que tange a exportações, de 0,03%, em 1953 a 10%, em 1955.

A Ásia como um todo não representou grande percentual no comércio exterior brasileiro durante o período do pós-guerra. O máximo a que se chegou de exportações do Brasil para aquele continente foi 5%, em 1948, do total global. Após este ano, as exportações brasileiras variaram de 1% a 3,9% do total exportado para o mundo. Em relação às importações brasileiras oriundas daquela região, os anos iniciais foram bastante insignificantes, chegando ao piso de 0,1% do total em 1953 (explicado, em parte, por ter sido o primeiro ano em que se passou a desconsiderar o Japão da relação dos países asiáticos analisados). O percentual asiático somente passou a ganhar maior relevância após 1959, alcançando 6% das importações brasileiras em 1962 e 1963.

No que concerne aos países escolhidos, primeiramente quanto à África do Sul, observam-se os seguintes dados: a) no quadro das exportações brasileiras, o único ano que mostra valor maior para a Índia é o ano de 1948. Os outros anos, com exceção de 1955, as exportações brasileiras para a África do Sul foram bem maiores do que para a Índia; b) no quadro de importações, a comparação com a Índia torna-se mais viável. Nos dezoito anos do período, o Brasil importou mais da Índia do que da África do Sul em oito deles, demonstrando certo equilíbrio nesta comparação.

Quanto à China, no que se refere às exportações brasileiras, em nove anos do total do período analisado o Brasil exportou mais para a Índia do que para a China. Em relação às importações brasileiras dos dois países, somente em 1963 e em 1964 a China passou a Índia em vendas para o Brasil, em que pese a ausência de dados de 1952 a 1958 para a China, em face do não-reconhecimento brasileiro da China comunista.

No caso da Austrália, em todos os anos do período, o Brasil exportou mais para aquele país do que para a Índia, chegando a valores bastante díspares em 1963 e 1964. No campo das importações brasileiras, o Brasil somente comprou mais da Austrália do que da Índia em dois anos do período: 1953 e 1963.

A partir da análise do comércio brasileiro com esses quatro países, pode-se perceber que a Índia participou bem mais do percentual médio das importações brasileiras do que das exportações, como pode ser observado nos gráficos abaixo:

Gráfico 1: Percentual médio de exportações brasileiras para os países selecionados

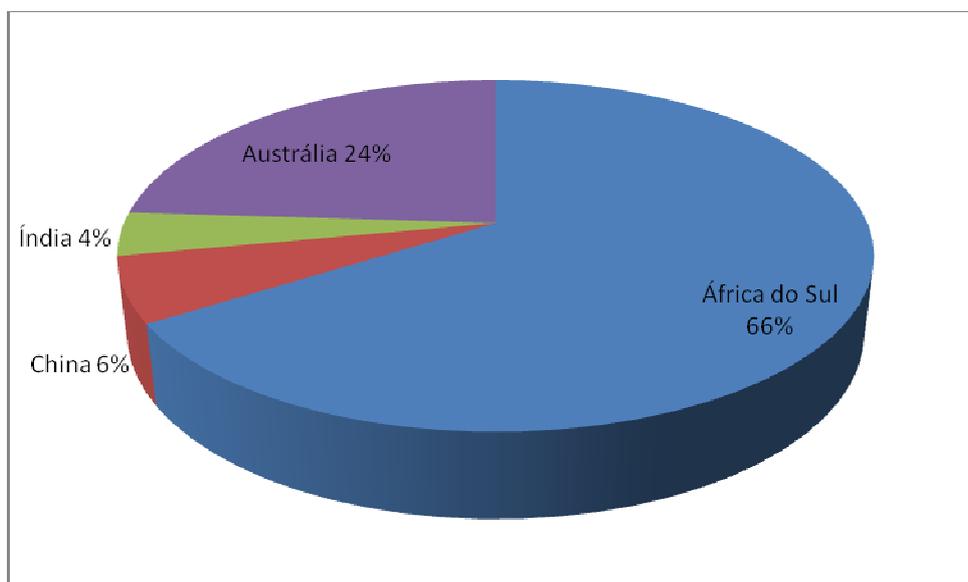
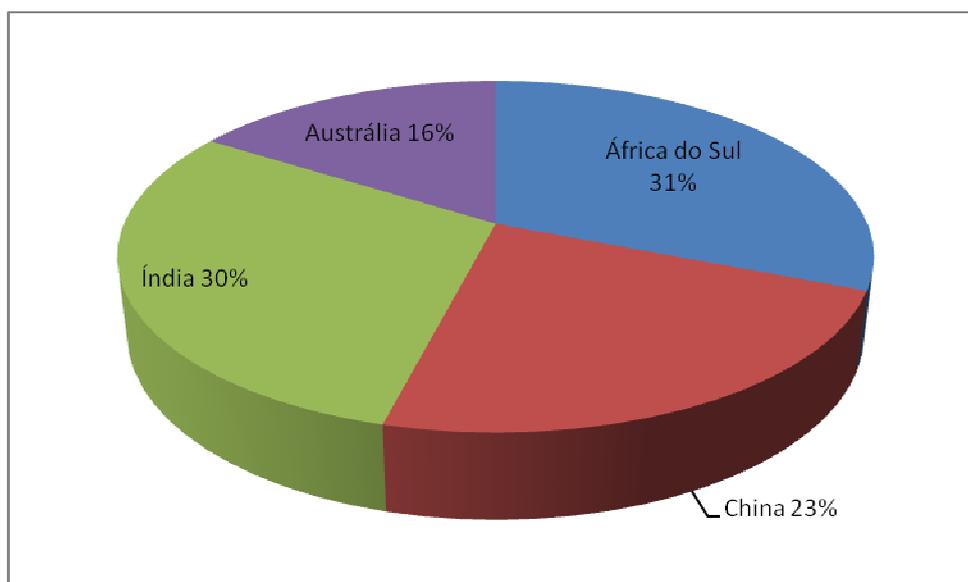


Gráfico 2: Percentual médio de importações brasileiras dos países selecionados



No Anuário Estatístico do IBGE do ano de 1948, o único produto de exportação brasileiro que aparece é o arroz. Em 1946, as exportações de arroz, pelo Brasil, totalizaram Cr\$ 385.478.000,00. Para a então Índia Inglesa, o valor das exportações de arroz chegou a Cr\$ 46.509.000,00, o que configurou o percentual de 12% do total. Em 1947, Cr\$ 682.524.000,00 em arroz foram exportados pelo Brasil para o resto do mundo. Para a Índia, o valor das exportações do alimento alcançou Cr\$ 81.858.000,00, representando um percentual de 12%, novamente.²⁸⁹

De acordo com dados do Anuário Estatístico do IBGE de 1952, o produto que aparece referenciado à Índia é também o arroz. De acordo com este documento, a quantidade do produto exportado por São Paulo e Rio Grande do Sul foi de 462 toneladas, em 1951, e o valor em Cruzeiros foi de Cr\$ 1.677.000,00 De um total de Cr\$ 201.354.000,00 exportados pelo Brasil, a participação indiana na compra do arroz brasileiro representou naquele ano a porcentagem de 0,83% do total das exportações do produto pelo Brasil no ano de 1951.²⁹⁰

Em 1948, o açúcar, procedente principalmente de Pernambuco, de Alagoas e do Distrito Federal, também aparece como produto exportado pelo Brasil para a Índia, sob o valor de Cr\$ 82.107.000,00, o que, em relação ao valor total de exportações de açúcar do Brasil no referido ano (Cr\$ 691.574.000,00), representou um valor relevante de 12%.²⁹¹

No que se refere às importações brasileiras, as únicas menções feitas à Índia encontram-se nos anos de 1945, 1946 e 1947. Os produtos importados foram: goma-laca e juta, nos valores respectivos, para o ano de 1947, de Cr\$ 11.243.000,00 e Cr\$ 47.920.000,00.²⁹²

E assim já era a situação quando das negociações de Genebra, em 1947, ocasião em que, no GATT, o Brasil realizou um acordo simbólico em que se reduzia a tarifa de importação de goma-laca, no Brasil, em troca da consolidação da entrada livre para o arroz brasileiro na Índia.²⁹³

²⁸⁹ BRASIL, *IBGE - Anuário Estatístico do Brasil*, 1948; BRASIL, *IBGE - Anuário Estatístico do Brasil*, 1950, p. 272.

²⁹⁰ BRASIL, *IBGE - Anuário Estatístico do Brasil*, 1954, p. 296.

²⁹¹ BRASIL, *IBGE - Anuário Estatístico do Brasil*, 1950, p. 272.

²⁹² *Idem, Ibidem*. A partir do Anuário Estatístico de 1954, a relação dos produtos de intercâmbio do Brasil não mais faz referência à Índia.

²⁹³ Relatório de João Soares Neves ao MRE. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) – Documentos sobre o GATT – 1949-1959; Relatório sobre as Partes Contratantes (documento nº 80.1.11 – Del.Bras./GATT/no 3/1954/3).

João Soares Neves informa em seu relatório que: “A despeito de não termos tomado a iniciativa de negociar com a Índia nos termos da Decisão de 16 de novembro de 1956, das Partes Contratantes, logo que a delegação chegou a Genebra recebeu, com data de 4 de fevereiro último, uma lista de pedidos de concessões tarifárias”. A delegação indiana requereu a diminuição da alíquota de 50% para 20% nos seguintes produtos: Goma-laca em bastão, “*button lac*”, escama, grãos e semelhantes e a fibra “*indian hemp*”. Em várias reuniões informais que o representante brasileiro teve com o delegado indú, Senhor S. Narasimhan, ficou esclarecido que a fibra a que se referia a solicitação de seu Governo era a “*sann hemp*” (*Crotalaria juncea*), que nada tem em comum com o cânhamo (*Canabis sativa*).²⁹⁴

Cabia ao representante do Brasil, como encarregado das negociações tarifárias com a Índia, propor à delegação um projeto de aspirações relativamente à tarifa indú, o que foi enviado ao delegado da Índia o pedido para que fosse concedida a entrada livre para a cera de carnaúba, onerada na ocasião com a taxa de 30% ad valorem. A partida do delegado da Índia, Sr. Narasimhan, para Londres, sem deixar substituto em Genebra, deixou o delegado brasileiro em dificuldades para obter qualquer orientação a respeito. Todavia, por meio do encarregado interinamente da Delegação permanente da Índia junto a Organismos Internacionais com sede em Genebra, o senhor N. P. Alexander, o delegado brasileiro sugerir-lhe que transmitisse ao seu governo, no sentido de “concluirmos uma negociação tarifária puramente ‘simbólica’, nos quadros do GATT, uma proposta objetivando, do lado brasileiro, a consolidação da taxa aduaneira sobre a goma-laca, e, do lado indú, a consolidação dos direitos alfandegários sobre a cera da carnaúba”.²⁹⁵

Nas palavras do delegado brasileiro, estava explícita a dificuldade de negociar com a Índia e a observação de que ainda levaria algum tempo para que as relações comerciais entre as duas nações pudessem ter relativa relevância. Fica claro que, mesmo após o estabelecimento de relações diplomáticas, os dois países ainda demorariam muito para descobrir as potencialidades da cooperação Sul-Sul.

A substituição proposta, de arroz pela cera de carnaúba, foi motivada pelo fato de o arroz haver desaparecido praticamente de nossas exportações para a Índia, enquanto a cera de carnaúba se afirmou, nos últimos dez anos, como a mercadoria mais constante nas vendas brasileiras para aquele país. À ponderação do representante da Índia, de que o Brasil não era o principal fornecedor de cera de carnaúba ao seu país, respondi que, além de ser o

²⁹⁴ *Idem, Ibidem.*

²⁹⁵ *Idem, Ibidem.*

Brasil o único produtor mundial do artigo, o mesmo argumento se aplicava ao pedido de seu governo, porque a Índia era o terceiro fornecedor de goma-laca ao Brasil. O representante indú prometeu-me, então, transmitir a proposta ao seu governo. Desde que aceita, far-se-á a troca oficial das listas de concessões, que serão, da parte do Brasil, a consolidação da alíquota de 50% “ad valorem”, da posição 13.02 da Tarifa, e da parte da Índia a consolidação da taxa de 30%, como ex da posição 15, de sua Tarifa sobre cera de carnaúba. Todavia, no caso em que não seja concluída a negociação na base exposta, e uma vez que nenhuma declaração seja feita às Partes Contratantes, o assunto poderá ser dado por encerrado, considerando-se a reduzida importância do intercâmbio comercial Índia-Brasil, que só poderá, em futuro remoto, oferecer possibilidades de expansão.²⁹⁶

A presente seção demonstrou como se iniciaram as relações entre Brasil e Índia, ou seja, em um contexto não muito favorável a uma maior aproximação. A própria região afro-asiática era relegada a um segundo plano. Como se pode perceber da análise dos dados estatísticos, o intercâmbio diplomático e comercial, entre 1945 e 1964, mostrou-se muito incipiente, apesar de, em alguns anos, e da média do período ter-se mostrado relativamente significativa. Além disso, para agravar a situação de distanciamento, brasileiros e afro-asiáticos a visão que detinham entre si, de acordo com Selcher, dava-se: “*primarily through European and American eyes or news dispatches, thus forming of the other party much the same impressions that a European or an American would have*”.²⁹⁷

É somente a partir de 1964, com a criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD e do Grupo dos 77 (G-77), fundado em junho de 1964, da qual Brasil participa da conclusão da Primeira UNCTAD, como forma de apoiar a agenda do desenvolvimento, que Brasil e Índia começam a se encontrar cada vez mais e participar como parceiros políticos nesses e outros foros internacionais.

O Grupo dos 77 foi criado em 15 de junho de 1964, quando 77 países em desenvolvimento adotaram, na conclusão da Primeira Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, uma declaração conjunta. O Grupo dos 77 realizou seu Primeiro Encontro Ministerial em Argel em Outubro de 1967 e adotou a "Carta de Argel", que delineou a visão do grupo, inalterada desde então. A evolução da história do Grupo dos 77, portanto, está intimamente ligada ao sistema das Nações Unidas, representando a dedicação aos objetivos dos países em desenvolvimento e aos da Carta das Nações Unidas.²⁹⁸

²⁹⁶ *Idem, Ibidem.*

²⁹⁷ SELCHER, Wayne. *Op. Cit.*, p. 82.

²⁹⁸ Para informações sobre a estrutura o histórico e situação atual do Grupo dos 77 ver o sítio www.g77.org (Acesso em 12.10.07).

3.3. A Descolonização dos Enclaves Portugueses e a Participação Brasileira

Era 1498 depois de Cristo. As embarcações comandadas por Vasco da Gama chegavam a Calicute,²⁹⁹ sudoeste do subcontinente indiano, passando por Goa e pelas ilhas Angedivas em sua viagem de retorno a Portugal. Um novo caminho para as tão cobiçadas Índias, terra das especiarias e da seda, havia sido encontrado. O Império Turco-Otomano não mais teria o monopólio das rotas para aquele território. O vasto mar agora passava a ser dominado pelos portugueses e a potencialidade de sua exploração tornava-se ilimitada.³⁰⁰

D. Manuel, “O Venturoso”, ou “O Realizador”, sucessor de D. João II, após sua morte em 1495, foi o grande responsável por escolhas que ligaram os quatro cantos do mundo. Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e ainda Afonso de Albuquerque, fundador do “Estado da Índia” foram eleitos os personagens principais dessas façanhas.³⁰¹ O último, como capitão-mor, deixou Lisboa em abril de 1503. Após longos anos de batalhas para a conquista da costa oeste da Índia, Albuquerque, acreditando que Goa representava um papel de primeira ordem para dominar a costa e enfraquecer o mundo árabe, entrava finalmente na Barra da Aguada em 15 de fevereiro de 1510, com vinte e um navios e mil e seiscentos homens, após pôr em fuga o soberano independente de Goa, sultão de Bijapur, Ismail Ardil Cão (Idalcão).³⁰²

A partir desta altura, Albuquerque³⁰³ compenetrou-se da idéia de estabelecer em Goa a sede do governo português na Índia. Nomeou o seu sobrinho,

²⁹⁹ Luís de Camões descreve assim as impressões lusitanas da chegada às Índias: *Já se viam chegados junto à terra, / Que desejada já de tantos fora, / Que entre as correntes Índicas se encerra / E o Ganges, que no céu terreno mora. / Ora sus, gente forte, que na guerra / Quereis levar a palma vencedora: / Já sois chegados, já tendes diante / A terra de riquezas abundante!* (CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Porto: Porto Editora, 1997, p. 245).

³⁰⁰ MARJAY, Frederic P. *Índia portuguesa: estudo histórico*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1959.

³⁰¹ Luís de Camões, captando a realidade lusa como uma antena, conta os sonhos do Venturoso com as glórias dos heróis portugueses. “Morfeu em várias formas lhe aparece. Sonha que se eleva a uma esfera altíssima de onde contempla outros mundos e longínquas nações. Vê que do Oriente extremo nascem duas fontes, origem de rios caudalosos (...). São os rios sagrados da Ásia, o Ganges e o Indo, fontes que descem dos céus para oferecer à soberania portuguesa os seus tributos grandes”. (*Apud* BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 38-39).

³⁰² “Goa, situada na ilha de Tiçuari, na Índia Cisgângética, era então uma das cidades mais importantes da Península. O seu excelente porto rivalizava com os maiores da Europa: Constantinopla, Génova, Nápoles, etc.” (MARJAY, Frederic. *Op. Cit.*, 1959, p. 35).

³⁰³ Apesar dessa quase unanimidade entre historiadores, o jornal *Ressurge Goa* publicou um artigo em 22 de janeiro de 1953 dizendo que as características da colonização portuguesa em Goa foram bastante distintas daquelas ocorridas com o território como um todo por parte da Inglaterra. Mencionada a tomada de Goa por Afonso de Albuquerque em 1510, o *Ressurge Goa* diz que é uma imprecisão histórica e que, na verdade, quem tomou Goa foi um hindu, almirante do rei de Vijayanagar, de nome Timoja, com a ajuda daquele que ao tempo palmou a vitória e tomou posse de Goa em nome do rei de Portugal. O jornal

Antônio de Noronha, governador da cidade e da fortaleza. Depois velou pelas receitas públicas, empenhou-se em assegurar a posse de toda a ilha de Tiçuari e desenvolveu as fortificações. Em seguida pensou em enviar embaixadores a muitos príncipes do Oriente e especialmente ao rei da Pérsia.³⁰⁴

Após duas tentativas de reconquista pelo sultão muçulmano, Goa passava a ser, no pensamento de R. P. Rao, “*the first Indian territory to be ruled directly by Europeans after Alexander the Great. Afonso d’Albuquerque was responsible for the establishment of the Portuguese colonial rule in India for the first time.*”³⁰⁵ Estava realizado o grande sonho. A Europa irrompia abruptamente nos destinos do Extremo Oriente. E começava a história do Estado da Índia.

Frederic Marjay, exaltando as conquistas lusas, afirma que “depois de Goa, duas estrelas vieram ainda iluminar o céu da glória portuguesa: Dio e Damão. A história da sua entrada na comunidade portuguesa está cheia de episódios heróicos”.³⁰⁶

Assim começa a história da dominação portuguesa sobre os enclaves indianos. A criação do Estado da Índia por Portugal deu início a um longo processo de colonização, formação e construção de uma identidade e de uma cultura ligadas ao modo de ser lusitano. Esse longo período terá desfecho somente em 1961, quando o governo da União Indiana, liderado pelo Primeiro-Ministro Jawaharlal Pandit Nehru, invade os referidos territórios e proclama a sua integração à União Indiana.

A participação brasileira no campo das relações internacionais entre Índia e Portugal passa a ser, em determinado momento, de grande importância. A visualização da forma como participou o Brasil nesta questão se torna essencial para uma análise tanto de sua relação com Portugal, e “os grandes laços que sempre os aproximaram”, quanto sua relação com a Índia. A atuação do Brasil na questão dos enclaves de Goa, Damão e Diu é interessante pelo fato de que, no seu decorrer, Brasil e Portugal assinaram o Tratado de Amizade e Consulta em 1953. Este tratado certamente lançava as bases de uma relação mais estreita entre os dois países. Como avalia o próprio governo português:

salienta que, mesmo que por diferentes meios, a colonização possuía os mesmos fins, quais sejam os de saque e dominação. Goa nunca se submeteu voluntariamente ao domínio português. (Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Ofícios da Embaixada Brasileira em Nova Deli: documento de 22 de janeiro 1953. tomo 35/5/5).

³⁰⁴ MARJAY, Frederic. *Op. Cit.*, 1959, p. 36.

³⁰⁵ RAO, R. P. *Portuguese rule in Goa (1510-1961)*. London: Asia Publishing House, 1963, p. 32.

³⁰⁶ MARJAY, Frederic. *Op. Cit.*, p. 42.

Mais de quatro séculos consagrou-se Portugal, em heróica resistência e benemérita acção civilizadora, à conservação dessa herança e alcançou manter, nos cinco continentes, a Fé cristã, a língua que falamos, a cultura comum aos povos ocidentais e, de tal sorte, que sòmente os desprevenidos ou indiferentes não perceberiam que onde Portugal permanecera aí estaria, também, o Brasil. (...) A língua, dizia Bismarck, é o expoente da capacidade de sobrevivência e expansão de um povo. Por influência desse fenómeno sociológico é que devemos sentir que onde se use a língua portuguesa o Brasil está presente.³⁰⁷

Para alguns analistas, do ponto de vista constitucional, Goa era parte de Portugal. Nas palavras de Walter Neale: “*From a legal point of view it was not part of India. Since all India had never been united, it is impossible to say that Goa was historically part of the Indian nation*”.³⁰⁸ Portugal citava um Tratado Anglo-Português de 1642 para certificar-se de que Goa fazia parte de Portugal.³⁰⁹ Até o diplomata Adolpho Bezerra de Menezes adotava a mesma posição, analisava a situação e vaticinava a seu respeito:

Não cabe dúvida que se tal disputa fosse apresentada a um tribunal de arbitragem perfeitamente honesto, as bases das reivindicações indianas não poderiam suportar a mais sucinta análise e a Portugal seria dado imediato ganho de causa em nome dos preceitos mais comezinhos da ética e do direito internacional. Na prática, porém, Portugal tem muito pouca chance de ganhar a questão e o terá cada vez menos, à proporção que o tempo for passando.³¹⁰

Nehru, no entanto, afirmava que Goa e a União Indiana formavam um só país. No imaginário do povo indiano, o argumento português de que Goa fora conquistada ainda no início do século XVI não era nem um pouco convincente. A cultura e a civilização indiana milenares não podiam ser comparadas com quatro séculos de dominação portuguesa. Acreditava-se que, assim como a própria Índia sob regime colonial inglês durante largo período, Goa também passara por dominação colonial e agora deveria retornar à União Indiana.³¹¹ Para o Primeiro-Ministro indiano, “*The Portuguese government claims that Goa is a part of Portugal. That remark is so illogical and absurd that it is rather difficult to deal with*”.³¹²

Apesar de não aceitar o domínio português sobre os enclaves, o governo indiano percebia os diferentes aspectos culturais que séculos de atuação portuguesa

³⁰⁷ PORTUGAL, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. *Invasão de Goa: comentários da imprensa*. Edição do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, 1962, p. 14.

³⁰⁸ NEALE, Walter C. *Op. Cit.*, p. 101.

³⁰⁹ RAJAN, M. S. *Op. Cit.*, p. 539-540.

³¹⁰ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o mundo Ásio-africano*. *Op. Cit.*, p. 147.

³¹¹ NEHRU, Jawaharlal. *Op. Cit.*, p. 108-126.

³¹² *Idem*. p. 112.

proporcionaram ao território goano. Em discurso na Lok Sabha, em 25 de agosto de 1954, Nehru prometia o respeito à cultura de Goa. Os aspectos religiosos, culturais, lingüísticos, de leis e costumes e de aspectos administrativos seriam preservados e respeitados quando Goa voltasse a fazer parte da União Indiana.³¹³

A situação de Goa causava certa irritação ao governo indiano. A Índia não podia construir uma estrada ou ferrovia para conectar Bombaim ao noroeste do sub-contidente sem ter de passar pelo planalto goano através da serra de *Ghats*. Até 1960, discursando na Rajia Sabha, no dia 20 de dezembro, Nehru ainda adotava uma posição de espera e de paciência, mas já alertava para a proximidade de um desfecho para a situação:

*I would like to say a Word about Goa. Both because of internal developments and the developments in Africa, the question of Goa or rather of Portuguese colonial possessions has become one of the urgent issues. We have little evidence of what is happening in the Portuguese possessions in Africa, but what we have shows that the Portuguese Government has been treating the people there with brutal severity. These, of course, have their effect in Goa. Internally – I speak moderately on the subject – I do not think that the present state of affairs in Goa, that is to say, Goa remaining under Portuguese domination, can continue for long. I cannot fix a date, obviously. All these questions are so tied up with the world situation that we have preferred waiting and exercising some patience, even though it has been rather painful to do so. But we have always been clear in our minds that the freedom of India cannot be complete till Goa becomes part and parcel of India.*³¹⁴

Para que a percepção do contexto interno desses países possa servir como ponto de partida para análises das relações entre as nações em tela, faz-se necessária, além das já realizadas breves retrospectivas históricas da independência indiana, do primeiro período da história daquele país, da República Liberal no Brasil, uma revisão da história de Portugal dentro do mesmo lapso temporal.

3.3.1. Da Proclamação da República em Portugal ao Governo Salazar: A Reforma Constitucional e sua Repercussão

Portugal buscava manter seus pequenos enclaves na Índia não somente por questões políticas, como pode parecer, mas também por fortes questões culturais e também por razões estratégicas. Goa era tida em alto valor pela sociedade portuguesa. O goano era visto como inteligente e excelente cidadão, além de possuir hábitos e

³¹³ *Idem*, p. 110.

³¹⁴ *Idem*, p. 126.

maneiras bastante distintas de qualquer hindu.³¹⁵ É necessário ter presente que, apesar da pouca importância comercial que Goa possuía, representando apenas 0,075% do comércio metropolitano e sendo, na verdade, um encargo orçamentário para Portugal, o território tinha um considerável potencial na produção de minério de ferro, além de representar porto estratégico localizado no centro-oeste do sub-continente indiano. O jornal “A Noite”, em matéria do dia 23 de dezembro de 1961, descrevia aspectos importantes da economia e da infra-estrutura de Goa:

O porto de Mormugão, em Goa, constitui um dos melhores ancoradouros da península indostânica, é acessível mesmo durante a monção, e dá saída a toda produção que desce do Decão por uma ferrovia que, atravessando Goa, entronca no sistema da União Indiana. Dotado de muitos rios, o distrito de Goa dispõe de farta navegação fluvial. Parece que o interesse maior da União Indiana é avançar no porto de Mormugão e nas jazidas minerais de Goa, por cuja produção tem revelado interesse excepcional a indústria japonesa.³¹⁶

Entende-se, contudo, que o potencial de Goa, que hoje é uma das regiões mais prósperas da Índia, influenciou decisivamente, por exemplo, a diferença de atitudes entre a França e Portugal quanto a seus domínios na Índia. A região de Chandernagore, dominada pela França, foi muito mais facilmente negociada entre as duas nações em razão, entre outros fatores, da insignificante economia da região.³¹⁷

Os argumentos portugueses para a manutenção do Estado da Índia levavam em consideração uma série de aspectos. Além da tese luso-tropicalista³¹⁸ de Gilberto Freyre, muito bem aproveitada por Salazar, a mais projetada contestação dizia respeito ao entendimento de que Goa formava uma unidade política historicamente ligada a Portugal há mais de quatro séculos. “Como o fio de água à nascente”,³¹⁹ nas palavras de

³¹⁵ O próprio Oliveira Salazar discursava nesse sentido: “Como é da boa tradição portuguesa, o goês é excelente trabalhador, disciplinado, respeitador da soberania e obediente às autoridades locais”. (SALAZAR, Oliveira. *Discursos e notas políticas – volume V (1951-1958)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1959, p. 182).

³¹⁶ PORTUGAL, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. *Invasão de Goa: comentários da imprensa*. Edição do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, 1962, p. 13.

³¹⁷ Em 1952, o Estado da Índia exportou 464 598 toneladas de minério de ferro e 127 463 toneladas de manganês, totalizando o valor de 34 773 967 rupias. Em 1953, o Estado da Índia exportou, até 31 de maio, 423 308 toneladas de minério de ferro e 82 259 toneladas de manganês, totalizando o valor de 25 496 299 rupias. Desde o bloqueio a Goa, os mineiros goeses, impedidos de trabalhar na União Indiana, permitiram notável desenvolvimento da indústria mineira portuguesa. O pessoal em serviço nas minas atingiu o número de 34 721 indivíduos. O minério produzido em 1957 totalizou 3 143 372 toneladas de ferro, 146 372 toneladas de manganês e 49 430 toneladas de ferro-manganês. Estavam a serviço do caminho-de-ferro de Goa 22 locomotivas, 54 carruagens, 5 furgões e 322 vagões de mercadorias. (MORAES, Carlos Alexandre de. *Cronologia geral da Índia Portuguesa (1948-1962)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2ª ed., 1997, p. 201).

³¹⁸ Para ver discussão acerca do tema do luso-tropicalismo na visão de Portugal, consultar: CARVALHO, Henrique Martins de. *Op. Cit., passim*.

³¹⁹ SALAZAR, Oliveira. *Op. Cit.*, p. 190.

Salazar, desde o século XVIII, Goa já desfrutava das prerrogativas da Carta expedida pelo Marquês de Pombal, que declarava os nativos cristãos da Índia Portuguesa iguais perante a lei aos filhos de portugueses nascidos tanto nas colônias como na metrópole.³²⁰

Com a revolução de 5 de outubro de 1910, Portugal passou a ser uma República, reconhecida pelo Brasil no dia 22 do mesmo mês.³²¹ A fase subsequente, conhecida com Primeira República, durou até 28 de maio de 1926 com realização de um golpe de estado, capitaneado pelo General Manuel Gomes da Costa, instaurando a Ditadura Nacional no país.

Em 1932, subiu ao poder António de Oliveira Salazar como Primeiro-Ministro de Portugal, que ficou no poder até 1968, quando, por problemas de saúde, pediu afastamento. No ano de 1933, instaurou-se o chamado Estado Novo português. Este regime autoritário possuía caráter integralista, no qual o ideal nacionalista e a religião católica eram impostos fortemente pelo estado. No que se refere à política externa, o Estado Novo pautou-se pelo incessante esforço de conservação do império colonial português. Quanto à questão de Goa, Salazar declarava, em 30 de novembro de 1954: “A integração de Goa na soberania de Nova Deli não é uma perspectiva ou antevisão da evolução histórica: representa um objetivo político que os atuais governantes supõem dever realizar em cumprimento de sua missão”.³²²

Sob uma perspectiva histórica, observa-se que a política externa portuguesa, em sua matriz, até a década de 1960, poderia ser caracterizada pelo aspecto essencialmente defensivo. Os três principais focos da política externa portuguesa, historicamente, foram: a) defesa da nação contra o movimento de unidade peninsular; b) a difusão da cultura portuguesa em busca de assegurar sua presença no mundo; e c) a defesa das províncias ultramarinas.³²³

Em 1933, entraram em vigor a nova Constituição e o Ato Colonial. Foram publicados a Carta Orgânica e a Reforma Administrativa Ultramarina. O Estado da Índia³²⁴ foi considerado colônia e abrangido pelas disposições genéricas da Reforma Administrativa Ultramarina e da Carta do Império Colonial, o que provocou no

³²⁰ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o mundo Ásio-africano*. *Op. Cit.*, p. 144.

³²¹ CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, p. 263.

³²² SALAZAR, Oliveira. *Op. Cit.*, p. 231.

³²³ FRAGOSO, José Manuel. *Celebrar o passado, construir o futuro – coordenadas de política externa*. Lisboa: Edições Pindorama, 1966, p. 05-08.

³²⁴ Estado da Índia era a expressão era usada por Portugal para designar a condição das possessões portuguesas no subcontinente indiano, não se confundindo com a União Indiana constituída após a independência e formação daquele país

território de Goa grande descontentamento e protestos. Em 23 de maio de 1935, foi criado o Conselho do Império Colonial.³²⁵

Durante a Segunda Guerra Mundial, a política externa portuguesa foi bem sucedida. A opção pela neutralidade na guerra rendeu a Portugal o bem inestimável de ter-se mantido fora do arco de destruição que irrompeu na Europa durante o conflito e também com seu desfecho. É fora de questão que os interesses portugueses, incluindo-se seus direitos de soberania em qualquer parte do mundo, não foram grandemente afetados pela guerra e por sua posição de neutralidade.³²⁶

Após a Segunda Guerra Mundial o esforço de evitar a retração do império colonial necessitava reinventar sua estratégia. A independência da Índia e o crescimento de ideais emancipacionistas no mundo impunham novos desafios ao conservadorismo luso. A estratégia portuguesa no plano externo consistiu no estabelecimento de um forte discurso anticomunista e em uma aproximação das potências ocidentais pertencentes à OTAN.³²⁷

Com a criação da União Indiana, os enclaves portugueses na Índia começaram a ser questionados. Não foram objeto de apropriação militar desde o início em face da manobra diplomática da tentativa de convencimento da opinião pública internacional. Segundo José Manuel Fragoso, a importância dos enclaves portugueses era tamanha que “os acontecimentos de Goa marcavam o início de uma das mais graves crises que a Nação, em sua totalidade, tem sido sujeita”.³²⁸

No plano interno, o governo português promoveu uma controversa reforma de sua Carta Magna. A Constituição da República Portuguesa de 1933 foi revisada em 1951. Desaparecem as palavras “colônia” e “império colonial”, as quais foram substituídas por “províncias ultramarinas” e “ultramar”. Foi revogado, assm, o Ato Colonial.³²⁹ A atitude do governo português pode ser cotejada analogicamente com as mudanças nas denominações dadas pela Espanha a seus territórios e sua forma de exploração colonial, utilizando-se a análise crítica e clarividente de Alfredo Bosi. Na esteira de seu pensamento, “Sabe-se que, em 1556, quando já se difundia pela Europa cristã a *leyenda negra* da colonização ibérica, decreta-se na Espanha a proibição oficial

³²⁵ MORAES, Carlos Alexandre de. *Op. Cit.*, p. 198.

³²⁶ FRAGOSO, José Manuel. *Op. Cit.*, p. 15-19.

³²⁷ Para maior discussão acerca da política externa portuguesa no período vide: CARVALHO, Henrique Martins de. *Op. Cit., passim*.

³²⁸ FRAGOSO, José Manuel. *Op. Cit.*, p. 25.

³²⁹ O Ato Colonial já era motivo de críticas por parte de alguns portugueses. (MORAES, Carlos Alexandre de. *Op. Cit.*, p. 198).

do uso das palavras *conquista* e *conquistadores*, que são substituídas por *descubrimiento e pobladores*, isto é, colonos”.³³⁰

A Assembléia Nacional, usando das prerrogativas de Assembléia Constituinte, que assumiu em março de 1950, iniciou a discussão da mencionada revisão constitucional, anunciada por Oliveira Salazar, em seu discurso de 20 de outubro de 1949. Sobre a reforma do ato colonial, a Assembléia Nacional esposava que:

O que, porém, dará à nova constituição aspecto inteiramente novo é a inclusão do ato colonial no texto constitucional. Com a aprovação deste projeto desaparecem as colônias e os domínios do estatuto político português, e todos os territórios que as compunham passam a ser províncias ultramarinas e de ultramar, e ficam assim equiparados ao território metropolitano.³³¹ (*grifo acrescentado*)

Surgia também a questão de como manter a instituição de barreiras aduaneiras entre as províncias e a metrópole. A Comissão da Câmara Corporativa viu bem a gravidade do problema e propôs na emenda ao projeto do Governo uma redação nova, na qual já não aparecia a alusão sobre a existência do regime aduaneiro anterior, nem mesmo sobre a forma de “gradual redução ou suspensão dos direitos aduaneiros de livre circulação dos produtos dentro de todo o território nacional”, e silenciava sobre a livre circulação das pessoas e dos capitais, o que parecia mais lógico, visto que só haveria “províncias de uma única metrópole”.

Sobre esta matéria não se pode deixar de aludir ao voto em separado do Senador Affonso Rodrigues Queiró, cuja opinião era a de que “a única forma de a metrópole e o Império constituírem unicamente uma nação, a única forma de a organização econômica do ultramar se integrar na organização econômica da nação portuguesa” seria, nas palavras do Senador, “facilitar-se a livre circulação dos produtos, das pessoas e dos capitais dentro de todo o território nacional”.³³²

Outro que votou em separado foi o Senador Armindo Monteiro por acreditar que seria “inconveniente que a nação se demita, de repente e sem razão que todos vejam, da União que durante 20 anos proclamou como constituindo um imperativo da história”. Sua opinião era de que “o termo colônia é o único que em rigor designa a posição continental, política, administrativa e econômica das populações e terras portuguesas não européias.” De acordo com o Senador Monteiro:

³³⁰ BOSI, Alfredo. *Op. Cit.*, p. 12.

³³¹ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Ofícios da Embaixada Brasileira em Lisboa: n° do maço: 26/2/10; documento de 22 de fevereiro de 1951.

³³² *Idem, Ibidem.*

Ambas as propostas – a do Governo e a da maioria da Câmara – levam a suprimir a designação de ‘Império Colonial Português’, que foi um dos grandes ideais que o Estado Novo apontou à Nação. Dele se fez nestes vinte anos uma realidade das almas, no direito e na economia. Conseguimos que fosse aceite e respeitado pelo Mundo. Entrou na poesia e no sonho da gente nova. Moldou nas colônias a mentalidade dos funcionários e dos serviços, que se afizeram à sua figura jurídica e moral. Renunciar a ele, fugindo diante das responsabilidades que importa e mesmo dos riscos que a sua defesa implica, é diminuir a Nação.³³³

A análise desta documentação faz surgir a noção de que a revisão constitucional não era uma unanimidade no Parlamento português. Mesmo sob a pressão de um mundo em transformação, alguns homens de estado acreditavam que as mudanças na denominação propostas na reforma não deveriam vir a cabo. O primeiro exemplo espelha a visão de que os laços deveriam ser mais estreitos, abarcando o fluxo de pessoas e não somente de capitais.³³⁴ O segundo caso demonstra o arraigado conservadorismo em alguns representantes lusos. O “despotismo esclarecido” prevaleceu, contudo, mas, pelo que a história conta, não demorou muito para ruir.

O representante brasileiro em Nova Deli, Caio de Mello Franco, já possuía a clarividência dos acontecimentos quando atestou, no dia 29 de janeiro de 1951, sua preocupação crescente quanto aos territórios portugueses e franceses (Chandernagore) na Índia. Em suas palavras:

A notícia de que o governo português pretende mudar o ‘status’ das suas possessões na Índia, transformando-as em províncias de “Além-mar”, está sendo severamente criticada nesta capital como uma manobra maquiavélica de Lisboa para que uma resistência maior seja oferecida às pretensões da Índia de incorporar no seu território as colônias lusitanas (...) Assim, de novo a imprensa deste país levanta a voz para o governo de Lisboa, atacando suas medidas ditatoriais, como essa de mandar tropas negras para Goa afim de humilhar o povo da sua colônia (...) O governo da Índia, dizem as autoridades, até agora não tomou medidas enérgicas e decisivas, por estar às voltas com problemas de política interna e externa, de muito maior relevância. Não se sabe, porém, se é essa a verdade ou se existe realmente o temor de levantar questões de suma gravidade com França e Portugal (...) O caso é que a imprensa, há algum tempo silenciosa sobre as possessões estrangeiras, de novo se manifesta sobre um problema que talvez, num dia não muito remoto, represente o caso magno da Índia.³³⁵

³³³ *Idem, Ibidem.* O documento traz também os dois textos da Constituição Política da República Portuguesa e o texto da Proposta de Lei de Alteração da Constituição.

³³⁵ Ofício de Caio de Mello Franco ao MRE. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Ofícios da Embaixada Brasileira em Nova Deli: nº do maço: 35/5/4; documento de 29 de janeiro de 1951.

3.3.2. O Colonialismo e a Participação Brasileira na Descolonização dos Enclaves Portugueses na Índia

Para o professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos de Portugal, Adriano Moreira, a “situação colonial” poderia ser definida como a dominação imposta por grupo estrangeiro, etnicamente ou culturalmente diferente, dogmaticamente sustentada como superior, a uma população autóctone materialmente inferior. Há um contato, portanto, de civilizações heterogêneas, caracterizado por um sistema de dominação mantido não somente pela força, mas ainda por um conjunto de pseudo-significações e de comportamentos estereotipados dinâmicos e variáveis. O fenômeno colonial caracteriza-se por um elemento valorativo da crença na superioridade de uma concepção de mundo e de vida e por um elemento pragmático de ação modificadora sobre a concepção do povo colonizado.³³⁶

Já para o diplomata brasileiro Adolpho Bezerra de Menezes, o “colonialismo nada mais é que o parasitismo internacional” (...) “é a vontade impenitente de uma nação forte fazer com que sua gente viva melhor à custa do mal-viver e do sacrifício de outro conglomerado humano”.³³⁷ Em seu parecer, o colonialismo é uma forma de governo composta pelas seguintes características:

- a) sujeição política de um povo ou raça por outro contra a vontade do primeiro;
- b) exploração a baixo custo da mão-de-obra do povo subjugado;
- c) diversidade de salários e pagamentos para os mesmos empregos e tarefas;
- d) exploração das riquezas agrícolas ou industriais da colônia em benefício da potência colonialista;
- e) diversidade de tratamento social, complexo de superioridade, discriminação, separatismos ostensivos ou ‘camuflados’, altaneirismos do povo colonialista em relação aos habitantes da colônia.³³⁸

Para Bezerra de Menezes, Goa diferia muito das características de outros territórios denominados colônias. Não haveria em Goa subjugação, sujeição, exploração, separação racial, discriminação, mas bem ao contrário:

Havendo igualdade política, respeito passado e presente pelas instituições e cultos locais, inteira liberdade de miscigenação racial e sincero, constante e bem correspondido esforço para fazer com que o nativo se integre de corpo e alma na maneira de ser portuguesa”. (...) “Mas poderia ainda ser dito que, a despeito do paternalismo lusitano, os goanos não desejam continuar fazendo parte do todo ultramarino português.³³⁹

³³⁶ MOREIRA, Adriano. *Política Ultramarina*. Op. Cit., p. 27-31.

³³⁷ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Op. Cit., p. 47.

³³⁸ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o mundo Ásio-africano*. Op. Cit., p. 143-144.

³³⁹ *Idem*, p. 145.

Adriano Moreira, em livro publicado em 1961, afirmava que, do ponto de vista da finalidade do colonizador, deve ser feita a distinção entre “colonialismo de espaço vital” e “colonialismo missionário”. O primeiro ocorre “sempre que o povo colonizador, detentor do poder político, afirme religiosamente a legitimidade dos seus próprios interesses e o caráter puramente instrumental do povo colonizado”. A intenção do colonizador é territorial. No caso do colonialismo missionário, “o povo colonizador pretende exercer uma ação civilizadora sobre o território e os seus povos indígenas, aceitando, por isso, a legitimidade dos interesses destes”.³⁴⁰

Portugal, obviamente, arrogava-se como exemplo de colonizador missionário, buscando uma mobilização ideológica a favor da legitimidade deste tipo de colonialismo, e, por outro lado, exortava a Nehru a pecha de “colonizador de espaço vital”. A importância central que o Primeiro-Ministro da União Indiana tinha para Portugal fica clara no momento em que a política ultramarina portuguesa e seus formuladores o colocavam como o “Adolf Hitler do Oriente”. A doutrina de Nehru, na visão de Adriano Moreira, era “simultaneamente uma doutrina imperialista e de colonialismo de espaço vital. É imperialista justamente na medida em que reclama para a exclusiva influência e domínio da União Indiana todo o subcontinente indiano, proclamando assim uma zona de influência por via unilateral”.³⁴¹

Portugal buscava construir uma péssima imagem de Nehru, afirmando que seu discurso constituía uma tentativa de fazer do ódio à raça branca a base da unidade política da Ásia e da África e que só o colonialismo missionário seria legítimo, ao passo que a doutrina do espaço vital era um perigo para a paz do mundo.³⁴²

Não podendo invocar a existência em Goa de qualquer aspecto de fenômeno colonialista, nem podendo invocar a aplicação do princípio da liberdade de os povos disporem de si próprios, porque nenhum movimento separatista ou de integração na União Indiana se manifestara entre os portugueses do Estado da Índia, é tipicamente imperialista a afirmação do primeiro-ministro de que a absorção de Goa pela União Indiana não precisa de basear-se em qualquer doutrina, é apenas o reconhecimento e a aceitação da pressão dos fatos.³⁴³

Antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, o posicionamento brasileiro sobre os enclaves indianos direcionava-se no sentido pró-Portugal, conforme pode ser atestado na publicação do Jornal “O Século” de Portugal sobre algumas manifestações de brasileiros ilustres acerca do tema da questão colonial lusitana, em 05 de maio de 1936.

³⁴⁰ MOREIRA, Adriano. *Política Ultramarina. Op. Cit.*, p. 38-39.

³⁴¹ *Idem*, p. 40.

³⁴² *Idem*, p. 78.

³⁴³ *Idem*, p. 81-82.

O Sr. Dr. Afrânio de Mello Franco, antigo ministro das Relações Exteriores, reclama uma aproximação perfeita entre Portugal e Brasil.

“Portugal contemporâneo honra o gênio latino em todos os seus aspectos. O seu vasto império colonial, que ele saberá defender contra a cobiça de quantos pretendam uma forma ousada de equilíbrio à custa dos povos mais fracos, será a reserva permanente de sua expansão cultural e econômica”.

O atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, J. Macedo Soares: “Nenhum sentimento é mais fecundo à vida das nações do que a fidelidade às origens, porque as lições do passado são sempre roteiro seguro para os caminhos do futuro”. “A nossa afeição com Portugal é, pois, um imperativo do sangue e da cultura e estabeleceu laços inquebrantáveis de fraternidade, cuja conservação é dever precípua dos governos e dos povos dos dois países”

O jornal brasileiro “Gazeta de Notícias” publicou um artigo no qual afirma a conservação do Império Colonial Português como um problema nitidamente luso-brasileiro. Acrescenta ainda que: “exploradas normalmente por Portugal, cujas necessidades de matérias primas, mercados consumidores e expansão comercial são muito restritas, quando comparadas com os grandes países que controlam a economia mundial, as colônias lusitanas não oferecem nenhum perigo próximo ou remoto ao nosso comércio internacional.” “Concorrendo, por conseguinte, para preservar o império colonial lusitano, o Brasil defende um patrimônio comum, que pertence a ambos os povos, por amor cultural, com obrigação étnica e por dever histórico”.

O eminente jornalista brasileiro Assis Chateaubriand, favorável à criação de uma *commonwealth* luso-brasileira, sobre o tema assim se expressou: “Se aspiramos vir a ser, algum dia, potência mundial, cumpre-nos fixar as colônias portuguesas como algo que nos deverá interessar enormemente em próximo futuro.

O Dr. Austresildo de Ataíde também afirmava: “Temos interesse solidário na preservação do império colonial lusitano, através de que se fará um dia a expansão de nosso país”.³⁴⁴

Quando a União Indiana se constituiu em Estado independente, em 1947, declarou logo que os territórios sob administração estrangeira situados no subcontinente deveriam ser incorporados à União. A 12 de agosto de 1948, os governos de Índia e Portugal decidiram trocar representantes diplomáticos ao nível de legação. O Governo português contestou então a posição indiana, “sustentando que os territórios do chamado ‘Estado Português da Índia’ constituíam parte integrante do Estado português, desenvolvendo-se, então, longa disputa diplomática entre os governos de Lisboa e de Nova Deli sobre esta questão que durou catorze anos”.³⁴⁵ Durante este longo período, Portugal adotou como tática, até certo momento, aguardar o que poderia ocorrer, o que passou a ser chamado de “*diplomatic judo*”, ou seja, incitar a Índia a cometer um ato de agressão aberta.

³⁴⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Ofícios da Embaixada Brasileira em Nova Deli: Maço n.º: 602.77 (88) documento de 1951, tomo 35/5/4.

³⁴⁵ CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, p. 290.

A 26 de junho de 1947, Gandhi já havia proclamado no jornal *Harijan* que, na Índia livre, Goa não poderia subsistir como entidade separada e incitava os goeses a não terem medo do governo português. A 18 de julho, o governador do “Estado da Índia”, Dr. José Silvestre Ferreira Bossa, escreveu uma carta a Gandhi repudiando as afirmações por este feitas na imprensa indiana em 26 de junho. Gandhi respondeu, a 11 de agosto, com palavras tranquilizadoras a respeito da soberania portuguesa no Estado da Índia. A 15 de agosto, a Grã-Bretanha concedeu a independência à União Indiana e Paquistão. A 22 de outubro, teve início a guerra entre a União Indiana e o Paquistão por virtude do território da Caxemira, custando os massacres entre hindus e muçulmanos e epidemias cerca de 500 mil vidas.³⁴⁶

A 28 de maio de 1948, o goês Anastásio Bruto da Costa, advogado em Margão e defensor da verdadeira autonomia administrativa do Estado da Índia, escreveu a Salazar uma carta condenando vários aspectos da política ultramarina portuguesa, nomeadamente a ideologia do Ato Colonial, que, em sua opinião, poderiam vir a ter conseqüências graves e imprevisíveis no futuro daquele território.³⁴⁷ Acreditava-se que Goa resistia por sua forte ligação cultural com Portugal. E que teria “todas as condições para ser a mais perigosa arma ideológica contra o avanço dos movimentos anti-ocidentais”, devido ao nível de influência da elite goesa à época.³⁴⁸

Em 1949, foram perseguidos os goeses que, residindo na Índia, não renegassem a nacionalidade portuguesa. Nehru reiterava que: “Goa é parte da União Indiana e a esta deve regressar”. O governo de Nova Deli afirmava a pretensão de que cessassem os privilégios portugueses concedidos pela Santa Sé quanto à designação de bispos para Bombaim, Meliapor, Cochim, Mangalor e Trichinópolis e que a arquidiocese de Goa se restringisse à área de Goa. Isto equivalia à extinção do Padroado.³⁴⁹

A 27 de fevereiro de 1950, o Governo da União Indiana solicitou ao Governo Português que se iniciassem negociações sobre o futuro das colônias portuguesas na Índia. A 15 de julho, o Governo português respondeu declarando que a questão apresentada “não se pode discutir e muito menos aceitar para ela a solução que se lhe propõe”.³⁵⁰

³⁴⁶ MORAES, Carlos Alexandre de. *Op. Cit.*, 196.

³⁴⁷ *Idem*, p. 197.

³⁴⁸ MOREIRA, Adriano. *Projeção internacional de Goa. Op. Cit.*, p. 32-33.

³⁴⁹ MORAES, Carlos Alexandre de. *Op. Cit.*, p. 199.

³⁵⁰ *Idem*, p. 198.

O posicionamento brasileiro a respeito da descolonização dos enclaves portugueses em Goa³⁵¹ pautou-se, até o final da década de 1950, por um apoio incondicional à causa portuguesa. Para o Brasil, na avaliação de Wayne Selcher, “*to join the anti-colonialist chorus condemning Portugal would be equivalent to a rejection of the valuable Portuguese heritage which Brazil enjoys*”.³⁵² Em notas da embaixada indiana no Brasil, tal posicionamento fica claro no exemplo da conferência intitulada “Goa, nação portuguesa, deve permanecer com Portugal.”, na qual participaram o Ministro da Educação Pedro Calmon e o deputado da nação portuguesa pelo círculo da Índia Portuguesa o Dr. Froilano de Melo. Na síntese providenciada pela embaixada indiana no Rio de Janeiro,

Froilano de Mello started by referring to the story of Goa, of the Portuguese crusades, Albuquerque, Vasco da Gama, and the fact that Goa is Portuguese since 400 year ago. Continuing he mentioned Goa's alimentionation saying that their food is entirely western, Goa's religion Catholicism; Missionaries, churches, seminars, music, all being entirely Portuguese. Dances, women's freedom, clothes and behavior, like western women. Song of Portugal are sung in Goa, 'fados' and other Portuguese melodies are sung all over Goa. Houses, furniture, jewellery, all of Portuguese type.

He continued that India cannot take that piece of Portuguese land away, because 'East is East and West is West and they can never meet'.

*The Education Minister, Sr. Pedro Calmon, then delivered a long speech. 'We heard with great respect his vow, and I affirm that we Brazilians will remain indifferent towards the future of Portuguese India'. "Indians, if you want Goa, take the Portuguese blood out of the Goan's veins. Destroy churches, dig out from the earth the bones of the heroes, kill the memory of Albuquerque and kill the faith of St. Xavier. As this was impossible, Portuguese India shall remain Portuguese".*³⁵³

O apoio brasileiro à causa portuguesa, de acordo com Adolpho Bezerra de Menezes, deveria se pautar por uma atitude de conselheiro que busca suavizar um golpe. “O que convém ao Brasil é procurar ajudar o amigo a encontrar uma saída airosa para a situação difícil em que se encontra; nunca, porém, emprestar-lhe seu apoio de grande nação, para aticá-lo ainda mais, contra um moinho de vento”.³⁵⁴

³⁵¹ Segundo o censo do ano de 1950, a população do Estado da Índia era de 637 846 habitantes, sendo 547 703 relativos a Goa, 69 005 a Damão e 21 138 a Diu. Sessenta e um por cento da população vivia direta ou indiretamente da agricultura. Nos 3 distritos da Índia Portuguesa existiam 388 741 hindus, 234 021 cristãos e 15 084 professando outras religiões, ou seja, 61,37 e 2 por cento, respectivamente. (*Idem*, p. 198).

³⁵² SELCHER, Wayne. *Op. Cit.*, p. 104.

³⁵³ *Notes on Prof.'s speech at the Portuguese Literary Lyceum, Rio de Janeiro, on the 27th September 1950.* Documento de 11 de janeiro de 1951. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Notas da Embaixada Indiana no Rio de Janeiro: arquivo urgente.

³⁵⁴ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o mundo Ásio-africano. Op. Cit.*, p. 155-156.

O posicionamento brasileiro de apoio irrestrito a Portugal começou a ser visto de forma negativa pela comunidade indiana. Em 22 de janeiro de 1953, o jornal *Ressurge Goa* trazia severas críticas à política colonizadora de Portugal e fazia referência ao jornal brasileiro “O Globo”, comentando a opinião brasileira esposada no referido jornal. A crítica presente no texto do jornal indiano apresentava-se da seguinte forma: “Estamos certos de que este artigo de ‘O Globo’ não reflete a opinião brasileira, porque os brasileiros que sacudiram o jugo colonial português devem estar mais aptos a compreender o espírito da nossa luta com igual finalidade”.³⁵⁵

O posicionamento brasileiro, todavia, ainda se tornaria mais explícito a favor da nação portuguesa em decorrência do Tratado de Amizade e Consulta de 1953, estabelecido em 16 de novembro de 1953, assinado por Brasil e Portugal. O Brasil endossava os principais pontos do argumento português, que eram: a) a inexistência de uma soberania indiana sobre todo o subcontinente; b) a legitimidade do Estado Português da Índia; c) a recusa indiana em negociar com Portugal de forma análoga ao que acontecia com a situação da Caxemira; d) independentemente de sua origem étnica, os cidadãos de Goa possuíam cidadania portuguesa com plenitude de direitos iguais aos residentes na metrópole.

O posicionamento brasileiro se tornou mais explícito na advertência feita pelo embaixador do Brasil em Nova Deli ao cônsul honorário do Brasil em Bombaim, acerca da atividade por este desenvolvida em favor da integração dos territórios portugueses da Índia na União Indiana. Para comunicar o governo português sobre as providências tomadas pelo Brasil, o MRE expediu um Memorial ao Encarregado de Negócios de Portugal no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1954.³⁵⁶

Em 20 de julho de 1954, com a ocupação, por parte dos chamados Voluntários Nacionalistas Goêses, a serviço da União Indiana, dos pequenos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, dependentes do distrito de Damão a situação começou a se agravar. Impedia-se, assim, a passagem pelo território indiano de quaisquer autoridades portuguesas para repor a ordem naqueles enclaves.³⁵⁷

No dia 22 de julho de 1954, o governador de Damão, ao viajar para os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, foi impedido de o fazer pelas autoridades indianas. Foram

³⁵⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (AHI) - Ofícios da Embaixada Brasileira em Nova Deli: documento de 22 de janeiro 1953. tomo 35/5/5.

³⁵⁶ PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Vinte anos de defesa do estado português da Índia (1947-1967)*. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1967, p. 389-391.

³⁵⁷ *Idem*, p. 410-411.

cortadas as ligações e os territórios ficaram isolados. Cinco dias depois, “Portugal denunciou a violação do direito internacional junto ao Tribunal Internacional de Justiça da Haia. Todavia, o fato de Portugal não ser membro da ONU impossibilitou a tramitação do processo aberto”.³⁵⁸ Portugal requisitou também o apoio da OTAN e da Inglaterra. Em face do incidente, foram expulsos o cônsul da Índia em Goa pelo governo português e os funcionários portugueses que atuavam Bombaim; redobramos os incidentes de fronteira com violação do território português e apertou-se o bloqueio por parte da União Indiana.

No mesmo dia, o Itamaraty enviou comunicado à imprensa referente à visita do embaixador de Portugal ao secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, narrando a ocupação e afirmando a posição brasileira:

O secretário-geral do MRE, embaixador Vasco Leitão da Cunha, na ausência do Ministro de Estado Professor Vicente Ráo, reiterou ao embaixador de Portugal os sentimentos de solidariedade do Brasil para com Portugal e manifestou o vivo empenho do Governo Brasileiro de ver resolvida por meios pacíficos a presente situação.³⁵⁹

O Itamaraty desenvolveu uma larga atividade de apoio à causa portuguesa junto a um grande número de Estados com que o Brasil mantinha relações diplomáticas (Líbano, China Nacionalista, Síria, Israel, Finlândia, Iugoslávia, Austrália, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Haiti, Cuba, Nicarágua, Peru, Paraguai, Guatemala, Bolívia, Equador, El Salvador e Irã).

Em setembro do mesmo ano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Cunha, visitou o Brasil e, no banquete que lhe foi oferecido, ouviu a declaração do então Chanceler Raul Fernandes, que reiterou o apoio brasileiro à causa portuguesa, por laços de amizade inspirada “na convicção de que a causa de Portugal encontrava amparo não só nos direitos históricos, senão também nos princípios de conduta internacional inscritos na Carta das Nações Unidas”.³⁶⁰

Em abril de 1955, realizou-se a Conferência de Bandung, na Indonésia, em que participaram 30 países do Terceiro Mundo e onde foi proclamada a luta contra o colonialismo e o racismo. No Parlamento indiano Nehru afirmava: “Nós não estamos

³⁵⁸ RAMOS, Danielly Silva & QUINTELA, Antón Corbacho. O Brasil e o processo de descolonização portuguesa na Ásia: Goa, Macau e Timor Leste. In: GUIMARÃES, Lytton L. (org.) *Ásia – América Latina – Brasil: a construção de parcerias*. Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003, p. 294.

³⁵⁹ *Idem, Ibidem*.

³⁶⁰ CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, p. 291.

dispostos a tolerar a presença de portugueses em Goa, ainda que os goeses queiram que eles aí estejam”.³⁶¹

Em 25 de julho de 1955, o Ministério dos Assuntos Externos da União Indiana remeteu Nota Verbal à Legação de Portugal, comunicando o fechamento de sua representação diplomática em Nova Deli³⁶², a contar do dia 08 de agosto daquele ano. O documento incluía as seguintes manifestações:

O Governo Português recordar-se-á das numerosas tentativas feitas pelo Governo da Índia para conseguir uma solução amigável e pacífica do problema de Goa. (...) O Governo da Índia avisou o Governo Português repetidas vezes sobre as conseqüências da sua política. O Governo Português, porém, tem persistido na sua política e cerceado progressivamente as liberdades cívicas do povo de Goa. (...) Em vista destes desenvolvimentos, julga o Governo da Índia que, nas atuais circunstâncias, não há qualquer utilidade em permitir que a Legação Portuguesa continue a funcionar em Nova Delhi.³⁶³

Naquela mesma data, o Governo português solicitou ao Governo brasileiro que assumisse a representação dos interesses portugueses na União Indiana, encargo que foi aceito prontamente. O Telegrama do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, António de Faria, ao Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Cunha, é esclarecedor do fato: “Acabo de falar com o Secretário-Geral deste Ministério das Relações Exteriores, que me disse que iam ser transmitidas à Embaixada do Brasil em Nova Deli no sentido desejado”.³⁶⁴

O governo indiano, por sua vez, já havia retirado de Lisboa a sua missão diplomática, a 11 de junho de 1953.³⁶⁵ Uma representação egípcia passou a zelar pelos interesses dos indianos em Portugal.³⁶⁶

O Relatório apresentado ao Presidente da República contextualizava o problema:

³⁶¹ MORAES, Carlos Alexandre de. *Op. Cit.*, p. 200.

³⁶² A respeito do fechamento unilateral da Legação de Portugal em Nova Deli e da Legação da Índia em Lisboa, Portugal entendia que a União Indiana, além do ataque e ocupação armada de Dadrá e Nagar-Aveli, promovia um ataque diplomático a Portugal, chegando até a dificultar a proteção consular dos interesses portugueses, a cargo do Brasil. (CARVALHO, Henrique Martins de. *Op. Cit.*, p. 73).

³⁶³ PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Vinte anos de defesa do estado português da Índia (1947-1967)*. Volume II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1967, p. 444-447.

³⁶⁴ PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Vinte anos de defesa do estado português da Índia (1947-1967)*. Volume II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1967, p. 448.

³⁶⁵ Em notas do Encarregado de Negócios da União Indiana em Lisboa ao Ministro de Negócios Estrangeiros, datadas de 21 e 26 de maio de 1953, o governo da Índia declarava o fim da utilidade prática da Legação em Lisboa e confirmava seu encerramento para 11 de junho de 1953. (PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Vinte anos de defesa do estado português da Índia (1947-1967)*. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1967, p. 307-310).

³⁶⁶ A primeira representação diplomática (Embaixada) da Índia foi aberta em Portugal em 1949 tendo funcionado até 11 de Junho de 1953. No entanto em 1955 devido à situação política originada com a questão de Goa, quebraram-se todas as relações diplomáticas entre os dois países. Em 1975, foram reatadas as relações diplomáticas entre a Índia e Portugal.

As relações diplomáticas entre a Índia e Portugal desde 1954, quando houve um momento para a incorporação dos territórios portugueses à Índia, tornaram-se precárias. Passado algum tempo, nova onda incorporadora registrou-se contra as possessões portuguesas naquela parte do globo, dessa vez com maiores e mais trágicas conseqüências, culminando com o rompimento de relações diplomáticas e, posteriormente, consulares, entre os dois países.³⁶⁷

Convidado pelo Governo português, o Brasil comunicou, por nota, ao Governo da Índia, ter aceitado o encargo de proteger os interesses portugueses na Índia, tendo assumido, no dia 8 de agosto de 1955, tal investidura. No dia 22 do mesmo mês, o Governo da Índia comunicava à Embaixada do Brasil em Nova Deli reconhecer o papel de protetor por parte do Brasil.³⁶⁸

Entre os anos de 1956 e 1960, continuaram os esforços brasileiros no sentido de atender aos interesses dos nacionais portugueses na Índia. A quantidade de trabalho deu causa ao pedido brasileiro de criação de um Consulado de carreira em Bombaim, cidade onde residiam à época quatro quintos dos portugueses. Em face da não instituição do referido consulado até 1958, Secretários da Embaixada em Nova Deli passaram a visitar trimestralmente a cidade de Bombaim em missão para atender aos interesses de nacionais portugueses.³⁶⁹

Portugal foi admitido na ONU em 14 de dezembro de 1955. Logo em seguida, surgiu a polêmica em torno da interpretação do capítulo XI da Carta. Foram enviadas cartas aos governos perguntando se administravam territórios nas condições referidas do art. 73. O Secretário-Geral, numa carta datada de 24 de fevereiro de 1956, chamou a atenção de Portugal para o capítulo XI da Carta e, nos termos usuais, convidou-o a declarar se possuía territórios não autônomos. Portugal respondeu, na 4ª Comissão, na 11ª sessão, em janeiro de 1957, que não administrava qualquer território não autônomo para os fins do capítulo XI da Carta da ONU, baseando sua resposta no entendimento de que: a) o capítulo XI não se aplicava a estados unitários como Portugal; não se aplicava

³⁶⁷ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1955.

³⁶⁸ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1955.

³⁶⁹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1956, p. 55; BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1957, p. 73; BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1958, p. 26; BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1959, p. 21; BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1960, p. 24.

a todos os territórios não autônomos, desde que um Estado, por razões de segurança ou constitucionais, não possa transmitir informações sobre os territórios não autônomos que confessa possuir; c) que só cada Estado é juiz, em qualquer hipótese, das suas condições de segurança e da sua Constituição, nos termos do artigo 2º (7) da Carta. A questão acabou por ser considerada importante para os fins do capítulo 18 da Carta, e que, portanto, seriam necessários dois terços dos votos dos membros para ser aprovada, o que não foi obtido.³⁷⁰

Na ONU, a posição adotada pelo Brasil nas Assembléias Gerais XI, XII e XIII foi de defesa do estatuto de províncias ultramarinas para os territórios portugueses na Ásia. Até o ano de 1961, o Brasil, durante os governos de Getúlio Vargas, Café Filho, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek, manteve sua política de alianças com Portugal em torno do conflito indiano, com base no Tratado de Amizade e Consulta. “Sempre que se pretendia, partindo do marco da ONU, que Portugal prestasse informações sobre suas colônias, alegando-se os requerimentos do Artigo 73 da Carta das Nações Unidas, a diplomacia brasileira defendeu o estatuto das províncias ultramarinas para os territórios portugueses na Índia”.³⁷¹

No entanto, a partir da segunda metade do governo de JK, o desenvolvimento industrial brasileiro começava a demandar uma mudança na política de parcerias internacionais. O processo de industrialização, sob a visão de Selcher, começou a revelar a possibilidade de penetração no substancial mercado afro-asiático.³⁷² A Operação Pan-Americana e a necessidade de uma aproximação com os países do Sul, potenciais compradores da nascente indústria de manufaturados brasileiros, e em especial a Índia, que possuía grande potencial de mercado interno, dada sua população que, no início de 1962, contava com aproximadamente 450 milhões de pessoas, aceleraram e pressionaram por uma maior diversificação das parcerias econômicas brasileiras.

Tornava-se claro para o Brasil que a defesa dos interesses portugueses na Índia não deveria afetar as relações com o governo da União Indiana. Essa preocupação pode ser percebida na audiência que o representante brasileiro em Nova Deli, José Cochrane de Alencar, obteve com Nehru. Na reunião, o representante brasileiro informava “o interesse do Brasil em estreitar relações com as nações asiáticas, especialmente com a

³⁷⁰ MOREIRA, Adriano. *Projeção internacional de Goa. Op. Cit.*, p. 89-94.

³⁷¹ MORAES, Carlos Alexandre de. *Op. Cit.*, p. 200.

³⁷² SELCHER, Wayne. *Op. Cit.*, p. 108.

Índia, cuja atuação no cenário mundial acompanhamos com a maior atenção (...)”. E, após comparar as lutas brasileira e indiana em prol do desenvolvimento, afirmava que “o Governo brasileiro continua animado do firme propósito de que a proteção dos interesses portugueses não afete nossas relações”.³⁷³

No dia subsequente à sua admissão na ONU, Portugal apresentou perante a Corte de Haia, contencioso em desfavor da Índia, alegando a ocupação ilegal de Dadrá e Nagar-Aveli, ocorrida em 21 de julho de 1954, e reclamando seu direito de passagem por aqueles territórios, impossibilitado pela ocupação indiana.³⁷⁴

Em um primeiro julgamento, expedido em 26 de novembro de 1957 e ratificado em 12 de abril de 1960. No interregno, em março de 1958, o Procurador-Geral indiano, e principal advogado da União Indiana no processo de Haia, Setalwad, foi a Lisboa, secretamente, pedir a Portugal que desistisse de prosseguir o processo de Haia e retirasse sua petição. A União Indiana continuava afirmando: “Goa faz parte da União e deve ser integrada por mera transferência de soberania”. Portugal, por seu lado, recusava negociar sobre os territórios do Estado da Índia.³⁷⁵

O Acórdão de 12 de abril decidiu pela efetivação do direito de soberania português, referido ao estabelecimento de comunicações terrestres efetivas dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli entre si e Damão, afirmando que: “A Corte achou que Portugal tinha em 1954 o direito de passagem reivindicado por ele, porém esse direito não era extensível às forças armadas, polícia armada, armas e munição”. A União Indiana não apresentou recusa formal em dar cumprimento à decisão do Tribunal e organizou, ainda, na ONU, forte campanha contra a política ultramarina portuguesa. O general Eisenhower, presidente dos EUA, visita a Índia e diz publicamente ao primeiro-ministro Nehru: “É melhor perder uma questão num tribunal mas ganhar um mundo em paz e de harmonia com a lei”.³⁷⁶

Nehru, comentando a questão do direito de passagem, deixava sua mensagem de inconformidade com o posicionamento português ao afirmar que a atitude anacrônica de Portugal, que parecia pertencer à Idade Média, dificultava a solução do problema que, segundo Nehru deveria ocorrer de forma pacífica. “*We venture to say in the United*

³⁷³ SOUZA, Creomar Lima Carvalho de. *Do conservadorismo ao desinteresse – três estudos de caso sobre o posicionamento brasileiro frente à descolonização Afro-asiática*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005, p. 89.

³⁷⁴ Para apresentação acerca da decisão do Tribunal de Haia ver CARVALHO, Henrique Martins de. *Op. Cit.*, p. 79-82.

³⁷⁵ MORAES, Carlos Alexandre de. *Op. Cit.*, p. 200.

³⁷⁶ *Idem, Ibidem.*

Nations and elsewhere that all problems should be solved peacefully". E continuava: "As the President of Portugal has himself said, India can take Goa in a day or two, but we have not done so" (...) "we want them to come to us through normal processes".³⁷⁷

Bezerra de Menezes, o diplomata brasileiro observador em Bandung, analisou a situação e a transformação da opinião pública a partir de 1955. Escrevendo em 1956, o representante brasileiro afirmava que "a maneira por que a opinião pública mundial olhava a questão em 1954 é completamente diferente da de agora". E, demonstrando a situação mundial, exortava: "Atualmente, dá-se o contrário. Um ou outro jornal europeu ou americano (à exceção dos brasileiros), ainda tece editorial favorável; a imprensa por detrás da cortina é abertamente pró-índia e a asiática exacerbadamente anti-lusitana".³⁷⁸

Negrão de Lima, em relatório do MRE ao Presidente da República, visualizava a situação no final da década de 1950 e acreditava que a tensão estava arrefecendo: "felizmente o ano de 1958 não apresentou incidentes de maior gravidade entre os territórios da Índia Portuguesa e o da Índia; ao contrário, parece que o decurso do tempo está contribuindo para certo relaxamento da tensão inicial, propiciando relativa tranqüilidade".³⁷⁹ Tal situação se manteve em 1959 e em 1960, conforme relatórios de Horacio Lafer.³⁸⁰

Em dezembro de 1959, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 1467. Naquela XIV Sessão designou-se um "Comitê Especial de Seis Potências", composto por Estados Unidos, Reino Unido, Países Baixos, México, Marrocos e Índia. O objetivo da ONU era fazer com que Portugal e Espanha fossem obrigados a transmitir informações acerca de seus territórios, conforme a alínea "e" do artigo 73 da Carta. Apesar da disponibilização por parte da Espanha, Portugal negou-se a fazê-lo.³⁸¹

Na XV Sessão da Assembléia Geral, aprovou-se a Resolução 1514 relativa à "outorga da independência aos países e povos coloniais". O Comitê Especial de Seis Potências elaborou um relatório que ficou conhecido como "Relatório dos Seis", que versava sobre a obrigação de transmitir informações sobre os territórios cujos povos

³⁷⁷ NEHRU, Jawaharlal. *Op. Cit.*, p. 124-125.

³⁷⁸ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o mundo Ásio-africano. Op. Cit.*, p. 151.

³⁷⁹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1958, p. 26.

³⁸⁰ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1959, p. 21; BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1960, p. 24.

³⁸¹ HIRSON, Zenaide Scotti. *Op. Cit.*, p. 07.

ainda não tivessem alcançado a condição de se governar. Com base nesse Relatório, a Assembléia Geral aprovou a Resolução 1542, que incluía dentre os territórios não-autônomos, que deveriam ser objeto de transmissão de informações, Goa e dependências, chamado de Estado da Índia. Portugal, ainda assim, não aceitou os termos da resolução.³⁸²

Em reunião do Conselho de Segurança da ONU, em 1960, foi votada uma resolução que dispunha sobre a retirada das forças indianas de Dadrá e Nagar-Aveli. O veto da União Soviética paralisou a possibilidade de efetivação da mencionada resolução. Assim, perante a ausência de posição legal consensual nos foros internacionais, após os primeiros incidentes que dão origem à onda de terrorismo em Angola, e, ainda, sob a pressão de Khrishna Menon, ministro indiano da Defesa, no sentido de este ordenar o ataque a Goa, Nehru, que, em 1959, em entrevista concedida a um jornal, já afirmava que não haveria compromisso sobre Goa, e que esta deveria regressar à mãe-pátria, declarou, em 11 de agosto de 1961, que considerava aqueles enclaves integralmente incorporados ao território indiano. “Estava aberto o precedente para as outras colônias. E Salazar fez inflamados discursos na Assembléia Nacional com ameaças de abandonar a ONU, cujos membros eram considerados por ele uma *turba*”.³⁸³

A pedido do governo português, a embaixada brasileira em Nova Deli entregou ao governo indiano um Memorando de Lisboa solicitando que definisse a sua atitude perante o referido Acórdão e indicasse a forma de exercício do direito português. A resposta de Nova Deli serviu como um alerta ao posicionamento brasileiro. “Em nota de 08 de setembro para a embaixada brasileira, o Ministro dos Assuntos Exteriores da União Indiana respondeu que os referidos territórios de Dadrá e Nagar-Aveli tinham passado a fazer parte da União Indiana desde o dia 11 de agosto de 1961”.³⁸⁴ Tornava-se evidente que a União Indiana estava disposta a utilizar a força para fazer integrar a seu território as possessões portuguesas.

À XVI Assembléia Geral da ONU, o Senador Afonso Arinos de Melo Franco, convidado por Goulart para representar o Brasil, manifestou a necessidade de respeito à independência dos povos e à prática das liberdades democráticas. Aludiu ainda que a

³⁸² *Idem*, p. 08-09.

³⁸³ RAMOS, Danielly Silva & QUINTELA, Antón Corbacho. O Brasil e o processo de descolonização portuguesa na Ásia: Goa, Macau e Timor Leste. In: GUIMARÃES, Lytton L. (org.). *Op. Cit.*, p. 295.

³⁸⁴ CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, p. 296.

amizade tradicional com Portugal não deveria impedir que o Brasil desse apoio às práticas anti-colonialistas.³⁸⁵

Em 06 de dezembro, o embaixador brasileiro encontrou-se novamente com Nehru, em Nova Deli, manifestando a preocupação brasileira quanto ao possível ataque sobre Goa. O primeiro-ministro indiano limitou-se a dizer que “era difícil conter a reação da opinião pública indiana em face do protelamento da resolução pacífica da questão”.³⁸⁶

No mesmo dia, o Ministro de Negócios Estrangeiros português requeria veementemente que o governo brasileiro declarasse publicamente que apoiava a causa portuguesa em Goa. As autoridades brasileiras recusaram-se a tal pronunciamento, entregando uma nota ao governo português, redigida no dia 11 de dezembro, como resposta:

O Brasil tendo tomado conhecimento, com a maior preocupação, das notícias que circulam sobre a possibilidade de uma ação militar contra os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu, reafirma a sua formal rejeição do emprego da força armada e manifesta a confiança de que a União Indiana se absterá de quaisquer medidas contrárias às disposições da Carta das Nações Unidas. O governo brasileiro dentro dos princípios que fundamentam o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil, continua a acompanhar os acontecimentos com a maior atenção, pronto a prestar a sua inteira colaboração para que os processos pacíficos de solução de controvérsias tradicionalmente defendidos pelos mais ilustres líderes da União Indiana se apliquem às atuais divergências com Portugal.³⁸⁷

Na noite de 17 para 18 de dezembro, a União Indiana coordenou, com um exército de cerca de 50 mil homens, dispendo de moderno material de guerra e apoiado por poderosas forças aéreas e navais, a invasão e ocupação dos territórios de Goa, Damão e Diu, defendidos por cerca de 3500 homens, deficientemente armados e municados.³⁸⁸

Salazar deu ordem ao General Vassalo e Silva para que opusesse resistência total. Porém, após resistência simbólica, no dia 19, deu-se a rendição das tropas portuguesas, que ficaram prisioneiras das forças indianas durante cerca de seis meses. Em fins de maio de 1962, após prolongadas e difíceis negociações, os prisioneiros portugueses foram repatriados e chegaram a Lisboa.³⁸⁹

O Brasil repudiou formalmente a invasão. O Chanceler San Tiago Dantas enviou uma carta à imprensa declarando o seguinte:

³⁸⁵ HIRSON, Zenaide Scotti. *Op. Cit.*, p. 103.

³⁸⁶ CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, p. 296.

³⁸⁷ *Idem*, p. 297.

³⁸⁸ MORAES, Carlos Alexandre de. *Op. Cit.*, p. 201.

³⁸⁹ *Idem, Ibidem*.

As notícias de que forças militares da União Indiana iniciaram operações de guerra contra os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu surpreenderam dolorosamente o povo e o Governo do Brasil. Ainda recentemente o embaixador do Brasil em Lisboa expressou publicamente as apreensões do Governo Brasileiro em relação aos preparativos militares, então em curso, da União Indiana. E reafirmara uma confiança em que os princípios de solução pacífica da controvérsia viessem a prevalecer. Tais esperanças foram dissipadas pelos acontecimentos. O povo brasileiro compartilha dos sentimentos do povo Português em face desta grave ocorrência que importa a flagrante violação da Carta das Nações Unidas.³⁹⁰

Afonso Arinos de Melo Franco, Chefe da Missão Brasileira junto à ONU enviou carta ao Presidente do Conselho de Segurança repudiando o emprego da força, em violação à Carta das Nações Unidas, para a solução de controvérsias internacionais.³⁹¹

Em suas palavras pode ser observada a nota de repudia ao ato do governo indiano:

O Governo Brasileiro está absolutamente convencido de que tais actos constituem violação flagrante dos princípios da Carta das Nações Unidas, que proíbem o uso da força para resolver disputas internacionais. O Governo do Brasil não pode eximir-se a manifestar a sua surpresa perante o facto de uma tal acção ser praticada por um país como a União Indiana, que mantivera a sua indefectível lealdade aos princípios da paz e que, graças àquela atitude, adquirira reconhecida autoridade.³⁹²

Em 03 de janeiro de 1962, Oliveira Salazar, em discurso na Assembléia Nacional, proclamava a importância e o posicionamento brasileiro sobre o tema:

Apesar de certas flutuações, este ano verificadas no alinhamento do Brasil com os países afro-asiáticos, ao menos quanto à Índia a atitude dos responsáveis pela política brasileira não tinha que sofrer qualquer mudança e situou-se sempre na condenação de qualquer agressão e, conseqüentemente, em não reconhecer o Brasil a anexação que daí resultasse.³⁹³

A imprensa brasileira entendia o ato de Nehru como criminoso e clamava contra o “vil atentado”,

Contra essa torpe violência, obra da barbárie, que, mutilando Portugal, reduziu, ‘ipso facto’, o patrimônio histórico e cultural do Brasil e deixou patente, por outro lado, com desdouro e ansiedade, a fraqueza das Nações Unidas, a ordem jurídica internacional sem resguardo e o âmbito da civilização ocidental à merca do assalto dos membros daquela Comunidade, que não acreditam em sua capacidade de corrigir os que lhe infringem a sua Carta descaradamente, violem os direitos que ela imagina representar.³⁹⁴

³⁹⁰ CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. *Op. Cit.*, p. 298.

³⁹¹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1961.

³⁹² PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Vinte anos de defesa do estado português da Índia (1947-1967)*. Volume IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1967, p. 248.

³⁹³ SALAZAR, Oliveira. *Discursos e notas políticas – volume VI (1959-1966)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967, p. 196.

³⁹⁴ PORTUGAL, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. *Invasão de Goa: comentários da imprensa*. Edição do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, 1962, p. 16.

O “Diário Carioca”, de 10 de dezembro de 1961, proclamava Goa como “um núcleo de cultura portuguesa”, discordava da “violência” e não perdoava a vontade de Nehru de “engolir a pequenina Goa sob o falso pretexto de que ela é parte integrante da União Indiana”.³⁹⁵

Também o “Diário de São Paulo”, em matéria do dia 19 de dezembro de 1961, repudiava a “atitude agressiva da União Indiana para com o Estado Português da Índia”.³⁹⁶

O jornal “Correio da Manhã”, de 20 de dezembro de 1961, estampava matéria de indignação contra a “agressão” proporcionada pela Índia, chegando até a mencionar o princípio do “*uti possidetis*” como favorável a Portugal e que haveria motivos de sobra para justificar a atitude do Brasil no caso de Goa, colocando-se ao lado dos portugueses e do seu direito violado. “O Brasil está ao lado de Portugal, nesta hora de aflição, desejando que se condene o acto de violência e de intervenção, cometido em Goa”.³⁹⁷

O editorial de “O Globo” também rechaçava as “disposições agressivas da União Indiana”, em matéria publicada no dia 08 de dezembro de 1961. De acordo com o artigo, “não é esta a primeira manifestação ostensiva dos propósitos de Nehru a respeito de Goa. O que deseja aquele homem de Estado, a pretexto de combater o colonialismo, é – nada mais, nada menos – incorporar o território lusitano à União Indiana”. O editorial buscava defender a tese de que não havia relação colonial no caso de Goa e criticava ainda o posicionamento de determinado setor da diplomacia brasileira:

Mais de uma vez temos advertido o nosso Governo (desde o Sr. Jânio Quadros) para as atitudes que assume fazendo-se porta-bandeira de um anti-colonialismo sectário e de, sob esse lema, estar cometendo as maiores injustiças quer contra a França, quer contra Portugal, por assemelhar indevidamente a conduta do General De Gaulle e de Salazar à de outras potências opressoras e colonizadoras (...) No entanto, chegamos ao ponto de um diplomata nosso, o Sr. Houaiss, ter-se abalançado a dizer à Comissão da ONU que ‘sentia orgulho de votar contra Portugal’. Essa absurda tirada felizmente partiu de um funcionário notoriamente esquerdista. Acreditamos que o Itamarati o tenha posto em seu devido lugar”.³⁹⁸

Austregésilo de Athayde, escrevendo para o “Diário da Noite”, em 19 de dezembro de 1961, reprovava definitivamente a “guerra de conquista” promovida pela União Indiana. “Na minha qualidade de co-redactor da Declaração Universal dos Direitos Humanos, responsável directo pela orientação filosófica desse documento,

³⁹⁵ *Idem*, p. 108.

³⁹⁶ *Idem*, p. 109.

³⁹⁷ *Idem*, 113.

³⁹⁸ *Idem*, p.221

proclamado, em Paris, faz treze anos, desejo lembrar à União Indiana que o seu ataque a Goa atenta contra aqueles direitos”.³⁹⁹

O “Jornal do Comércio” também levantava voz contra a “violação da Carta das Nações Unidas”, em artigo de 21 de fevereiro de 1962.

Quando a subversão do mundo começa em uma Nação intrinsecamente pacifista, que tem oferecido tantos exemplos de superioridade moral e intelectual através dos seus filósofos, pensadores e artistas, podemos imaginar o que se vai passando nos subterrâneos das outras Nações de formação moral menos sólida e equilibrada.⁴⁰⁰

A “Tribuna da Imprensa”, do Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1961, publicou trecho da declaração de Juscelino Kubitschek contra a atitude de Nehru:

Não fazemos parte de uma só família, mas somos, de fato, portugueses e brasileiros, unidos a despeito de tudo. Separar-nos será mutilar-nos. O emprego da violência em Goa feriu Portugal e feriu o Brasil. Não se ofende a nossa origem sem ofender a nós mesmos. As cidades ocupadas pela força das armas passaram a ser também brasileiras. Há menos de um mês dizia eu a Pândita Nehru, em Nova Deli: não posso avaliar a invasão de um velho solo português. O Brasil estará com Portugal em qualquer circunstância.⁴⁰¹

É importante mencionar ainda o posicionamento dos goeses a respeito do tema. Havia uma divisão em três grupos. Não eram, portanto, divididos somente entre aqueles que se posicionavam a favor de Portugal, ou entre aqueles favoráveis à incorporação à União Indiana. Em 1960, havia um importante núcleo de destacadas figuras de Goa, contrário à política do Governo central, mas evidenciando repúdio pela integração na União Indiana. Este grupo preparou um Projeto de Estatuto de Autonomia Administrativa e Financeira do Estado da Índia, que chegou a ser enviado a Lisboa e rejeitado pelo chefe de governo. Em determinado momento, sabendo que o primeiro-ministro britânico, MacMillan, se dispunha a servir de mediador no caso de Goa, dirigiu ao Presidente da República um telegrama pedindo que fossem ouvidos os goeses nessa mediação e reclamando plena autonomia administrativa e financeira – pedido que o governo de Lisboa recusou novamente.⁴⁰² Este ponto explicita severas críticas feitas aos governos de Lisboa e de Nova Deli, que jamais direcionaram suas políticas para uma consulta acerca da vontade popular dos nativos de Goa.⁴⁰³

³⁹⁹ *Idem*, p. 222.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 226.

⁴⁰¹ *Idem*, p. 470.

⁴⁰² MORAES, Carlos Alexandre de. *Op. Cit.*, p. 201.

⁴⁰³ Ainda hoje, é um tema reclamado pela comunidade local, tendo inclusive um sítio na Internet chamado “Free Goa” (<http://www.freegoa.com/rep.htm>) que advoga as teses de autonomia e emancipação daquele território. Acesso em 25.11.06.

Apesar disso, de forma geral, a invasão dos enclaves portugueses significou imensa popularidade interna ao governo Nehru. Conforme visto, contudo, a ação indiana foi objeto, por parte das democracias ocidentais, de graves críticas no sentido de que a Carta da ONU estaria sendo violada e de que os princípios de coexistência pacífica estariam sendo desrespeitados. Alguns autores chegam a afirmar que se a Índia tivesse atuado em Goa logo após sua própria independência, ao final da década de 1950, provavelmente, não teria recebido as críticas e as pressões internacionais que recebeu na primeira metade da década de 1960.⁴⁰⁴

Esta capitulação significou, então, o fim da presença portuguesa na Índia, após 450 anos de permanência, tendo a superioridade militar indiana e os novos ventos anti-colonialistas internacionais prevalecido sobre os direitos de soberania de Portugal. Após a demonstração da fraqueza portuguesa, criava-se precedente propício para o início das rebeliões nas suas colônias africanas.⁴⁰⁵

⁴⁰⁴ DIXIT, J. N. *Op. Cit.*, p. 350-352.

⁴⁰⁵ RAMOS, Danielly Silva & QUINTELA, Antón Corbacho. O Brasil e o processo de descolonização portuguesa na Ásia: Goa, Macau e Timor Leste. In: GUIMARÃES, Lytton L. (org.). *Op. Cit.*, p. 295.

CONCLUSÃO

As constantes transformações nas sociedades, a velocidade e as nuances de sua ocorrência estão intimamente ligadas à maneira como os atores sociais percebem e articulam o mundo em que estão inseridos. A rapidez e a frequência das potenciais alterações dos possíveis modos de ver andam juntas com possibilidades de manutenção de tradições e tendências. A análise histórica realizada no presente trabalho buscou compreender metodicamente o jogo existente entre transformações e continuidades especificamente no que se refere ao início das relações Brasil-Índia.

O estudo buscou contar a história das relações entre Brasil e Índia em seu primeiro período temático. A atuação brasileira no caso da descolonização dos enclaves portugueses na União Indiana não se deu puramente no plano da representação diplomática do Estado Português. Desde que se verificou, em meados da década de 1950, a ruptura das relações diplomáticas entre Portugal e a União Indiana, o Brasil encarregou-se da proteção dos interesses dos nacionais portugueses naquele país. Além disso, o próprio posicionamento das autoridades brasileiras nos debates e discussões da Organização das Nações Unidas pautou-se, durante quase todo o período da República Liberal, pelo apoio à causa portuguesa.

O esforço aqui empreendido foi o de buscar trazer para a análise da história das relações entre Brasil e Índia uma categoria que surge de forma bastante clara a partir da análise da documentação da embaixada brasileira em Nova Deli e da representação brasileira na ONU. O tema da descolonização de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli foi central nas discussões entre representantes brasileiros e indianos que se alongaram após a constituição da embaixada indiana no Rio de Janeiro, em 1948, e da embaixada brasileira em Nova Deli, em 1949.

A atuação dúbia por parte do Brasil quanto ao tema da descolonização, conforme observado, deveu-se a uma série de fatores. Por um lado, a elite cultural e diplomática brasileira fora, sem senso crítico ou perspectiva histórica, incondicional admiradora da Europa e dos Estados Unidos, adotando, em vários momentos, um automático pró-americanismo, com interpretações equivocadas das intenções originais do Barão do Rio Branco. Por outro lado, os discursos culturalistas e defensores da cooperação econômica apoiavam-se nos argumentos de uma democracia racial vivida pelo país e de que teria havido um processo natural de miscigenação de sua população, além de buscar

promover a imagem de que os povos que vivem nos trópicos não eram inferiores e ainda de que a região afro-asiática representava um mercado para crescente indústria manufatureira do Brasil.

Os fatores descritos no trabalho levaram o Brasil a quase sempre apoiar a causa portuguesa ou a apresentar discursos bastante apagados em prol do anti-colonialismo ao mesmo tempo em que buscava apoiar importantes iniciativas dos países afro-asiáticos.

A República Liberal foi palco precursor da evolução da construção, na política exterior do Brasil, de um discurso anti-colonial e de um paradigma universalista, o qual chegou a seu ápice de elaboração simbólica na Política Externa Independente. A diplomacia brasileira, ao passar dos anos foi relativamente bem sucedida em seus esforços de ampliar contatos e estender a presença do país ao mundo latino-americano, europeu, africano, árabe, asiático e comunista.

É importante ressaltar que o período analisado representou a paulatina consolidação dos interesses brasileiros por meio de sua participação em diferentes regimes internacionais como forma de aumentar sua influência e capacidade de interferência sobre estruturas, agentes e processos políticos internacionais.

Desde os tempos de Dutra já se evidenciavam referências aos interesses econômicos do Brasil. Todavia, o elemento cultural, muito além de se constituir em mera questão de retórica, tornou-se, na realidade, um dos pontos mais contundentes e que constituíram a força argumentativa da ação diplomática brasileira. Consubstanciaram-se, em que pese ter sido uma atitude refratária a um tratamento realista da questão, em verdadeira “visão de mundo” que afetava não somente o imaginário dos atores políticos brasileiros, bem como o conteúdo concreto de suas ações. Percebe-se, desse modo, que o culto à tradição de amizade entre Brasil e Portugal e à herança cultural conformaram-se em fonte de orientação e ação diplomática.

No final da presidência de Juscelino Kubitschek, o Brasil começou a adquirir maior desembaraço em sua política externa. Negociaram-se alguns acordos fora da área clássica continental; aceitou-se o encargo militar de policiamento na faixa de Gaza e, em fins de 1958, foi lançada a OPA, misto de idealismo e realismo que veio a converter-se em realidade com a ascensão do Partido Democrata estadunidense ao poder, nas últimas eleições norte-americanas, e o conseqüente lançamento do programa ‘Aliança para o Progresso’, do Presidente Kennedy, ratificado em agosto de 1961, pela comunidade latino-americana, na Conferência de Punta del Este. Sob a administração de Jânio Quadros, o Brasil parecia, para seus contemporâneos, como o embaixador Bezerra

de Menezes, encaminhar-se pela senda do não-alinhamento, lançando-se com afã a uma política independente, a qual foi continuada por João Goulart.⁴⁰⁶

O governo indiano, por sua vez, no período do pós-guerra, pautou-se, em sua fase inicial por uma inserção internacional calcada em uma matriz idealista. O Primeiro-Ministro Jawaharlal Nehru, influenciado pela própria imagem que a Índia emanava de si após seu processo de independência pacífica, buscou empreender um discurso de promoção global do desarmamento e da descolonização de territórios ainda sob este regime. No entanto, o contexto geopolítico em que se situava e se situa a Índia acabou por desviar os rumos idealistas da primeira fase do governo Nehru. Os problemas com o Paquistão, com a China e a ameaça de uma aliança estadunidense com o primeiro pesaram nas escolhas dos homens de estado da então União Indiana.

Inserida dentro de uma área extremamente conflituosa no contexto da guerra fria, que não fazia parte do cordão “natural” soviético, mas também não estava longe deste, e ainda era observada pelos EUA com cautela, a Índia optou por um caminho diverso do caminho chinês com o objetivo de que seu destino de “predestinada força internacional” - conforme cantado pela cultura de seus líderes -, pudesse encontrar espaço para se desenvolver. O nascedouro do realismo na Índia esteve ligado à percepção das dificuldades que teria caso resolvesse se alinhar a qualquer dos dois blocos justamente naquele local do globo.

Dessa forma, a alternativa encontrada foi a de se tornar protagonista de um movimento teórico e discursivamente apartado dos alinhamentos polarizados da época. A Conferência de Bandung e o movimento dos não-alinhados tiveram para a Índia um efeito simbólico e prático muito forte. O país se distanciava de um comunismo aberto, mas operava o intervencionismo extremado em sua economia. Da mesma forma, a Índia não se abria para o mundo capitalista, mas buscava atrair capital norte-americano para além do assistencialismo não-industrialista ocidental.

Dentro de seu território, para seus principais articuladores, a independência do país ainda não estava consolidada. Havia questões por resolver para com dois países europeus. O primeiro deles, a França, percebeu logo que sua possessão de Chandernagore não representava tanto que justificasse uma querela com o populoso país asiático. O outro, Portugal, no entanto, não abriu mão dos territórios que, por mais de quatrocentos anos, aprenderam a rezar missas católicas e a arquitetar suas construções

⁴⁰⁶ BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *Op. Cit.*, p. 70.

com sacadas, sobrados, paredes brancas e tetos e pisos de madeira. A questão que durou catorze anos esteve intrinsecamente ligada ao tema principal abordado por representantes brasileiros e indianos em suas conversações institucionais dentro do lapso temporal referido.

As relações entre o Brasil da República Liberal e a Índia não-alinhada, durante o período estudado, tiveram como foco central a tensão sobre o tema da descolonização. Era patente a tentativa brasileira de manter sua imagem perante o ocidente e para com Portugal, mas ao mesmo tempo de tentar construir uma imagem de pacifista e de parceiro dos chamados terceiro-mundistas. Esta característica da política externa brasileira no período do pós-guerra enquadra-se na descrição teórica realizada por Robert Jervis:

The image of a state can be a major factor in determining whether and how easily the state can reach its goals. A desired image (the substance of which will depend on the actor's goals and his estimate of the international environment) can often be of greater use than a significant increment of military or economic power. And undesired image can involve costs for which almost no amount of the usual kinds of power can compensate and can be a handicap almost impossible to overcome.⁴⁰⁷

A questão da descolonização dos enclaves portugueses na Índia ocupou grande parte das discussões diplomáticas entre aquele país e o Brasil. O jogo duplo promovido pelos representantes brasileiros quanto ao tema irritavam a diplomacia indiana e contribuía para denegrir a imagem do Brasil naquele país. A participação brasileira ganhou importância quando Índia e Portugal romperam relações diplomáticas em meados da década de 1950. A embaixada brasileira em Nova Deli passou a representar os interesses portugueses naquele país. A conexão tradicional entre Brasil e Portugal, aliada ao comprometimento brasileiro perante o Tratado de Amizade e Consulta, levaram o Brasil a posicionar-se, mesmo que com vozes dissonantes, durante quase todo o período da República Liberal, em prol da causa portuguesa.

A ocupação de Goa e dos outros enclaves portugueses, como desfecho da questão colonial indo-portuguesa, foi desaprovada veementemente pela elite brasileira, conforme observado. O início do ano de 1962 foi pautado pelo desconforto nas relações entre os dois países. A situação só viria a se transformar a partir do ano de 1964, quando da criação da UNCTAD e do Grupo dos 77. Somente então Brasil e Índia começaram a

⁴⁰⁷ JERVIS, Robert. *The logic of images in international relations*. New Jersey: Princeton University Press, 1970, p. 06.

perceber a possibilidade de estreitarem suas parcerias políticas em foros internacionais. É com a introdução do tema do desenvolvimento de forma cada vez mais prática na vida internacional que Brasil e Índia passaram a interferir lado a lado como grandes influentes no bloco dos países em desenvolvimento, fato que pode ser observado, em diferentes proporções, até os dias atuais.

Durante o período analisado, o intercâmbio comercial brasileiro com a Índia foi bastante incipiente em comparação com o total de exportações e importações brasileiras, mas das atuações de ambos os países no GATT pôde-se observar que as percepções convergiam nas várias reuniões das partes contratantes. Brasil e Índia apontavam na mesma direção pelo fortalecimento de uma estrutura multilateral de comércio. Os laços de parceria, incipientes ainda, corriam paralelamente aos problemas concernentes à questão colonial e ajudavam a consolidar, aos poucos, aquilo que pode ser a característica principal das relações entre Brasil e Índia, após o período analisado e até os dias atuais, qual seja a de que os dois países possuem uma relação mais estreita em suas parcerias e convergências em foros multilaterais e pouca densidade e tradição em seu aspecto bilateral.

Ao se comparar com a Ásia, a Índia somente no imediato pós-guerra representou percentual significativo do comércio exterior brasileiro. O ano de 1948 foi bastante representativo para o intercâmbio comercial entre Brasil e Índia. As exportações brasileiras chegaram a totalizar 35% do total de exportações para a Ásia, enquanto que as importações alcançaram, no mesmo ano, incríveis 86% do comércio brasileiro com aquele continente. A partir de 1953, no entanto, esse percentual passou a se diluir em relação a outros países que cresciam em importância.

O comércio exterior brasileiro quase sempre deficitário no período era muito concentrado e dependente do mercado norte-americano. Com a Europa e o Japão recuperando-se da guerra, o Brasil buscava industrializar-se dentro de um quadro de substituição de importações, mas ainda bastante carente de manufaturas do exterior. A Ásia, nesse contexto, ainda não havia sido descoberta pelo mercado brasileiro. Comercializava-se pouco com aquela imensa região. Dentro dos dezoito anos analisados, as exportações brasileiras para a Ásia tiveram uma média de 2,5% do total de exportações para o mundo; muito pouco para o potencial do mercado asiático. As importações brasileiras, com relação ao total, tiveram uma média um pouco maior do que as exportações, mas também baixa: 3%.

São explicáveis, no entanto, as razões para a diminuta importância dos contatos comerciais com a Ásia. O primeiro fator refere-se à distância geográfica e ao alto preço dos fretes, gerando grandes dificuldades e desestímulo ao acesso às mercadorias asiáticas. Outro fator importante está relacionado à própria estrutura da economia nacional. O Brasil era exportador de produtos primários, assim como a Ásia, e dependia majoritariamente, durante toda a República Liberal, do café, produto muito pouco demandado por aquele continente. A estrutura econômica primária também da Ásia não servia de grande estímulo para exportações e importações brasileiras. Não é sem razão que, a partir do momento em que o Japão se recuperou da Segunda Guerra, o intercâmbio brasileiro com aquele país começou a crescer enormemente, fato que se deu após 1951.

Das exportações brasileiras para a Ásia, no período analisado, a participação indiana obteve uma média de 5% do total do continente. No que se refere às importações, a média aumentou significativamente para 14,8% do valor importado pelo Brasil. É necessário notar que, apesar do já mencionado baixo percentual de participação asiática no comércio exterior brasileiro, o percentual da Índia não era relativamente desprezível.

Para os países escolhidos, Austrália, China e África do Sul, o terceiro capítulo elaborou uma tabela e dois gráficos como forma de demonstrar o percentual médio de cada país escolhido. Ficou claro que a Índia possuía representatividade muito maior nas importações brasileiras (30% do total dos quatro países) que nas exportações (apenas 4% do mesmo referencial). Percebeu-se que o valor médio da África do Sul para exportações brasileiras totalizou Cr\$ 1.100.730,29 e, para importações, Cr\$ 118.058,70; no caso da China, obteve-se o valor médio de Cr\$ 97.832,23, para exportações e Cr\$ 88.985,70 para importações; para a Austrália, o Brasil exportou uma média equivalente a Cr\$ 392.182,23 e importou Cr\$ 64.198,94; finalmente, em relação à Índia, as exportações brasileiras totalizaram em média Cr\$ 61.840,94 e as importações Cr\$ 105.151,82. O total somado das exportações do Brasil para esses quatro países gerou os valores de Cr\$ 1.652.585,68 e de Cr\$ 376.397,18 para exportações e importações respectivamente.

Diante de todo o exposto, a importância do estudo do início das relações Brasil-Índia reside na possibilidade de abertura e de maior clarividência no que se refere a diversos fatores, a saber: a) em que bases se alicerçaram as relações entre os dois países; b) como dois países tão distantes e regionalmente importantes, como potências médias

ou países intermediários, se posicionaram no mundo no conturbado período do pós-guerra; c) de que forma esses dois países se relacionaram em suas regiões e como lidaram com o problema de sua inserção no contexto da Guerra Fria; d) finalmente, qual a imagem que esses países faziam e fazem atualmente um do outro.

No período estudado, assim, a percepção indiana sobre a América Latina apontava claramente o potencial das relações entre as regiões e do estabelecimento de parcerias políticas. De acordo com o professor e diplomata Sisir Gupta, em declaração na época: “*with Africa and Latin America, India shares the feeling of being part of the poor and underdeveloped part of the world; avenues of co-operation and consultation with these countries, particularly on North-South issues, need to be explored*”.⁴⁰⁸

Na análise de Wayne Selcher, escrevendo em 1970, embora Índia e Brasil, em face de seus recursos, área, população e potencial, estivessem entre as mais importantes nações em desenvolvimento, a grande distância entre eles, até recentemente, retardou o desenvolvimento de relações bilaterais mais próximas, apesar da significativa cooperação que teve lugar nas Nações Unidas e em seus foros especializados como no Comitê das 18 Nações sobre o Desarmamento e na UNCTAD.⁴⁰⁹

Hoje, a percepção indiana acerca do papel do Brasil no mundo mudou muito. A participação cada vez maior de ambos os países como protagonistas nos foros mais importantes e nas discussões de relevo global, aliada à percepção de que se sentavam lado a lado para alcançar seus interesses, promoveu maior visibilidade a esses países e uma conseqüente maior aproximação. No dizer de Dasgupta, em recente livro sobre os principais aspectos da política externa Indiana: “*India’s policies towards countries such as Brazil, Indonesia and South Africa should factor in their rising influence in regional and international affairs*”.⁴¹⁰

Dois países como Brasil e Índia, apesar de suas imensas diferenças sociais, étnicas e religiosas, assemelham-se quando se defrontam com a questão do desenvolvimento no cenário internacional. A análise da relação entre esses dois países, realizada aqui de forma inicial, pode trazer luz a algumas orientações de política externa de ambos os países e à relação entre duas nações que, mesmo que possuam comércio incipiente, relacionam-se de forma coadunada na esfera multilateral.

⁴⁰⁸ RAJAN, M. S. & GANGULY, Shivaji. *Op. Cit.*, p. 348.

⁴⁰⁹ SELCHER, Wayne. *Op. Cit.*, p. 224-225.

⁴¹⁰ DASGUPTA, Chandrashekhar. *India and the changing balance of Power*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Op. Cit.*, p. 111.

A cooperação indo-brasileira no campo multilateral engloba uma série de medidas. Dentre elas, podem ser citadas: o trabalho conjunto para a reforma da ONU; a introdução do tema do desenvolvimento, do interesse público e da transferência de tecnologia; a afirmação do meio-ambiente como a base natural para a promoção do desenvolvimento sustentável; o trabalho para a promoção e proteção dos direitos humanos; a busca por maior participação dos países em desenvolvimento nos foros de decisão internacionais. E ainda duas áreas importantes, na visão do embaixador indiano no Brasil, Hardeep Puri: “*However, there are two areas, which now stand out for particularly close coordination in international fora, namely, multilateral trade negotiations (MTNs) in the WTO and attempts to expand the permanent membership of UN Security Council to include countries like India and Brazil*”.⁴¹¹

A tendência que se pode vislumbrar acerca das relações entre Índia e Brasil, a partir de uma análise do contexto atual, é a de um crescimento cada vez maior, em face das recentes parcerias comerciais e políticas estabelecidas entre os dois países e das mudanças na configuração da geopolítica mundial. Há, contudo, a necessidade clara de manutenção de esforços em prol da aproximação e para oferecer maior densidade aos contatos. Caso contrário, na análise de Puri: “*It is also equally true that an slacking of interest or effort on their part would risk jeopardizing the ‘fortune’ that the partnership already delivers or promises in the future*”.⁴¹²

O importante é assinalar que o incremento do comércio e da parceria política com a Índia passa pela identificação dos interesses comuns referentes a estratégias de desenvolvimento. O presente trabalho espera ter contribuído para que a compreensão do início das relações diplomáticas entre estas nações possa jogar luz a aspectos essenciais do posicionamento histórico de dois países que pretendem estreitar laços e construir processos de parceria em desafios internacionais presentes e vindouros.

⁴¹¹ PURI, Hardeep. *India and Brazil – a new dynamic*. In: SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Op. Cit.*, p. 860-861.

⁴¹² *Idem*, p. 837.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A) Fontes Primárias

1. Arquivos:

- a) Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI – Rio de Janeiro).
- b) Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE – Brasília)
- c) CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro
 - Arquivo Osvaldo Aranha (OA cp 1948.07.12; OA cp 1948.09.25; OA pi Aranha, O. 1948.00.00/3)
 - Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1951.12.21/2; GV c 1953.08.15; GV c 1953.08.31/2; GV c 1954.02.02; GV c 1954.05.04/2)
 - Arquivo Juracy Magalhães (JM c mre 1966.08.12/2)
 - Arquivo Ernesto Geisel (EG pr 1974.03.18)
 - Arquivo Antônio Francisco Azeredo da Silveira (AAS mre pn 1974.09.11)
 - Arquivo Marcílio Marques Moreira (MMM ew 1986.10.13; MMM mefp 1991.05.18)

2. Documentação Institucional:

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **A palavra do Brasil nas Nações Unidas – 1946-1995**. Brasília: FUNAG, 1995.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **“Agenda de Cooperação”. Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul**, Nova Deli, 5 de março de 2004.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **“Declaração de Brasília”. Reunião Trilateral de Chanceleres do Brasil, da África do Sul e da Índia**, Brasília, 6 de junho de 2003.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório**. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, de 1949 a 1964.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Missões Diplomáticas e repartições consulares: criação, transformação e extinção**. Rio de Janeiro: Seção de Publicações, 1968.

BRASIL, IBGE - **Anuário Estatístico do Brasil**, diversos anos.

BRASIL, **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Vinte anos de defesa do estado português da Índia (1947-1967). Volumes I, II, III e IV**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1967.

PORTUGAL, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. **Invasão de Goa: comentários da imprensa**. Edição do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, 1962.

3. Revistas

CHAULIA, Sreeram. *BJP, India's foreign policy and the 'realist alternative' to the Nehruvian tradition*. In: *International Politics*, n° 39, June 2002, pp 215-234.

ANDERSEN, Walter. Recent Trends in Indian foreign policy. *Asian Survey*. Vol. 41, No 5 (Sep.-Oct., 2001), 765-776.

BABU, D. Shymam. India's National Security Council: Stuck in the Cradle? in *Security Dialogue*, vol 32, n° 2, 2003, pp 215-230.

BAHROO, Laxman. India's foreign policy challenges: today and beyond. *Security Research Review*. Vol. I (2), January, 2005, p. 1-5.

BASRUR, Rajesh M. Nuclear Weapons and Indian Strategic Culture. in *Journal of peace research*, vol 38, n° 2, 2001, pp.181-198.

BEAUSÉJOUR, Sabine. A construção da independência. In: *História Viva* Ano III, No 36.

CARRANZA, Mario E. Rethinking Indo-Pakistani Nuclear Relations: Condemned to Nuclear Confrontation. in *Asian Survey*, vol 36, n° 6, jul 1996, pp. 561-573.

EVANS, Peter. O estado como problema e como solução. In: *Lua Nova*, no 28/29, 1993.

GANCULY, Sumit. India's Pathway to Pokhan II: The Prospects and sources of New Delhi's Nuclear Weapons Program. in *International Security*, vol 23, n° 4, spring 1999, pp. 148-177.

_____. India's foreign policy grows up. *World Policy Journal*, Winter no. 4, 2003/04, p. 41-47.

HILALI, A. Z. India's strategic thinking and its national security policy. *Asian Survey*, vol. 41, no. 5 (sep-oct, 2001, p. 737-764).

KUX, Dennis. India's fine balance. *Foreign Affairs*. Vol. 81, No 3 (May/june 2002), p. 93-106.

MACEDO, J. B. de. **O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre – metodologia, prática e resultados**. Revista ICALP, vol. 15, 1989, p. 131-156.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G-20. In: **RBPI – Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: IBRI, julho a dezembro de 2005.

4. Internet

ALAGH, Yoginder K. Policy without theory: Índia in a globalizing economy. *Economic and Political Weekly*. EPW Special Articles, April 24, 2004. Sítio: www.epw.org.in

ASIA TIMES, www.atimes.com

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores: www.mre.gov.br

BRASIL, Brazil Trade Net: www.braziltradenet.gov.br

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia: www.mct.gov.br

GANAPATHY, Deepak V. *Hissing dragon – squirming tiger – China's successful strategic encirclement of India*. South Asia Analysis Group. Paper no. 682, 07.05.2003. Sítio: www.saag.org.in

GRUPO DOS 77, www.g77.org

GRUPO DOS 20, www.g20.org

HINDUSTAN TIMES, www.hindustantimes.com

INDIA/Institute of Peace & Conflict Studies, www.ipcs.org

INDIA, Parliament of India, www.parliamentofindia.nic.in

INDIA, Ministry of External Affairs, www.meaindia.nic.in

INDIA, Ministry of Power, www.powermin.nic.in

INDIAN EXPRESS, www.indianexpress.com

JHA, U. C. Environmental issues and SAARC. *Economic and Political Weekly*. EPW Perspectives, April 24, 2004. Sítio: www.epw.org.in

ONU, www.un.org

JORGE, Paulo. *Development: India, Brazil, South Africa - the Power of Three*. Sítio: <http://ipsnews.net/news.asp?idnews=39644>

RELNETH, www.relnet.com.br

THE ECONOMIST, www.economist.com

B) Fontes Secundárias

1. Livros

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AKEHURST, Michael. **Introdução ao direito internacional**. Livraria Almedina, Coimbra, 1985.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon, SEITENFUS, Ricardo & CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Coordenadores). **Crescimento, modernização e política externa – Volume I: Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Rio de Janeiro: Lumen Jures, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Introdução ao Estudo das Relações Internacionais do Brasil**. In: Relações Internacionais e política externa do Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

AQUINO, Rubim Santos Leão de, FRANCO, Denize de Azevedo & LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais**. São Paulo: Editora Ao Livro Técnico, 1980.

ATTENBOROUGH, Richard. **As palavras de Gandhi**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964.

BATHIA, Krishan. *Indira: a biography of prime minister Gandhi*. New York: Praeger, 1974.

BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. **Ásia, África e a política independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

- _____. **O Brasil e o mundo Ásio-africano**. Rio de Janeiro: Irmãos Ponetti Editores, 1956.
- BHATTACHARYA, B. B. Índia – uma percepção da globalização. In: BENECKE, W. Dieter, NASCIMENTO, Renata, FENDT, Roberto (orgs.). **Brasil na arquitetura comercial global**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2003.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Antropologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 9ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- BOCHENSKI, I. M. **A filosofia contemporânea ocidental**. São Paulo: Herder, 1962.
- BODIN, Jean. *Los seis libros de la república*. Madrid, Aguilar, 1973.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOZEMAN, Adda B. *The future of law in a multicultural world*. Princeton University Press, 1971.
- BRECHER, Michael. *India and world politics: Krishna Menon's view of the world*. London: Oxford University Press, 1968.
- BRITO, Mário da Silva. **História do modernismo brasileiro: I – antecedentes da semana de arte moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- BUZAN, Barry. *From international to world society: English school theory and the social structure of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CAMÕES, Luís de. **Os lusíadas**. Porto: Porto Editora, 1997.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000 (1965).
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Livros que inventaram o Brasil**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, (37), novembro, 1993.
- CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas & SIMMONS, Beth A. *Handbook of international relations*. London: Sage Publications, 2002.
- CARRIÈRE, Jean Claude. **Índia: um olhar amoroso**. São Paulo: Ediouro, 2002.
- CARVALHO, Henrique Martins de. **Estudos de política internacional: política externa portuguesa**. Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº 70 – Junta de Investigações do Ultramar: Centro de Estudos Políticos e Sociais. Lisboa: Tipografia Minerva, 1964.
- CARVALHO, Leonardo Arquimino de. **Introdução ao estudo das relações internacionais**. Porto Alegre: Síntese, 2003.
- CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica: ensaio sobre o homem (introdução a uma filosofia da cultura humana)**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- CASTELLS, Manuel. *The information age: economy, society and culture (volume I: the rise of the network society)*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- _____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura (volume II: o poder da identidade)**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2005.
- CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- _____. (org.). **O desafio internacional: a política internacional do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
- _____. **Multiculturalismo e Política Exterior do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 38, No. 2, 1995.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UnB, 2002.
- CERVO, Amado Luiz & MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil – 1808-2000**. Brasília: Editora UnB, 2000.
- CHOPRA, Maharaj K. **India – the search for power**. Bombay: Lalvani, 1969.
- CONNOR, Steven. **Teoria e valor cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.
- COSTA, Alexandre Bernardino. **Metodologia de pesquisa e ensino em direito**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- CRUZ COSTA, João. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- D'AGOSTINI, Franca. **Analíticos e continentais: guia à filosofia dos últimos trinta anos**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.
- DAS, Gurcharan. **India unbound: from independence to the global information age**. New Delhi: Penguin Books, 2002.
- DATAR, Asha L. **India's economic relations with the USSR and Eastern Europe – 1953 to 1969**. Cambridge: University Press, 1972.
- DIMITRIU, Constantino. **Breve historia de la Índia**. Buenos Aires: Editora Científica, 1954.
- DIXIT, J. N. **India's foreign policy: 1947-2003**. New Delhi: Picus Books, 2003.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília: UnB, 2000.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: USP, Imprensa Oficial SP, 2002.
- FLAMARION CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FRAGOSO, José Manuel. **Celebrar o passado, construir o futuro – coordenadas de política externa**. Lisboa: Edições Pindorama, 1966.
- FRANKEL, Francine R. **India's political economy, 1947-1977 – the gradual revolution**. New Jersey: Princeton University Press, 1978.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- _____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

- FURTADO, Rafael Arruda. **Linguagem, hermenêutica e direito internacional: a questão das contramedidas**. Redação de Monografia. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método II*. Salamanca: Sígueme, 1994.
- _____. **Verdade e método II: complementos e índice**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- GANDHI, Mohandas Karamchand. *Non-violent resistance: satyagraha*. New York: Schocken Books, 1961.
- _____. **Minha vida e minhas experiências com a verdade**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964.
- GATTO, Nelson. **O dia em que Goa caiu**. São Paulo: Exposição do Livro, 1963.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The entropy law and the economic process*. Harvard University Press, 1971.
- GIORDANI, Mario Curtis. **História da antiguidade oriental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1963.
- GOLDBERG, David Theo (ed.). *Multiculturalism: a critical reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade – as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek**. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.
- GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de & JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia brasileira contemporânea**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- GRIFFITHS, Martin. **50 grandes estrategistas das relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2004.
- GUIMARÃES, Lytton Leite (Org.). **Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias**. Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003.
- _____. **Oriente-Occidente: Dimensões Culturais**. Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2002.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Estratégias Índia e Brasil**. Brasília: IPRI, Funag, 1997.
- GUPTA, Sisir. *India and regional integration in Asia*. Deli: Hindustan Scientific Press, 1964.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- HOLBRAAD, Carsten. *Middle powers in the international system*. NY: St Martin Press, 1984.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- JENKINS, Rob. *Democratic politics and economic reform in Índia*. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2000.
- JERVIS, Robert. *The logic of images in international relations*. New Jersey: Princeton University Press, 1970.

JETLY, Nancy. *India China relations, 1947-1977: a study of parliament's role in the making of foreign policy*. New Deli: Radiant, 1979.

KARUNAKARAN, Kotta P. *India in world affairs (February 1950 – December 1953) – a review of india's foreign relations*. London: Oxford University Press, 1958.

KEOHANE, Robert. Lilliputian's Dilemmas: Small states in international politics. In *International Organization*, vol 23, no 2, primavera, 1969.

KEOHANE Robert & NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3. ed. New York: Longman, 2001.

KNOPFLI, Francisco (coord.). *As políticas exteriores de Brasil e Portugal: visões comparadas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.

KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. *Politics in the vernacular: nationalism, multiculturalism, and citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEVI, Werner. *Free Índia in Ásia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1952.

LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

MAGALHÃES, Américo Laeth de. *Brasil-Portugal: documentário da visita oficial ao Brasil do general Francisco Higino Craveiro Lopes, presidente da república portuguesa (5-25 de junho de 1957)*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1982.

MARJAY, Frederic P. *Índia portuguesa: estudo histórico*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1959.

MARTINS, E. C. R. *Relações internacionais: cultura e poder*. 1. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense. [19--].

MELLO E SILVA, Alexandra. *O Brasil no Continente e no Mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea*. Revista Estudos Históricos, Vol. 8, Nº 15, 1995.

MENDE, Tibor. *La Índia contemporânea*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

MILLER, Alexandre. *Philosophy of language*. London: UCL Press, 1998.

MORAES, Carlos Alexandre de. *Cronologia geral da Índia Portuguesa (1948-1962)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2ª ed., 1997.

_____. *A queda da Índia portuguesa: crônica de uma invasão e do cativo*. Lisboa: Editorial Estampa, 2ª ed., 1995.

MOREIRA, Adriano. *Projecção internacional de Goa*. In: *Ensaio: Estudos de ciências sociais nº 34 – Junta de Investigações do ultramar: centro de estudos políticos e sociais*. Lisboa: Tipografia Minerva, 1960.

_____. **Política Ultramarina**. In: Estudos de ciências sociais nº 1 – Junta de Investigações do ultramar: centro de estudos políticos e sociais. Lisboa: Tipografia Minerva, 1961.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Corpo e alma do Brasil - Brasil em perspectiva**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

MYERS, David (ed.). **Regional hegemony: threats perception and strategic responses**. Westview Press: Boulder-S. Francisco, 1991.

NAIPAUL, V. S. **Índia: um milhão de motins agora**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NEALE, Walter C. **India: the search for unity, democracy, and progress**. New Jersey: Princeton, 1965.

NEHRU, Jawaharlal. **India's foreign policy: selected speeches, September 1946 – April 1961**. Deli: Ministry of Information and Broadcasting, 1961.

NEHRU, Jawaharlal, TOYNBEE, Arnold & ATTLEE, Earl C. R. **India and the world**. New Deli: Sagar Publications, 1958.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (orgs.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas, volumes 1 e 2**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

OSTERUD, Oyvind. Regional great powers. In: Neumann, I. (editor). **Regional great powers in international politics**. St. Martin's Press: Oslo, 1990.

PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967.

PATIL, R.L.M. **India – nuclear weapons and international politics**. Deli: National, 1969.

PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PILLAI, K. Raman. **India's foreign policy: basic issues and political attitudes**. Meerut: Meenakshi Prakashan, 1969.

PINO, Bruno Ayllón. **As relações Brasil-Espanha na perspectiva da política externa brasileira (1945-2005)**. Brasília: Funag, 2006.

PORTELLA, Eduardo. **Literatura e realidade nacional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Martins Editora, 1942.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

RAJAN, M.S. **India in world affairs - 1954-56**. New Deli: Asia Publishing House, 1964.

RAJAN, M.S. & GANGULY, Shivaji. **Sisir Gupta: India and the international system**. Deli: Vikas House, 1981.

- RAMOS, Danielly Silva. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2006.
- RAMOS, Danielly Silva & QUINTELA, Antón Corbacho. O Brasil e o processo de descolonização portuguesa na Ásia: Goa, Macau e Timor Leste. In: GUIMARÃES, Lytton L. (org.) **Ásia – América Latina – Brasil: a construção de parcerias**. Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003.
- RAO, R. P. *Portuguese rule in Goa (1510-1961)*. London: Asia Publishing House, 1963.
- REID, Escott. *Envoy to Nehru*. Deli: Oxford University Press, 1981.
- REIS, José Carlos. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 1989.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Manoel Bonfim, antropólogo**. In: BONFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. São Paulo: Topbooks, 1993.
- RIBEIRO, Maurício Andrés. **Tesouros da Índia: para a civilização sustentável**. Belo Horizonte: M. A. Ribeiro, 2003.
- RUGGIE, John Gerard. *Constructing the world polity: essays on international institutionalization*. New York: Routledge, 1998.
- _____. *Multilateralism matters: the theory and praxis of an institutional form*. New York: Columbia University Press, 1993.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora UnB, 2001.
- SALAZAR, Oliveira. **Discursos e notas políticas – volume V (1951-1958)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1959.
- _____. **Discursos e notas políticas – volume VI (1959-1966)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1967.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de alicé**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.
- _____. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática., V.1 - A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Poderá o direito ser emancipatório?** In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 2003.
- _____. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

- SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SARAIVA, José Flávio S. (Org.). **Relações internacionais: dois séculos de história**, v. 1 e 2. Brasília: IBRI, 2001.
- _____. **Olhares transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo**. In: Revista Humanidades (Consciência Negra), Brasília: UnB, Número 47, novembro, 1999.
- _____. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília: Editora UnB, 1996.
- SELCHER, Wayne Alan. *The Afro-Asian dimension of Brazilian foreign policy, 1956-1968*. University of Florida, 1970.
- SENNES, Ricardo Ubiraci. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SILVA REGO, A. da. **Relações Luso-Brasileiras (1822-1853)**. Lisboa: Edições Panorama, 1966.
- SINHA, Shri Yashwant. *India's foreign policy: successes, failures and vision in the changing world order*. New Deli: National Defense College, 2002.
- SINHA, Atish & MOHTA, Madhup (editors). *Indian foreign policy: challenges and opportunities*. New Delhi: Foreign Service Institute, 2007.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- TALBOT, Phillips & POPLAI S. L. *India and America: a study of their relations*. New York: Council on Foreign Relations, 1958.
- TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo no Brasil: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- TOLEDO, C. N. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.
- TYSON, Geoffrey. *Nehru, the years of Power*. Deli: Pall Mall Press, 1966.
- VARGAS, Getúlio. **O governo trabalhista do Brasil**. Livraria José Olympio Editora, Rio, 1952.
- VAZ, Alcides Costa (ed.). *Intermediate states, regional leadership and security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). **O Desafio da China e da Índia: a resposta do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005
- VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge University Press, 1999.
- WOOD, B., *Middle powers in the international system: a preliminary assessment of potential*. Wider Working Paper, no 11, Helsinki, 1987.

WOODS, Ngaire. *Explaining international relations since 1945*. Oxford University Press, 1996.

2. Artigos, teses e dissertações

EVANS, Peter. **O estado como problema e como solução**. In: Lua Nova, no 28/29, 1993.

GUIMARÃES, Lytton Leite. **Política externa e segurança: a perspectiva indiana**. In: VAZ, Alcides Costa (coord.). Projeto: Líderes regionais e segurança internacional. Brasil, Índia e África do Sul. (Documento de trabalho n. 9). Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2006.

HIRSON, Zenaide Scotti. **O Brasil e a questão colonial portuguesa: o caso angolano**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

HIRST, Mônica. **O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)**. Cena Internacional, Vol. 5, Nº 1, 2003.

JAGUARIBE, Hélio. **ISEB: um breve depoimento e uma apreciação crítica**. In: *Cadernos de opinião*, nº 14, out-nov, 1979.

LESSA, Antônio Carlos de Moraes. **A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000**. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

NASCIMENTO, Raphael Oliveira do. **Idéias, instituições e política externa no Brasil de 1945 a 1964**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

PENNA FILHO, Pio. **Do pragmatismo consciente à parceria estratégica: as relações Brasil-África do Sul (1918-2000)**. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. **O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961): ensaio de mudança**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

PINHEIRO, Letícia. **Ação e omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1988.

SANTANA, Carlos Ribeiro. **Brasil e Índia: relacionamentos, estratégias e potencialidades**. Universidade de Brasília: Instituto de Relações Internacionais, monografia de PIBIC, agosto 2003.

SILVA, Marco Rodrigo Carvalho. **Índia nos contextos regional e global de Segurança: Uma revisão preliminar**. In: VAZ, Alcides Costa (coord.). Projeto: Líderes regionais e segurança internacional. Brasil, Índia e África do Sul. (Documento de trabalho n. 7). Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2005.

SOUZA, Creomar Lima Carvalho de. **Do conservadorismo ao desinteresse – três estudos de caso sobre o posicionamento brasileiro frente à descolonização Afro-asiática**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. **Relações Brasil-Índia (1991-2006)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2008.